

LICENCIATURA EM HISTÓRIA
HISTÓRIA DA BAHIA

PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Dilma Roussef

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

PRESIDENTE DA CAPES

Jorge Guimarães

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES

João Teatini

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

GOVERNADOR

Jaques Wagner

VICE-GOVERNADOR

Otto Roberto Mendonça de Alencar

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Oswaldo Barreto Filho

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

REITOR

Lourivaldo Valentim da Silva

VICE-REITORA

Adriana do Santos Marmori Lima

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

José Bites de Carvalho

COORDENADOR UAB/UNEB

Silvar Ferreira Ribeiro

COORDENADOR UAB/UNEB ADJUNTO

André Magalhães

ALFREDO MATTA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA
HISTÓRIA DA BAHIA

Eduneb
Salvador
2013

© UNEB 2013

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Coordenação UAB/UNEB.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Impresso no Brasil 2013

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DIRETORA

Maria Nadja Nunes Bittencourt

COORDENADOR EDITORIAL

Ricardo Baroud

COORDENAÇÃO UAB/UNEB

COLABORADORES

SUPERVISÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Andréa Santos Tanure

Flávia Souza dos Santos

Naás Calasans Fagundes Pereira

Samara Kelly Rodrigues Sampaio

REVISÃO e NORMALIZAÇÃO

Carla Honorato

DIAGRAMAÇÃO

Teodomiro Araújo de Souza

PROJETO GRÁFICO e CRIAÇÃO

João Victor Souza Dourado

Carla Cristiani Honorato de Souza

O conteúdo deste Material Didático é de inteira responsabilidade do(s)/da(s) autores (as), por cuja criação assume(m) ampla e total responsabilidade quanto a titularidade, originalidade do conteúdo intelectual produzido, uso de citações de obras consultadas, referências, imagens e outros elementos que façam parte desta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Catalogação na Fonte

BIBLIOTECA DO GRUPO DE GESTÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA – UNEB

MATTA, Alfredo.

M 435 História da Bahia : licenciatura em história. / Alfredo Matta. Salvador: Eduneb, 2013.
100 p.

ISBN 978-85-7887-185-7

1. História da Bahia I. Alfredo Matta II. Título. III Universidade Aberta do Brasil.
. UNEB / GEAD

CDD:981.28



Editora da Universidade do Estado da Bahia

Esta Editora é filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB.

Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula

41150-000 - Salvador - BA

www.eduneb.uneb.br

editora@listas.uneb.br Tel. + 55 71 3117-5342

Caro (a) Cursista.

Estamos começando uma nova etapa de trabalho e para auxiliá-lo no desenvolvimento da sua aprendizagem estruturamos este material didático que atenderá ao Curso de Licenciatura em História na modalidade de educação à distância (EAD).

O componente curricular que agora lhe apresentamos foi preparado por profissionais habilitados, especialistas da área, pesquisadores, docentes que tiveram a preocupação em alinhar conhecimento teórico-prático de maneira contextualizada, fazendo uso de uma linguagem motivacional, capaz de aprofundar o conhecimento prévio dos envolvidos com a disciplina em questão. Cabe salientar, porém, que esse não deve ser o único material a ser utilizado na disciplina, além dele, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), as atividades propostas pelo Professor Formador e pelo Tutor, as atividades complementares, os horários destinados aos estudos individuais, tudo isso somado compõe os estudos relacionados a EAD.

É importante também que vocês estejam sempre atentos as caixas de diálogos e ícones específicos que aparecem durante todo o texto apresentando informações complementares ao conteúdo. A idéia é mediar junto ao leitor, uma forma de dialogar questões para o aprofundamento dos assuntos, a fim de que o mesmo se torne interlocutor ativo desse material.

São objetivos dos ícones em destaque:

**VOCÊ SABIA?**

– convida o leitor a conhecer outros aspectos daquele tema/ conteúdo. São curiosidades ou informações relevantes que podem ser associadas à discussão proposta.

**SAIBA MAIS**

– apresenta notas, textos para aprofundamento de assuntos diversos e desenvolvimento da argumentação, conceitos, fatos, biografias, enfim, elementos que o auxiliam a compreender melhor o conteúdo abordado.

**INDICAÇÃO DE LEITURA**

– neste campo, você encontrará sugestões de livros, sites, vídeos. A partir deles, você poderá aprofundar seu estudo, conhecer melhor determinadas perspectivas teóricas ou outros olhares e interpretações sobre determinado tema.

**SUGESTÃO DE ATIVIDADE**

– consiste num conjunto de atividades para você realizar autonomamente em seu processo de autoestudo. Estas atividades podem (ou não) ser aproveitadas pelo professor-formador como instrumentos de avaliação, mas o objetivo principal é o de provocá-lo, desafiá-lo em seu processo de autoaprendizagem.

Sua postura será essencial para o aproveitamento completo desta disciplina. Contamos com seu empenho e entusiasmo para juntos desenvolvermos uma prática pedagógica significativa.

**Setor de Material Didático
Coordenação UAB/UNEB**

ÁREA DE AMBIENTAÇÃO**Registros de Identificação Pessoal**

Nome:

Telefones:

E-mail:

Residência:

Município/Pólo do curso EAD:

Registros de Identificação do Curso

·Endereço de acesso à sala de aula virtual:

·Período de execução desta disciplina: de _____ à ____ / ____ / ____

·Quem são os orientadores desta disciplina?

Categoria	Responsável	por Nome	E-mail
Prof. Autor	Elaborar o módulo impresso		
Prof. Formador	Planejar e organizar a sala virtual		
Tutor a distância	Mediar os estudos no ambiente		
Tutor presencial	Mediar os encontros presenciais		
Coord. de Pólo	Apoiar as ações do curso no local		

Registros de Identificação da Turma

Nome	Onde encontrar	Telefones	E-mail

Prefácio

Ao prefaciар esta *História da Bahia* pude perceber inúmeras inovações. Inovações quanto ao uso de alguns termos na proposta de organização da obra. Inovações no processo ensino-aprendizagem de História. Considere-se que o livro tanto serve ao leitor tradicional, como guarda particular atenção para o leitor *online*, em especial, ao aluno à distância. E, como obra de caráter acentuadamente didática, amplia as perspectivas do estudo da História da Bahia para a dimensão da sociedade em rede, tão presente na contemporaneidade.

No que se refere aos aspectos historiográficos, é importante notar como examina a formação da Bahia Colonial, nos séculos XVI e XVII, pelo menos, até 1763, quando muda a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. O Brasil passa a vice-reino. Depois o Brasil mudou o seu status internacional, elevado a reino unido, em função das cogitações do Congresso de Viena. A formulação de Reino Unido Portugal, Brasil e Algarve fortaleceu a posição lusitana na representação, por sugestão do delegado francês. O entendimento da história colonial da Bahia aproxima-se da história do Brasil. Todavia, é preciso não esquecer que a Bahia já foi Corte! Há monumentos, documentos, ideias, atitudes, comportamentos, marcas e registros, enfim, resíduos, daquela condição metropolitana. Sente-se a primacialidade que Salvador ainda ostenta com certa solenidade, pontifical e religiosa.

Alfredo tenta explicar a questão da mudança da capital e as relações entre a História da Bahia, a História da América Portuguesa e a História de Portugal, bem assim, a sua expansão marítima, expressão avançada da globalização que hoje permeia nossas vidas.

Parece-me singular e inovadora perceber os momentos da colonização da Bahia, na forma de mundos que se cruzam. A começar pelo mundo ibérico, principal intervenção europeia, que se somava às tentativas francesas e neerlandesas (holandesas), entrecruzando com o mundo americano de passado tupi, guarani, botocudo, cariri, caeté, tapuia, e que se integrava à ancestralidade africana: Guiné, Sael, Nigéria e, sobretudo, Angola. Considere-se ainda a referência à Carreira das Índias e a potencial junção com as influências orientais, no conjunto das frutas tropicais que hoje reconhecemos como baianas, embora na sua maioria de origem asiática.

Todo esse conjunto de encontros e cruzamentos conduz a destacar a função portuária da Bahia, a metrópole colonial, com o seu recôncavo açucareiro, a relação com a América Portuguesa, as ligações transatlânticas e de além-mar. O trabalho de Alfredo nos faz lembrar que no tempo anterior à construção do Canal do Panamá, a Carreira das Índias era um verdadeiro conduto que fazia de Salvador, Lisboa, Luanda, Goa e Macau, parte quase contínua de fluxos internacionais, as quais envolviam muito mais do que economia: valores, ideias, crenças e práticas.

O livro vai além da tradicional abordagem da História da Bahia restrita quase sempre à cidade de Salvador e ao seu Recôncavo. Inova pela correta referência à interioridade territorial da Bahia. Procura mostrar a expansão, a partir do litoral, pela ocupação com o gado, pela construção de currais, pela busca por minérios e pedras preciosas. São motores de uma ocupação e colonização que em três séculos construíram a Bahia que temos e conhecemos. Acresce a presença dos quilombos e dos aldeamentos indígenas, também referenciadas.

No que tange à Bahia Império, é importante assinalar a sua participação na composição dos quadros políticos parlamentaristas. Não obstante a transferência da capital e do eixo político para o sudeste, a partir da formação do estado nacional brasileiro, pertencia ainda a Bahia uma liderança política de expressão nacional, dentre outros: o Marquês de Abrantes, o Conselheiro Zacarias, o Conselheiro Saraiva, o Barão de Cotegipe, o Visconde do Rio Branco, o Barão de Jeremoabo, o Conselheiro Dantas. O complexo da sociedade açucareira construiu a liderança política baiana do século XIX.

Por fim, em relação aos tempos republicanos, o que me parece deva ser destacado, é a abordagem metodológica. Alfredo não personalizou em indivíduos, mas em tendências, tensões, rupturas, avanços, recuos e interpretações que buscam explicar a sociedade baiana que funciona.

Com experiência de mais de duas décadas como docente de História da Bahia na Universidade Católica do Salvador (UCSal), acresce a sua formação dupla de licenciado e mestre em História e bacharel em Ciências da Computação. No Doutorado em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Universidade de Laval, no Canadá, integrou esses conhecimentos com foco na educação a distância. Este livro resulta, pois, de saberes e pesquisas, que asseguram a aprendizagem tanto presencial quanto *online*, da História da Bahia.

Salvador, 16 de novembro de 2012.

Edivaldo M. Boaventura

Professor Doutor Honoris Causa da UNEB e Emérito da UFBA.

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – AS CONDIÇÕES DA EXISTÊNCIA NA BAHIA NO SÉCULO XVI	13
1.1 O CONTEXTO AMBIENTAL: A BAHIA E SUA NATUREZA	15
1.2 O MOSAICO DE DONOS DA TERRA: POVOS INDÍGENAS BAIANOS	18
Referências	19
1.3 ENTRELAÇAMENTO DE CONTEXTO: AS ORIGENS IBÉRICAS	20
1.4 ENTRELAÇAMENTO DE CONTEXTO: CONVIDADOS À FORÇA E RAÍZES AFRICANAS	22
REFERÊNCIAS	24
CAPÍTULO 2 – A BAHIA: MUNDOS QUE SE CRUZAM NO SÉCULO XVI	25
2.1 BAHIA: PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES E INTERAÇÕES COM OS LOCAIS	27
2.2 AS CAPITANIAS DA BAHIA	28
REFERÊNCIAS	30
2.3 SALVADOR, A CAPITAL DA COLÔNIA	31
REFERÊNCIAS	34
2.4 O DESENVOLVIMENTO DA HINTERLÂNDIA NAVEGÁVEL DA CAPITAL	34
2.5 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO BAIANO E DE SUA CULTURA COSTEIRA	35
REFERÊNCIAS	39
CAPÍTULO 3 – A BAHIA COLONIAL	41
3.1 SALVADOR, O AUXÍLIO CONTRA OS FRANCESES	43
3.2 SALVADOR, PARTE DO GRANDE IMPÉRIO ESPANHOL – A UNIÃO IBÉRICA	43
3.3 SALVADOR E A INVASÃO HOLANDESA	44
REFERÊNCIAS	46
3.4 CAMINHOS DA BAHIA	47
3.5 A SOCIEDADE SERTANEJA	49
REFERÊNCIAS	50
3.6 A CONSTRUÇÃO DA METRÓPOLE COLONIAL	50
3.7 A METRÓPOLE E A PLURALIDADE ÉTNICA	52

REFERÊNCIAS	54
3.8 O INTERIOR DA BAHIA: CONFORMAÇÃO DA ESTRUTURA E PRÁTICA DA OCUPAÇÃO	55
3.9 PRESSÕES EXTERNAS E INTERNAS SOBRE A METRÓPOLE COLONIAL	58
REFERÊNCIAS	59
CAPÍTULO 4 – A BAHIA, A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O IMPÉRIO	61
4.1 CONSTRUÇÃO DO PROJETO LOCAL DE INDEPENDÊNCIA	63
4.2 A PROVÍNCIA DA BAHIA E SUA INTEGRAÇÃO AO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO	64
REFERÊNCIAS	66
4.3 SALVADOR – A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE LOCAL DE MERCADO	67
4.4 O CIENTIFICISMO E A BAHIA	67
4.5 AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA BAHIA NO SÉCULO XIX	69
REFERÊNCIAS	70
4.6 SALVADOR – A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE LOCAL DE MERCADO	71
4.7 A BAHIA E SEU INTERIOR NO PERÍODO MONÁRQUICO	72
REFERÊNCIAS	74
CAPÍTULO 5 – A BAHIA REPUBLICANA	77
5.1 PERMANÊNCIA DA ORDEM PATRIMONIALISTA – 1ª FASE DA BAHIA REPUBLICANA	79
5.2 PERÍODO DE DISPUTA ENTRE ORDENS HEGEMÔNICA, A 2ª FASE	80
REFERÊNCIAS	82
5.3 OLIGARQUIAS SUBMETIDAS	82
REFERÊNCIAS	85
5.4 A MODERNIZAÇÃO DA BAHIA	85
REFERÊNCIAS	87
5.5 BAHIA: HEGEMONIA E CONTEMPORANEIDADE	88
REFERÊNCIAS	90
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	97

Apresentação

Este livro é o resultado da convergência entre 25 anos de ensino e pesquisa sobre a História da Bahia, na Universidade Católica do Salvador – UCSAL, e 12 anos de envolvimento com a Educação a Distância – EaD, em particular, na coordenação do curso de Graduação em História, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, oferecido como parte do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES.

Desta forma, ao lecionar História da Bahia no curso da UNEB pude concentrar meus anos de pesquisa e docência sobre a história da Bahia, procurando construir um texto que apresentasse os conteúdos da melhor maneira possível, para atender a demanda por estudos de História realizados na modalidade EaD, cada vez mais importantes, já que a EaD vem se tornando alternativa forte para formação superior em História.

O livro apresenta as principais consequências e resultados de estudos da História da Bahia, das pesquisas que venho realizando sobre a história do descobrimento do Brasil e início da colonização em terras baianas, o desenvolvimento do povoamento da Bahia, sobre a Bahia - quando do processo de formação do estado nacional brasileiro -, sobre a Bahia no século XIX, assim como seu processo histórico durante o desenvolvimento da República.

Para dar coesão ao estudo, estas pesquisas foram associadas a conteúdos advindos de outros pesquisadores e estudiosos, dentre eles destacam-se: Eduardo Bueno, José Mattoso, Alberto da Costa e Silva, Luis Henrique Dias Tavares, Pedro Calmon, Thales de Azevedo, Edson Carneiro, Sérgio Buarque de Holanda, Felisberto Freire, Rinaldo dos Santos, Moniz Bandeira, Pierre Verger, Vilhena, João Reis, Antonieta Aguiar, António Paim e Consuelo Sampaio.

Assim sendo, construiu-se um texto dividido em cinco partes. Na primeira delas, apresentam-se as condições e contextos geográficos e humanos que precederam, e que ao mesmo tempo nos conduzem a uma compreensão das principais tendências e tensões dinamizadoras da colonização da Bahia no século XVI. Entendemos que o início de um processo histórico é de importante determinação para o que se vai desenvolver na História, e por isso buscamos destacar estas condições iniciais. Segue uma segunda parte na qual é estudada a colonização e o intenso processo de mistura e formação intercultural que teve início na Bahia do século XVI. A terceira parte se dedica a examinar o transcorrer do período colonial, inclusive a penetração do interior, do sertão e da caatinga, procurando acompanhar a formação das territorialidades baianas. Em seguida, na quarta parte, trabalhamos com a formação do estado nacional brasileiro e com um estudo sobre a Bahia no período do Império. A quinta e última parte examina a História da Bahia no período republicano e atualidades.

O trabalho tem interpretação da História, baseada na metodologia dialética conduzida por Istvan Meszaros, em seus mais atuais trabalhos, destacando-se o uso dos conceitos, tais como: ordem social, sociometabolismo, reprodução social, classe social e construção social da existência, em conformidade com o uso e construção teórica deste autor. Outros pensadores como Gramsci, Marx, Luckacs, Anderson e Wood fazem parte do conjunto de pensadores de tradição dialética, que foram fonte dos pressupostos de interpretação da história utilizados neste trabalho. Além disso, há uma influência da História Social baiana, principalmente, da forma como a utilizam Kátia Matoso e Luís Henrique Dias Tavares.

Quanto à História da Bahia consultamos muitas fontes e dentre estas há destaque para alguns estudos anteriores, de minha autoria, além de estudos clássicos de importantes autores, tais como: Pedro Calmon, Luís Henrique Dias Tavares, Kátia Mattoso, Thales de Azevedo, Edson Carneiro, Vilhena, João Reis, Consuelo Sampaio, Moniz Bandeira e Antonieta Nunes.

Houve ainda muita consideração feita a partir dos trabalhos de Alberto da Costa e Silva, Eduardo Bueno, Sergio Buarque de Holanda, Pierre Verger, Rinaldo dos Santos e Thomas Skidmore.

Desta forma pudemos construir um texto - que além de sistematizar pesquisas e estudos frutos de uma prática de 25 anos como professor de História da Bahia - direcionado para quem deseja estudar o tema a partir do diálogo e apoio da rede internet, com uma organização e estrutura de apresentação capaz de atender também a modalidade de estudo no formato EaD, ao qual tenho a experiência de outros 15 anos na comissão científica, diretoria e produção científica da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED.

**AS CONDIÇÕES DA
EXISTÊNCIA NA
BAHIA NO SÉCULO
XVI**

CAPÍTULO 1



Anotações

CAPÍTULO 1

AS CONDIÇÕES DA EXISTÊNCIA NA BAHIA NO SÉCULO XVI

Aula 1 - Como entender a Bahia: o contexto aqui existente

Objetivo:

Compreender o contexto ambiental e humano, pré-existente à chegada dos europeus, na Bahia anterior ao século XVI.

1.1 O CONTEXTO AMBIENTAL: A BAHIA E SUA NATUREZA.

Para entender a Bahia temos que compreender a terra, as águas e as condições do viver nesta região, assim como as características de cultura e prática social das populações que em conjunto com o ambiente construíram o que hoje se chama Bahia.

Em relação ao ambiente físico, se por um lado o estado detém o maior litoral oceânico do Brasil, com 932 quilômetros de extensão, por outro é o estado que tem maior extensão semiárida e de secas, com aproximadamente 260.000 km² de extensão.

O estado é dominado pelo extenso litoral, sua umidade e florestas, e pelo interior seco e semidesértico. Alguns rios mais importantes dominam a paisagem e historicamente permitem seguir para o interior com menos dificuldades. Além do Rio São Francisco – que de fato reúne Sergipe, Alagoas, Bahia, Goiás e Minas Gerais em sua grande bacia quase toda navegável – são também rios importantes o Vaza-barris, o Itapicuru, o Jacuípe, o Paraguaçu, Rio de Contas, o Parto e o Jequitinhonha. O primeiro não é perene, está bem no meio da região mais seca ao norte. Os dois últimos reúnem Bahia e Minas Gerais. Localizar os rios baianos faz parte do trabalho mais importante para conhecer o estado.

Parte destes rios tem suas nascentes na Chapada Diamantina, região de elevações rochosas no centro da

Bahia. Mais ao sul, a Serra do Espinhaço também tem algumas elevações mais importantes. A Bahia não é terra de grandes montanhas, a maior elevação é o Pico Barrado: 2033,30 metros.

O extenso litoral é bastante chuvoso e úmido, com vegetação de floresta tropical densa, conhecida como Mata Atlântica. O Oeste exibe as regiões mais elevadas do centro do estado, e uma faixa mais interiorana da faixa costeira, apresentam clima chuvoso com estação seca. Existe também uma maior parte de zonas semiáridas de pouquíssima umidade que sofrem com secas regulares que tanto marcaram a história baiana. A Caatinga, vegetação rasteira, espinhosa e própria dos climas secos, domina cerca de metade do território da Bahia, especialmente no centro deste. No litoral temos as florestas tropicais densas e úmidas que vão se tornando estepes na medida da interiorização e da chegada ao chamado sertão, à vasta área de agreste, região de fronteira com o semiárido, intervalo entre o litoral úmido e o interior semidesértico. Há bolsões de áreas úmidas, aqui e ali, dentro da zona da seca, exceções que confirmam o semideserto. (BAHIA, 2010)

Este é o território que os portugueses descobrem e colonizam desde 1500, onde encontram povos indígenas que tinham suas vidas reguladas por estes ambientes e contextos ecológicos.

RELEVO Estado da Bahia - 2007



FONTE: RADAMBRASIL, 1983.

Imagem 1 – Relevo: Estado da Bahia – 2007.

Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/pdf/carto_relevo.pdf

Acesso em: 25 de julho de 2011.

TIPOLOGIA CLIMÁTICA - Segundo Thornthwaite Estado da Bahia - 2007

Pluviometria 1943 - 1983 / Temperatura 1961 - 1990



FONTE: SEI, 1998.



Imagem 2 – Tipologia climática – 2007.

Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/pdf/carto_tip_clim.pdf

Acesso em: 25 de julho de 2011.

1.2 O MOSAICO DE DONOS DA TERRA: POVOS INDÍGENAS BAIANOS.

Aqui vamos investigar as características de cultura e prática social das populações que em conjunto com o ambiente eram o contexto já existente do que chamamos hoje de Bahia. (BAHIA, 2000)

Inicialmente, os índios americanos foram mal-entendidos pelos europeus. Eles se perguntavam se aquelas terras eram africanas, ou se haviam chegado às Índias ou Ásia. Parecia não ser africanos. Acabaram sendo chamados e identificados como índios, denominação que ficou até os dias de hoje, mesmo que se confirmasse depois não se tratar da Ásia.

A chegada destes povos é pré-histórica. A hipótese mais aceita é que o ser humano tenha adentrado à América via estreito de Bering, na América do Norte, dentre 50.000 e 5.000 anos atrás, em levas autônomas. Do Alasca foram se dispersando pelo continente, chegando ao Brasil ao pelo menos 15.000 anos.

No período do descobrimento o território baiano era ocupado por povos Tupis: Tupinambás, mais ao norte; Tupiniquins ao sul do rio de Contas, mais localizados no litoral; e por povos de língua Jê, os Tapuias. Os Tapuias habitavam o sertão, a maior parte do interior semiárido, o cerrado e alguns pontos mais próximos do litoral, entre Ilhéus e Espírito Santo. Estes Tapuias mais próximos eram os Aimorés.

De fato, na época dos descobrimentos os Tapuias estavam sendo expulsos do litoral e cedendo espaço aos agressivos Tupinambás e Tupiniquins. Mas eram inimigos formidáveis, tidos como fantásticos guerreiros, principalmente em seu território, sempre por eles muito bem conhecidos. Estes povos viviam somente da caça e coleta e moravam em choupanas toscas. Eram frequentemente capturados e devorados em rituais pelos Tupis, em guerras. É relevante saber que Tapuia significa “homem escravo” em língua Tupi. Os tapuias eram caçadores e coletores, não conhecendo a agricultura, e, portanto nômades, morando em choupanas toscas e em pequenos grupos. Em suas guerras aos Tupis também realizavam capturas e antropofagia, mas não a escravidão. Embora habitassem extensas regiões, com exceção da toponímia¹, pouco deixaram como herança

¹ Nomes dos lugares e acidentes geográficos ou de rios. Também nomes de animais e plantas.

direta nos elementos da cultura baiana, exceto talvez, o hábito de dormir em redes, que, aliás, era também tupi. Sua forma de viver nômade os transformava em arredios, e fortes resistências aos povos sedentários, como os tupis, mas também contra o colonizador. O Tapuia foi a verdadeira resistência ao colono. Quanto aos Tupis, haviam desenvolvido a agricultura e em consequência hábitos sedentários e uma vida mais elaborada, rica de tradições, artesanatos, cultura e arte. O sedentarismo possibilita a existência de mais tempo livre, próprio para o desenvolvimento de técnicas e elaborações que o nomadismo não pode realizar. Eram também belicosos, e pouco a pouco, como o sedentarismo permitia que existissem em comunidades mais populosas que os Tapuias, os estavam expulsando.

Sua agricultura produzia mandioca, milho, amendoim, dentre outros produtos e era voltada para a subsistência. Também caçavam, coletavam mariscos, produziam cerâmica, instrumentos de couro e palha. Sedentários, estabeleceram logo laços com os europeus e graças a isso legaram muitos elementos à cultura baiana atual. Eram também bons construtores. As primeiras cidades e vilas baianas devem muito as suas técnicas e formas de habitar, para que tomassem suas primeiras feições.



Imagem 3 – Tupinambá

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Homen_Tupinamba.jpg
Acesso em 25/07/011.

As sociedades Tupis eram mais complexas que as Tapuias. As duas guardavam em comum serem sociedades sem classes sociais. Não havia qualquer estrutura social de classe, o que implicava na ausência de dominação, hegemonia ou exploração social sistemática de certos setores sociais sobre outros. Os índios viviam em uma sociedade que poderíamos chamar de comunitárias, sociedades sem classes e sem injustiça social. Cada grupo, clã ou aldeia, era de fato uma sociedade autônoma e completa, tanto que não havia nenhuma entidade institucional que reunisse as várias aldeias. Cada grupo era autônomo e potencialmente rival ou associado ao outro, a depender de cada situação. É reflexão importante analisar o porquê da predominância dos sedentários sobre os nômades, que iam perdendo espaço. É claro que não se trata de simples vitória militar. Os tapuias eram grandes lutadores como reconheceram os europeus. Claro que não há superioridade étnica ou racial. Mas os Tupis não paravam de avançar sobre território Tapuia. O entendimento desta questão passa pela compreensão do conceito de **Modo de Reprodução Social**. Simplificando, podemos considerar que o modo de reprodução dos Tupis era mais eficiente, pois conseguia sustentar mais seres humanos em sua coletividade. A pressão de ter comunidades com mais gente, a capacidade de sustentar maior número de pessoas, em longo prazo representava uma vantagem da vida tipo tupi, que aos poucos ganhava espaço na Bahia.

Os índios não tinham nenhuma ideia sobre nação ou governo geral, nenhuma prática social que se assemelhasse ao que chamamos de “estado”. Sendo assim, quando da chegada dos europeus, não perceberam de imediato e nem concebiam a colonização como uma invasão. Nem mesmo se preocupavam com as disputas entre os europeus, ou como as entre franceses e portugueses. (FAUSTO, 2000)

Entre os indígenas havia rivalidades. A maior era a disputa histórica por território entre Tapuias e Tupis. Mas existiam as disputas dentro dos grupos. Cada clã Tapuia era rival dos outros seus semelhantes. As aldeias Tupinambás eram também rivais entre si, e das Tupiniquins. Tudo funcionava mais ou menos como se cada clã Tapuia ou aldeia Tupi fosse um “país independente”. Os europeus aderiram a estas guerras locais, até porque ao se aproximarem de um grupo ou aldeia estavam ao mesmo tempo se colocando contra seus rivais. Os portugueses narravam as guerras entre as aldeias Tupinambás de maneira que se identificavam como pertencentes a um dos lados. (BUENO, 1998)

Dentre os índios existiam cativos, mas não verdadeiros escravos. Prisioneiros eram feitos cativos e permaneciam sobre controle de seus captadores, em geral até serem devorados, embora pudessem também morrer de velhos nessa condição. Não havia a exploração de seu trabalho, não havia apropriação de mais valia de suas atividades pelos “senhores”.

Modo de Reprodução da Existência: maneira pela qual uma sociedade, uma coletividade, reproduz sua existência; seus bens, seus serviços, suas práticas sociais, suas relações, sua estrutura organizacional, cultura e hábitos etc. As sociedades têm formas de reproduzir-se em meio às condições objetivas. O modo de reprodução de uma sociedade é dado por suas forças reprodutivas e pelas relações de produção da existência. É um conceito ecológico. Toda sociedade humana estabelece relações sócio-metabólicas com suas condições existenciais. A depender destas relações, a sociedade será capaz de reproduzir e sustentar mais ou menos indivíduos. Isso dá uma ideia de eficácia da sociedade – sua capacidade de reproduzir e sustentar mais ou menos sujeitos. Uma sociedade jamais será superior, ou melhor, que outra em nenhum aspecto, exceto em sua capacidade objetiva de reprodução sócio-metabólica. O confronto entre sócios-metabolismos, entre modos de reprodução, pode revelar a eficiência de uma forma social ante sua necessidade de reproduzir-se. (MESZAROS, 2002)

Referências

BAHIA, Secretaria da Educação da. **As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos**. Salvador: Boanova, 2000.

BAHIA, Secretaria do Planejamento da. **Informações Geográficas**. Salvador: SEI. Disponível na URL: <http://www.sei.ba.gov.br/>, versão 30/01/2010, capturado em versão 30/01/2010.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados, as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MESZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre o ambiente – clima, relevo, ecossistemas, e outras informações relativas à Bahia e suas características físicas visite: <http://www.sei.ba.gov.br/>

Trata-se da Página WEB, da **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI**, com muitas informações e textos sobre o assunto.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre os índios da Bahia na época dos descobrimentos, assim como sobre suas relações com o colonizador europeu, ler os livros de Eduardo Bueno, *Náufragos, traficantes e degredados*, as primeiras expedições ao Brasil e *Capitães do Brasil*, a saga dos primeiros colonizadores, especialmente, as informações sobre as regiões, mais tarde capitanias da Bahia, de Ilhéus e de Porto Seguro.

Outras leituras importantes são:

TAVERES, Luís. *História da Bahia*. Salvador, Edufba/UNESP, 2001.

e

BAHIA, Secretaria da Educação da. *As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos*. Salvador: Boanova, 2000.

Aula 2 - Como entender a Bahia: entrelaçamento de contextos

Objetivo:

Compreender o contexto histórico da Europa e África, que migraram para a Bahia com a colonização a partir do século XV.

1.3 ENTRELACEMENTO DE CONTEXTO: AS ORIGENS IBÉRICAS.

Habitada pelos Tupinambás e Tapuias desde há muito tempo, oferecendo suas matas do litoral, cerrado e caatinga no interior - isso em meio a uma malha de rios perenes, temporários, serras e chapadas - era esta Bahia que, no final do século XV, integra-se à sociedade humana mundializada que começava a se formar, como fruto da expansão marítima europeia. (BAHIA, 2000)

O Brasil foi formalmente descoberto com a vista do Monte Pascoal, sul da Bahia, em 21 de abril de 1500, pelo navegador português Pedro Álvares Cabral. O termo “descoberto” parece desmerecer o índio, habitante milenar destas terras. Por outro lado, dá ao europeu a condição de protagonista principal do processo de integração então nascente, que embora provocado pelo europeu, acabou por ser resultado do conjunto de populações e práxis que se reuniu na América. Há ainda a informação de que navegadores espanhóis haviam chegado ao Brasil antes de Cabral, mas como se tratava de terra portuguesa, demarcada pelo Tratado de Tordesilhas, esconderam a visita.

Quanto aos europeus, em particular os portugueses, é necessário que os examinemos proximamente. A Península Ibérica é uma esquina histórica milenar entre Europa e África. Gibraltar é estreito muito curto, o que significou que ao longo de milhares de anos, a emigração e troca de população constante, a ponto de o não poder se afirmar que a população ibérica seja de fato europeia. (MATOSO, 1997)

A miscigenação e composição da população da península tiveram diversas origens, desde os mais remotos tempos pré-históricos. É do início do período histórico que temos um registro importante da miscigenação da região. É que as primeiras cidades ibéricas, Cadiz ou Cartagena, no sul da atual Espanha, ou Lisboa, Santarém e Faro em Portugal, são todas de origem africana. Foram os cartagineses da atual Tunísia, colônia dos Fenícios, basicamente de etnia tuaregue ou moura, negros do norte da África, que fundaram todas estas cidades, algumas delas postas sobre, ou interagindo com Castros ibéricos pré-históricos. Lisboa, originalmente Olisipo, nome cartaginês, foi fundada por mercadores africanos cartagineses, por volta de 1000 anos antes de Cristo. É certo que cidades como Segunto ou Barcelona, mais ao norte,

200 anos em média mais novas, tinham origem grega, e que Huelva e Sevilha foram fundadas por populações locais. Mas isso só reforça o caráter mestiço da Ibéria.

Por volta de 300 a.C. a região se encontrava dividida. Ao norte a influência celta, indo-europeus e celtiberos, mestiços mais antigos. O litoral sul dominado pelos africanos cartagineses, e o litoral mais a norte por gregos. Os povos do sul eram os dominantes e de ordem social mais dinâmica. Foram pelo menos 1000 anos de predominância africana até que por volta de 200 a.C. as guerras púnicas dessem uma vitória significativa aos Romanos, que defendiam as colônias gregas da Ibéria. A vitória Romana, além de trazer uma leva importante de novos imigrantes indo-europeus, marcou pela latinização profunda toda a região.

Foram 800 a 700 anos de hegemonia Romana que resultaram na profunda latinização da região. A vitória Romana se deu sobre os africanos. Isso significou, desde aquele momento, que os Romanos passaram a utilizar o argumento da cor da pele como elemento de distinção entre a nova e a velha hegemonia. Dos romanos, além da língua, de diversos hábitos alimentares, festas, religião, dentre as quais o cristianismo, a península herdou suas principais instituições: a estrutura urbana, a ideia de câmara e de prefeito, a cidadania, a representação por voto, as municipalidades. É impressionante como até hoje as estruturas organizacionais e instituições do Brasil são tão romanas. Isso por herança portuguesa.

O final do Império Romano foi marcado pelo ingresso de populações germânicas, e em seguida por outra invasão africana, desta vez de islâmicos que também passaram a dominar a Ibéria por outros 5 a 7 séculos. Senhores africanos Mouros e negros; escravos cristãos e brancos na Europa e levados para a África. A inversão do prestígio étnico em favor dos africanos, mais uma vez se estabelecia.

A expansão marítima portuguesa que resultou na descoberta do Brasil deve ser entendida no contexto de longa reconquista das populações cristãs, que desde 711, quando do início da invasão islâmica, travou lenta e disputada luta pelo domínio da península e do prestígio ante sua população.

A história da península tem sido então, uma história de disputas entre populações de origem europeia e africana, e o resultado não poderia ser outro senão uma parte mestiça e culturalmente riquíssima da Europa – Portugal e Espanha.

A luta e finalmente vitória cristã, se deu em meio à disputa por influência senhorial entre os condes e barões cristãos e sultões ou califas islâmicos. Em termos de cultura, a luta resultou na atual cultura mestiça peninsular, que acabou por ser a influência europeia que o Brasil recebeu. Historicamente, os portugueses permaneciam essencialmente guerreiros cristãos, combatendo os infiéis islâmicos, ainda no século XV ou XVI. Vários séculos de luta por expansão dos senhores cristãos acabaram por transformar estes povos em excelentes guerreiros, gestores de conquistas e opressores poderosos. A escravidão era comum, até porque os portugueses eram também escravizados pelos africanos islamizados e seus piratas.

Em termos de estrutura social, Portugal e Espanha eram regiões dominadas por uma sociedade senhorial de base comercial e com urbanização milenar. Afinal Lisboa, Sevilha, Cadiz e outras, já eram cidades com 2500 anos, ou mais, no século XV. Esta ordem socio-metabólica funciona com a propriedade das condições necessárias para a reprodução da existência social, na mão dos senhores, que se constituem em classe dominante das relações sociais. Na Ibéria, a disputa pelo prestígio e reconhecimento desta propriedade de recursos estava exatamente depositada sobre a disputa de prestígio popular entre o cristianismo e o islamismo. As classes mais baixas necessitam validar com sua crença e participação o prestígio e poder dos senhores de cada reduto. Esta disputa saiu da Europa e ganhou a África e a América, na medida da expansão das nações ibéricas para além-mar.

A expansão ibérica já é prova da eficiência do modo de reprodução social daquela sociedade no século XV. De fato, a sociedade senhorial, urbana e comercial da península tinha a capacidade de reproduzir maior número de sujeitos e sustentar uma maior população que qualquer outra daquele momento. Isso os transformou não só em conquistadores, descendentes daqueles que reconquistavam a Ibéria, mas também colonos eficazes, capazes de atrair para o seu modo de vida grandes quantidades de população, mesmo que muitas vezes utilizando da opressão e força. A força somente não é capaz de explicar a expansão do modo de vida ibérico. A história está plena de exemplos de invasores poderosos que acabaram vivendo conforme os invadidos. Foi assim com os poderosos Hunos. E mesmo em Portugal, os Germânicos, conquistadores dos romanos, acabaram vivendo como eles.

É o modo de reprodução mais eficiente e capaz de sustentar mais sujeitos que acaba por determinar a predominância de um modo de vida sobre o outro.

É necessário dizer que no seguimento da reconquista cristã da Península Ibérica os Portugueses se tornaram excelentes navegadores e comerciantes. Iniciaram a navegação atlântica da África, até porque estavam ali continuando o combate aos Islâmicos, antigos inimigos, mas também para prosseguir este combate cristianizando populações locais e assim avançando ainda mais sobre o islã. A expansão era acompanhada sempre pela exploração comercial, que se desenvolvia em meio à formação do mercado capitalista europeu, e pela colonização e ampliação do poder dos estados que começaram a se formar, a partir de governos monárquicos. (TAVARES, 2001)

No século XV, a sociedade herdeira de toda essa dinâmica étnica e cultural, resultado das misturas do oriente, ocidente e África, chamada Portugal, estava em expansão. As famílias importantes dos senhores geriam seus redutos de poder e existência, mantendo a clientela e dependência das populações, na medida em que eram prestigiadas e sustentadas por elas, que as reconheciam como representantes e proprietárias dos recursos produtivos. As cidades comerciais estavam a crescer, principalmente Lisboa e Porto, centralizando o comércio do excedente das produções dos redutos do país, mas também servindo de centro articulador de produtos, de cultura, de vida, entre Portugal, Espanha, Mediterrâneo, costa da África, Oriente Médio e Atlântico Norte. Portugal desenvolvia tecnologia náutica, e somava conhecimento de gestão e de estratégia guerreira, na direção da expansão de seu estado monárquico.



Imagem 4 – Lisboa final da idade média.

BRAUN & HOGENBERG. *Civitas Orbis Terrarum*. Colônia: 1572.

A expansão levou da África ao extremo oriente, e depois ao Brasil, servindo para mundializar a humanidade, e, particularmente, para lançar as bases de um conjunto de povos de expressão portuguesa que hoje existe no mundo.

1.4 ENTRELAÇAMENTO DE CONTEXTO: CONVIDADOS À FORÇA E RAÍZES AFRICANAS.

Há uma continuidade histórica e geográfica entre o Magreb, norte da África, e a Península Ibérica, sul da Europa. De fato a continuidade e vizinhança fazem dos dois vizinhos partícipes frequentes, talvez até inseparáveis, dos mesmos contextos e tramas da história. A África pertence à história portuguesa, até mesmo por serem de origem africana muitas das cidades do país, incluindo Lisboa. Por pelo menos duas vezes, a Ibéria teve senhores e classes hegemônicas de origem africana no poder, as duas vezes com permanência de pelo menos 600 anos. Tuaregues, Mouros, Berberes e outros são os “morenos” que vieram se mesclaram e dominaram a península em vários momentos. O contrário era verdadeiro. A península visitava e participava de conflitos e processos africanos muito frequentemente. (SILVA, 2002)

A escravidão, a captura de seres humanos para que servissem em trabalhos forçados, separando-os de suas famílias e formas de vida, foi fruto de muitos anos de interação, e a princípio ocorria tanto na direção norte-sul como na sul-norte. Ou seja, os hispânicos também eram muito escravizados na África do Magreb. É inclusive comemorado em Portugal, até hoje, a data da libertação dos escravos brancos no Marrocos. O início do período colonial brasileiro coincide com a expansão da Europa e das práticas de captura de cativos e escravidão dos africanos.

Os descobrimentos portugueses tinham também um caráter de continuação da reconquista contra o Islã, assim como de fortalecimento do cristianismo contra os tradicionais rivais maometanos. A escravidão usou, ao menos a princípio, o argumento da Guerra Santa. Os primeiros escravos eram na maioria capturados entre os negros islâmicos do Magreb e da região sudanesa. Os negros da Guiné, do Senegal, da Mauritânia. O tráfico, novidade da escravidão moderna, que transformava o

processo de captura e escravidão em sistemático processo de comercialização infame, expandiu o processo todo, e a própria navegação portuguesa que entrou em contato com muitas Áfricas. Além dos islâmicos, os Yorubás e povos do Golfo da Guiné, da Nigéria, outros mais ao sul, Bantos, também moçambicanos, sujeitos originários de áfricas diferentes, foram levados ao Brasil na condição de escravos.

Não percamos de vista, no entanto, que a África é mais da metade islâmica, e que os inimigos da fé católica são, historicamente, islâmicos, e vice-versa. Notemos que o Islã não foi preservado como fé no Brasil. O Islã era de fato proibido, sem qualquer possibilidade de permissão. As outras religiões africanas, ou de origem africana eram mais toleradas, até porque serviam para diferenciar os senhores, cristãos, dos subalternos, com

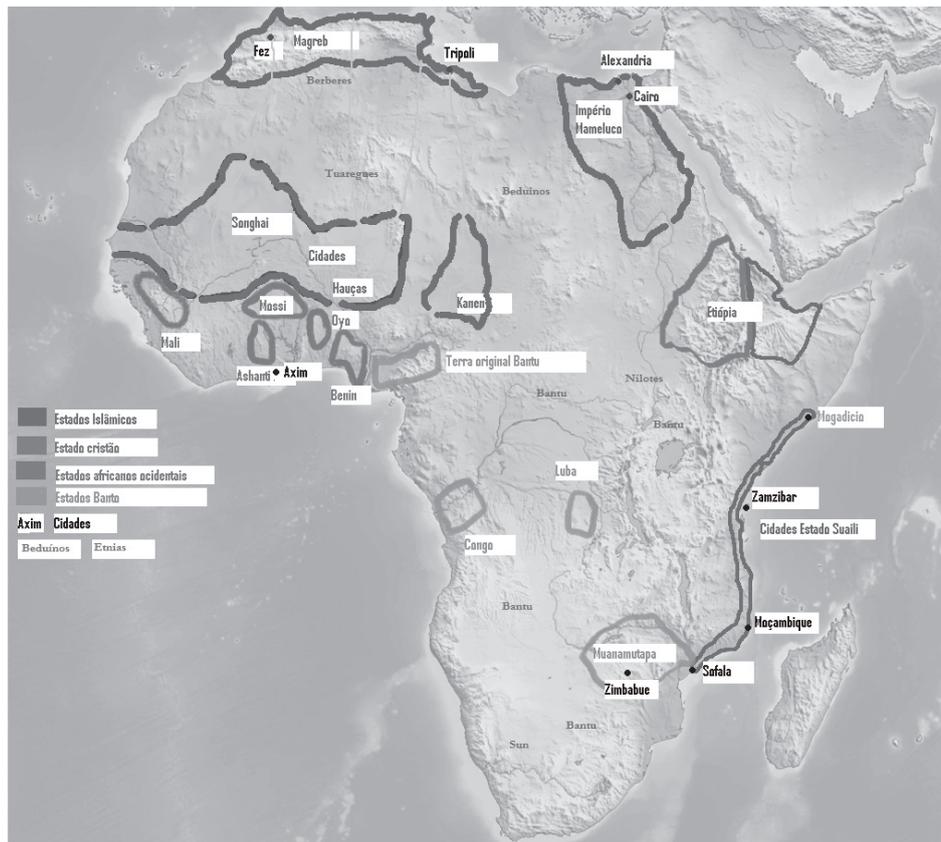


Imagem 5 – Estados Africanos Medievais.

outras religiões. Africanos cristãos, como os etíopes, não foram escravizados. O islamismo era totalmente perseguido.

Em termos de modo de reprodução da existência, o norte da África, o Magreb, a região sudanesa, a África subsaariana, e até as regiões do golfo da Guiné ou da costa do Índico, existia segundo uma ordem sociometabólica senhorial, baseada em emirados e califados ou em outras estruturas semelhantes de apropriação das condições da existência. Muitas sociedades, principalmente as mais próximas do mediterrâneo, eram urbanas. A reprodução social era principalmente baseada no reduto de um senhor, na capacidade deste reduto produzir a existência, e na urbanidade comercial antiga, que unia os povos africanos ao mediterrâneo, à Índia, e ao Oriente.

Mais ao sul, principalmente Bantos, e outras etnias menos numerosas, viviam em sociedades tribais de organização muito semelhante, em sua reprodução social, às formas de vida dos Tupinambás. (SILVA, 2002)

O mapa acima revela a distribuição dos estados africanos no século XV. Ao norte, mesmo ao redor do rio Niger, ao sul do Saara, estavam os estados islâmicos, inimigos históricos dos reinos ibéricos, Portugal e Espanha. A costa leste da África também estava dominada pelo Islã. Ao Sul do reino islâmico de Songhai, e das cidades Hauças, estavam os Yorubás e outros povos sudaneses politeístas. A prática de escravidão entre estes povos era antiga. Os portugueses vão entrar neste contexto, já inimigos dos islâmicos, desde a época da reconquista. Na África central e meridional percebe-se a presença dos Bantos. Os cristãos da Etiópia estão próximos da Ásia.

Referências

BAHIA, Secretaria da Educação da. **As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos**. Salvador: Boanova, 2000.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1997.

SILVA, Alberto. **A enxada e a lança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **A manilha e o lumambo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

TAVERES, Luís. **História da Bahia**. Salvador: Edufba/UNESP, 2001.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Na localidade baiana onde esteja o leitor, sugerimos que este investigue quais grupamentos indígenas existiam originalmente nesta localidade ou arredores, assim como de que forma estes índios foram interagindo com a chegada da colonização e dos novos ocupantes.

Completando o pensamento sobre a origem da comunidade onde vive, procure registros sobre os colonos portugueses e africanos, possíveis comunidades quilombolas, registros dos grupos que foram chegando ao território em que habita. Reveja nomes de pioneiros, de lugares, bairros e ruas, procure saber de onde, de que regiões da África vinham os africanos. A ideia é ampliar a consciência das origens de sua região.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a Península Ibérica e sua história antes da descoberta do Brasil, leia o excelente livro de José Mattoso, muito didático e detalhado, História de Portugal. Outras leituras importantes são: TAVERES, Luís. História da Bahia. Salvador, EDUFBA\UNESP, 2001 e BAHIA, Secretaria da Educação da. As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos. Salvador: Boanova, 2000.

Há também um bom resumo na página da UFPE: <http://www.cin.ufpe.br/~rac2/portugues/hist.html>. Também visite a página: http://www.libanoshow.com/home/cultura_arabe/iberica.htm sobre os muçulmanos na península.

Sobre a África recomendamos uma visita a 3 páginas da WEB:

<http://www.suapesquisa.com/afric/>

<http://www.tg3.com.br/africa/>

<http://www.yorubana.com.br/historiaafrica.asp>

**A BAHIA: MUNDOS
QUE SE CRUZAM NO
SÉCULO XVI**

CAPÍTULO 2



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a thin grey border, intended for the user to write their notes.

CAPÍTULO 2

A BAHIA: MUNDOS QUE SE CRUZAM NO SÉCULO XVI

Aula 3 – Primeiras comunidades baianas: primórdios da colonização

Objetivo:

Entender os primeiros tempos e formatos da colonização da Bahia e o surgimento das primeiras comunidades baianas.

2.1 BAHIA: PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES E INTERAÇÕES COM OS LOCAIS

Foi na Bahia, em 22 de abril de 1500, ainda século XV, que o navegador português Pedro Álvares Cabral desembarcou na expedição que anunciou ao mundo a existência do Brasil. Cabral ficou no Brasil dez dias antes de seguir para as Índias. Deixou aqui dois portugueses, acolhidos pelos tupiniquins da região, que deveriam aprender os costumes. Isso se configurou no primeiro evento propriamente brasileiro da história: começava aí a história do Brasil; o encontro de etnias, culturas e contextos históricos, que aconteceu a partir de 1500. (BUENO, 1998)

É de 1501 a expedição de Gonçalo Coelho. Com Américo Vespúcio a comandar uma das naus, e com o calendário dos dias santos, visitaram o litoral baiano e deram nomes aos acidentes geográficos. A esquadra veio do norte. O Rio São Francisco foi descoberto e nomeado em 4 de outubro. A frota continuou para o sul, e em 1º de novembro de 1501 avistaram uma grande baía, e lhe batizaram Baía de Todos os Santos. Ficaram 27 dias. Foi o primeiro encontro com o Recôncavo, onde será fundada Salvador. Viveram com os Tupinambás. Compraram dos Tupinambás 10 índios, provavelmente Tapuias, que agora seriam escravos. (BAHIA, 2000)

Seguiram navegando o litoral sul da Bahia, até pararem na Baía de Cabrália, próxima a Porto Seguro. Um ano e oito meses haviam se passado desde o descobri-

mento. A frota colheu Pau-Brasil em Porto Seguro, o que acabou por ser o primeiro ato da prática que sustentaria os primeiros tempos de colonização.

Em 10 de julho de 1503, Vespúcio volta ao Brasil, de novo sob o comando de Gonçalo Coelho. Descobriu o arquipélago, que mais tarde seria denominado Fernando de Noronha, e veio mais uma vez à Baía de Todos os Santos. Américo ficou 2 meses na Baía.

Fernando de Noronha se tornou o “dono” do Brasil em 16 de janeiro de 1504. A partir do arquipélago que recebeu como donataria, a primeira donataria do Brasil. Passou a explorar o pau-brasil existente na costa brasileira, inaugurando uma fase de exploração da costa, que refletiu na Bahia.

O pau-brasil era trocado por machados, anzóis, tesouras e outras quinilharias com os índios. Logo, porém, os índios passaram a desejar mais. A extração da madeira exercia um papel mediador, pois levava os índios a conhecer e participar do modo de reprodução social que começava a ser construído, bastante eficiente e capaz de sustentar muito mais seres humanos que as ordens sociais indígenas. A integração sociometabólica indígena foi se dando por aproximação e concreto pertencimento das relações de reprodução social que se construíam, e não simplesmente por guerras e dominação. O índio percebeu logo que um machado de ferro representava cortar uma árvore 12 vezes mais rápido. Os hábitos alimentares, técnicas de construção, conhecimentos da terra que os índios tinham, iam se distribuindo, pouco a pouco, segundo a ordem e organização de vida da colônia.

Segundo Eduardo Bueno, em 1519 existiam ao menos 3 feitorias de pau-brasil na costa brasileira: Cabo Frio, Rio de Janeiro e Itamaracá. Existia outra na Baía de Todos os Santos. É conhecido que a Nau Bretoa, a serviço de Noronha, ancora e se relaciona com os índios da feitoria da Baía de Todos os Santos, em 1511. As relações amistosas entre os portugueses e os tupinambás da Baía aconteciam desde 1501. Parece que os portugueses não tinham o controle sobre esta feitoria, ou ela não era associada à Noronha. O fato é que em algum momento, dentre 1503 e 1519, certamente em 1511, a Baía de Todos os Santos já tinha uma comunidade “brasileira” de “miscigenados”.

Nesse início, a Bahia não foi construída apenas de tupinambás e portugueses. O bretão Paulmier Gennoville partiu em 24 de junho de 1503, da França. Aportou na

Argentina e seguiu rumo norte. Chegou à Baía de Todos os Santos em 20 de outubro de 1504 e foi bem recebido pelos mesmos tupinambás. Receberam preciosa carga de pau-brasil. Tudo indica que a feitoria da Baía tenha sido formada por tupinambás, portugueses e franceses, desejosos de comerciar, sem relação com Fernando de Noronha. Entende-se assim a relativa omissão da Baía de Todos os Santos como feitoria de Noronha. O primeiro povoamento da Bahia se dava sem o controle, senão dos tupinambás. A comunidade se formava da práxis comum que os envolvia.

Os franceses na Bahia: Na costa norte-ocidental da França estão a Bretanha e a Normandia, uma região de cultura celta antiga, capaz até mesmo de sobreviver à latinização, pois até hoje ainda são falados dialetos celtas dos antigos gauleses. Na Bretanha existia desde o século XIV tradição náutica, melhorada desde o século XV com a contratação de mestres portugueses. No final do século XV algumas cidades desta região haviam se tornado centros da manufatura têxtil francesa, principalmente pelos chapéus e gorros. Eram clientes do pau-brasil brasileiro. Não foi difícil que se interessassem pelo comércio da madeira, e logo começassem a disputar a colonização com os portugueses (CALMON, 1959).



Imagem 6 – Normandia e Bretanha

Disponível em:

http://commons.wikimedia.org/wiki/Stielers_Handatlas_1891#France

Acesso em: 28/10/2011.

Compreender-se-á melhor ao estudarmos Diogo Álvares Correa, o Caramuru.

Quando, em 1531, Martim Afonso de Souza chegou ao Brasil, com um galeão, duas naus e duas caravelas, mais 400 homens iam à direção de São Vicente fundar a futura vila. Encontrou um naufrago português, de Viana do Castelo, na Bahia há 20 anos, casado com uma índia tupinambá: Paraguaçu, filha de chefe da região, o índio

Itaparica, rei da ilha. Caramuru teria se tornado uma espécie de chefe local, muito respeitado pelos índios, era referência para os portugueses, assim como para franceses. Sua esposa havia viajado com ele até a França, e lá foi batizada e se casaram, tornou-se Catarina Paraguaçu. Havia se formado uma comunidade brasileira de tupinambás, naufragos portugueses, espanhóis e franceses. Não era uma feitoria de Noronha, mas de um entreposto construído entre visitas, interações, escambo e naufrágios. Assim nascia a comunidade que daria suporte à futura colonização, visto que era o embrião de Salvador, futura primeira capital do Brasil. (BUENO, 2006)

2.2 AS CAPITANIAS DA BAHIA



Imagem 7 – Capitanias Hereditárias

Disponível em:

<http://www.semreptops.com/estudo/capitanias-hereditarias-resumo/>

Acesso em: 25/07/011.

A decisão de criar capitanias hereditárias decorreu de algumas crises e pressões.

A exploração do oriente ficava cada vez mais cara e difícil: islâmicos, indianos, chineses e outros, tinham organização social resistente e modos de reprodução da existência eficazes. Por outro lado, a ameaça francesa era cada vez mais forte. Os franceses foram os primeiros

a reclamar da divisão do mundo entre espanhóis e portugueses. Havia ainda uma questão com os espanhóis. As informações sobre as riquezas minerais de Potosi, na Bolívia, a importância da bacia do Prata, construíram uma área de disputas entre Portugal e Espanha pelo domínio da costa sul da América.

Uniram-se o rei D. João III, o Conde de Castanheira, António de Ataíde, e Martin Afonso de Souza, e prepararam uma poderosa expedição para que pudesse dar conta do combate aos franceses e das disputas com a Espanha, dando início assim, a uma colonização regular e planejada do Brasil.

A frota aportou na Baía de Todos os Santos em 31 de março de 1531, e aqui encontrou o Caramuru e sua comunidade euro-tupinambá, que reconhecidamente já negociava com franceses, portugueses, espanhóis, italianos e outros. Martim Afonso ficou quase 1 mês na Baía, onde participou de festas com a comunidade mestiça. Dois marujos foram deixados para experimentar sementes europeias, asiáticas, quem sabe a cana-de-açúcar, a manga, a jaca, e outras. De fato, a presença de Martim Afonso e o maior combate aos franceses, serviram para mostrar o tamanho do risco. Decidia-se assim, em 1532, colonizar o Brasil, dividindo-o em capitanias, dentre elas a de Martim Afonso. (TAVARES, 2001)

O território hoje da Bahia foi dividido em 3 capitanias: de Ilhéus, de Porto Seguro e da Bahia.

Ilhéus foi doada em 1º de abril de 1535, a Jorge de Figueiredo Correa. De família de altos funcionários da coroa. Optou-se pela vila em uma enseada na embocadura do rio Cachoeira, além de área boa para a defesa contra inimigo, no mar ou em terra. Tinha terra fértil, águas límpidas e mata exuberante. O que os portugueses ignoravam era a proximidade dos Aimorés, Tapuias tradicionais inimigos dos Tupiniquins da região, estes últimos aliados dos portugueses. A princípio tudo correu bem, inclusive até o primeiro carregamento de pau-brasil, que estimulou a expansão.

Os tupiniquins mantinham-se próximos e participavam do escambo e integração via coleta, e os nômades aimorés guardavam distância. O crescimento da vila fazia necessário buscar alimento cada vez mais longe. A cana-de-açúcar começou a exigir mão-de-obra. A princípio os portugueses estimularam a guerra aos Aimorés e os Tupiniquins capturaram “índios de corda”. Depois o português resolveu esquecer suas velhas alianças e capturar os próprios tupiniquins. Desde aí surgiu uma guerra generalizada.

Figueiredo era espanhol, e isso bastava para originar muitos conflitos. Em 1546, os aimorés passaram a atacar a vila e os portugueses, assim como também Porto Seguro mais ao sul. Em 1570, Ilhéus, que já fora habitada por 500 famílias, não tinha mais de 100. Ilhéus foi quase toda perdida para os “formidáveis Aimorés”, imbatíveis, como declaravam alguns.

Em Porto Seguro foi parecido. Entusiasmados com a guerrilha os aimorés também atacaram Porto Seguro, mais ao sul. Pero do Campo Tourinho, cristão-novo, havia recebido a capitania em 27 de maio de 1534. Pero Tourinho veio, ele mesmo, com mulher, três filhos e seiscentos colonos de Viana do Castelo. Chegou a julho de 1535. Construiu a vila com vista para a Baía, onde hoje ainda está a vila histórica de Porto Seguro. Foram 10 anos de sucesso, até 1546. Os tupiniquins eram os aliados dóceis do tempo de Cabral. Os colonos viviam da pesca abundante.

A capitania estava assolada pelos invasores indígenas, assim como pela perseguição da inquisição ao seu donatário, cristão-novo.



Imagem 8 – Porto da Barra no século XIX. Marcas ainda visíveis da Vila dos Pereira.

Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia-da-imigracao/1872-igreja-santo-antonio-da-barra/view>

Acesso em 28/12/011

A capitania da Bahia de Todos os Santos abrangia o que hoje é o estado de Sergipe, além de território atualmente baiano. Francisco Pereira Coutinho era filho do alcaide da cidade de Santarém. Era da nobreza mais

importante portuguesa. Fez parte das viagens ao oriente, e em Goa, Índia, construiu a reputação de rude e autoritário. Era conhecido como o rusticão. Pereira recebeu a donataria em 5 de abril de 1534. Caramuru mostrou sua importância: um navio espanhol havia naufragado em Boipeba. Quase todos os 90 espanhóis foram mortos pelos tupinambás. Apenas 17 foram salvos por Caramuru e mais seis ou sete portugueses da vila na Baía. Enquanto os colonos vindos com a autorização e cartas de doação real eram atacados, Caramuru e seus companheiros, povoadores espontâneos e colaboradores dos Tupinambás eram respeitados. Eis o que enfrentaria Pereira Coutinho.

Quando Coutinho ancorou na Ponta do Padrão, atual Farol da Barra, com sete navios, por volta de novembro de 1536, doou uma boa sesmaria ao Caramuru, procurando mantê-lo ao seu lado.

A vila do Caramuru estava nas encostas do Outeiro Grande, atualmente ocupados pela Graça e da Vitória. As igrejas de Nossa Senhora das Graças e a de Nossa Senhora da Vitória, cujas origens são do período de Caramuru revelam aproximadamente a localização antiga. Local de defesa e acesso fácil.

A vila era habitada por pelo menos 8 europeus, um genovês, e um marinheiro luso desertor – que eram casados com filhas de Caramuru -, dois portugueses haviam sido deixados por Martim Afonso, e mais 4 desertores. Havia ainda uma centena de índios tupinambás.

Em 1536, o número de europeus havia subido de 9 para 200.

Pereira ergueu sua vila no atual Porto da Barra. Construiu uma torre de 2 andares, no mesmo local onde hoje está o Forte de São Diogo. Com o tempo, o Rusticão não conseguiu ficar bem com os nativos. Permitiu que seus homens se espalhassem pelo recôncavo, o que acabou descentralizando a colonização. Dispersos, os colonos reduziam a disciplina e a capacidade de defesa. Pereira permitia que seus comandados capturassem e abusassem dos nativos, mesmo aqueles há muito aliados do Caramuru. Para a cana-de-açúcar, seus colonos instalaram engenhos em Pirajá e em Paripe, e receberam autorização de escravizar os tupinambás. Cerca de 6000 tupinambás queimaram os engenhos e atacaram os colonos como consequência dos ataques e da quebra da aliança de décadas. Alguns europeus se uniram aos indígenas contra o Rusticão.

Caramuru parece ter ficado em silêncio. Pereira acabou fugindo para Ilhéus, e os Tupinambás arrasaram a

vila, invadiram a torre e deitaram fora os canhões.

Com a saída de Pereira, os franceses pareciam dispostos a iniciar uma colonização da Bahia. Caramuru, talvez receoso das consequências, viaja até Porto Seguro em seu barco para avisar ao donatário Tourinho. Voltando à Bahia na tentativa de reaver sua vila arruinada, Pereira naufraga em Itaparica e é morto por um índio de cinco anos de idade.

Em tal situação, Portugal resolve então criar o Governo Geral.

Referências

BAHIA, Secretaria da Educação da. **As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos**. Salvador: Boanov, 2000.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil, a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados, as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1959, v. 1.

TAVERES, Luis. **História da Bahia**. Salvador, Edufba/UNESP, 2001.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre as capitanias hereditárias convém ler o clássico Pedro Calmon: CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1959, v. 1.

Aula 4 – A cidade do Salvador

Objetivo:

Analisar as questões que levaram a fundação da cidade do Salvador, assim como a posterior colonização do recôncavo e das áreas de influência da nova capital. Estudar o surgimento desta antiga região cultural do estado.

2.3 SALVADOR, A CAPITAL DA COLÔNIA.

Ao decidir substituir a iniciativa privada das donatarias delegadas pela presença do estado monárquico português, a metrópole transformaria as feições da colônia. Os franceses estavam cada vez mais ousados; a Espanha se interessava cada vez mais pela costa sul da América. D. João III decide então por iniciar os Governos Gerais.

O fracasso de Francisco Pereira Coutinho em estabelecer-se na Bahia criou a situação favorável à instalação da monarquia no Brasil.

Partiu de Lisboa, em 1º de fevereiro de 1549, uma frota de 3 naus, 2 caravelas e 1 bargantim, com aparato administrativo, militar e de serviços, sob comando do nomeado 1º Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. (CARNEIRO, 1980)

A frota desembarca no Porto da Barra, em frente da abandonada ruína da fortaleza de Francisco Pereira Coutinho, atual Forte de São Diogo, em 29 de março de 1549, data da fundação da cidade do Salvador.

Iniciava-se outra dimensão de colonização com a implantação de uma verdadeira estrutura de governo: Governador Geral, Provedor Mor, Ouvidor Geral e Capitão Mor. Os custos das intervenções muito diminuía, ficando com Lisboa os atos mais estratégicos de política mais ampla. Na Bahia, o Governo Geral seria capaz de tomar posição e encaminhamentos próprios do interesse português. (AZEVEDO, 1969)

Chegavam também, o primeiro bispo do Brasil, autoridades e uma dezena de escrivões: o registro de tudo começou a ficar mais fácil.

A cidade foi configurada pela institucionalidade latina. Salvador começou a existir ainda a partir da nau Conceição, capitânia da costa Brasileira. O governador demorou alguns dias para desembarcar, pois a cidade foi construída aos poucos.

A cidade ampliou a capacidade da ordem sociometabólica que se instalava, em atrair e convencer mais índios, e agora já também os escravos africanos, todos construindo aquela nova forma de existir, mesmo que envolvidos em desacordos e contradições. Soldados e funcionários públicos ganhavam soldos e salários, e se constituíam em um grupo de sujeitos urbanos. A cidade se constituiu em centro da nova forma de viver daquela região. A maior eficiência da ordem sociometabólica senhorial começou a ficar mais evidente para os colonos, para os indígenas próximos também. É claro que a força militar contribuiu para a dominação e para a imposição de uma ordem.

A influência da forma urbana, latina de viver, expandia-se em detrimento das outras formas sociais. Os próprios índios iam aderindo à nova ordem.

Por outro lado, a Bahia foi sendo efetivamente conquistada pelo governo geral. O Governador Geral foi nomeando autoridades locais e de vilas em todo o Brasil, assim como para a nova cidade e municipalidade. Criava-se uma governança e instâncias de decisão. Salvador se tornava centro de influência vasta e nacional, ajudando a construir a cultura e práxis do Brasil. Ao reunir Ilhéus, Porto Seguro e Bahia, Tomé de Souza estava criando o embrião da Bahia de hoje. (TAVARES, 2001)

A primeira feira livre semanal do Brasil vai ocorrer na praça, em frente ao Portão de Santa Luzia, na atual Praça Castro Alves. Uma vez por semana os portões da cidade estariam abertos aos índios que assim desejassem, para que fosse ali comercializado todo o tipo de produção dos índios, vindos do reino ou das índias. A feira penetra fundo no interior, chega aonde não tem nem mesmo consciência. Os índios passam a contar com aquele tipo de estrutura de vida e começam a se acercar dele, a pensar nele, a pensar sobre o que levariam como produto para vender na próxima semana, sobre o que iriam adquirir e levar para as suas casas.

Os indígenas que se cristianizassem deveriam ser atraídos para viver nos arredores da cidade. Para complementar esta ação de busca de aliança e influência para com os locais, o governador proibiu a agressão aos antigos aliados tupinambás e tupiniquins, proibindo a escravidão e estimulando que viessem para fazer escambo e se deixar envolver.

A cidade era uma fortaleza e tinha uma grande quantidade de militares. O Governador tinha ordens para armar a nova capital, assim como os engenhos dos arredores,

inclusive com naus e caravelas, mas jamais dar armas aos nativos. Foi criada, então, a Ribeira das Naus onde hoje está o antigo Arsenal da Marinha, entre as antigas ladeiras da Preguiça e da Conceição da Praia. Caravelas, caravelões, até mesmo naus, bargantins, galés, e outros barcos começaram a ser fabricados na Bahia.

Com esta nova força institucional, de suporte fabril e poder militar, o combate aos franceses foi retomado com força. A nova armada do Capitão Mor, Pero de Góis, atacou os franceses onde pode.

Salvador ficou a uma légua, ou seis quilômetros, da antiga Vila dos Pereira, mais para dentro da baía, a 100 metros de altura, de fácil defesa e difícil acesso. A montanha era quase que uma parede quando vista do mar. A cidade foi logo cercada por paliçada de madeira, substituída por taipa, estrategicamente defendida por baluartes de pedra em pontos mais importantes.

O Mestre Luís Dias, construtor da cidade, relatava em 1551, a existência de 10 casas de alvenaria, fora as de taipa. O prédio da Câmara já estava construído nos finais de 1549, o Palácio do Governo estava em construção em 1551.

O Caramuru e sua gente ajudavam muito. Reconhecido pelo governador, e ao que parece entendendo que a situação agora o aconselhava a juntar-se ao governo, Diogo Álvares pôs não só os índios de sua povoação a serviço da produção de alimento para a cidade, como também a aldeia de Tatuapara. (CALMON, 2002)

A igreja, antes presente em capelas e casas de oração, agora chegava forte com padres e irmãos, principalmente Jesuítas. Os religiosos logo se apossaram dos locais de culto da antiga vila, preparando-se para o trabalho de catequese e para a construção de novos templos. A cidade passou a contar também com vários profissionais, um cirurgião, boticário e outros. Foi logo iniciada a construção de um hospital. No nível do mar, foi construída apenas uma rua costeira, na qual se iam montando casas de comércio de importação e exportação e outros menores. No alto estava a maior parte das ruas, a principal se chamou Rua Direita do Palácio. As casas todas se concentravam na praça ao lado do portão de Santa Luzia, atual Praça Castro Alves, devido a primeira feira regular do Brasil estar aí situada, assim como a principal ladeira de acesso ao porto. Com o tempo, a presença dos beneditinos fora das muralhas, acabou transformando o nome da porta de Santa Luzia que passou a chamar-se de São Bento, assim como do

outro lado, a de Santa Catarina passou a chamar-se do Carmo, devido a presença das Carmelitas, também fora das muralhas, só que nesta outra posição. Baluartes de pedra e cal, com canhões, foram construídos.

Apesar das leis e regimentos favoráveis aos índios, tal política atingia os que estavam aculturados e eram considerados amigos. Valendo-se da inimizade entre os próprios índios, e do comércio que alguns deles faziam com os franceses, ao que parece conduzido e organizado por Caramuru, os portugueses continuaram atacando os índios que resistiam a integrar-se e aqueles considerados inimigos, fazendo assim muitos escravos. A cidade e os engenhos dos arredores cresciam também a partir da soma destes cativos.

A vida local se organizava muito conforme a cultura indígena, isso embora se notasse que havia uma adaptação dos produtos e coisas da terra à forma mourisca e tradições existentes na Europa. Construía-se mesmo uma cultura mestiça, muito embora dominada pela ordem reprodutiva senhorial advinda de Portugal.



Disponível em

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Teixeira_Albernaz,_o_velho

Acesso em 28/12/011

Crescia também a mancebia: os religiosos como Nóbrega reclamavam que os homens daqui, inclusive os casados, tinham muitas mulheres índias. Os homens das tribos inimigas eram mortos ou escravizados, as índias eram feitas mancebas.

Desta forma o número de caboclos ia crescendo e se espalhando pela cidade, pelos engenhos e até pelo sertão. Era mais uma força de crescimento da população urbana, mas também de penetração da nova forma social nos sertões da Bahia. Os cristãos-novos, judeus e islâmicos convertidos, vieram aos montes para o Brasil,

especialmente para a capital. Foragidos das perseguições da inquisição passavam a ser aqui mais respeitados e a buscar anonimato. O baiano era o mestiço de português, cristão-novo e índio, mais tarde também de negro, desde a origem era construída na Bahia uma realidade muito miscigenada.

A maior novidade de todas, porém, era a chegada, desta vez em grande número, de negros da Guiné. É provável que com Pereira Coutinho já tivessem chegado alguns africanos. Agora, porém, os africanos começaram a chegar cada vez em maior número e de forma regular. A proibição e dificuldades em escravizar os negros da terra - como eram nomeados os índios - pressionaram para que a escravidão dos africanos crescesse. Os negros, nesse momento vinham predominantemente da região da Guiné, e estavam sendo capturados das guerras estimuladas pelos portugueses entre as populações islamizadas e as não islamizadas, as primeiras da Guiné, Senegal e Mali, conhecidos como hauças, as segundas da Nigéria, eram os gegês e nagôs. A partir de 1555, populações bantas, do Zaire, do Congo, de Angola e até Moçambique também passaram a serem vítimas do tráfico.

Os da Guiné eram preferidos para trabalho urbano, enquanto os bantos eram para o trabalho pesado no interior. A escravidão é antiga prática destas populações africanas e europeias. A diferença ainda mais perversa deste processo iniciado no século XVI estava em transformar em mercadoria sistemática e regular, os seres humanos, o tráfico.

Salvador também cresceria em decorrência, e de fato, com o tempo, até mesmo passou a capitanear, este processo escravista. Com relação à ordem social. Em parte os negros já vinham de sociedades senhoriais mulçumanas, ou de outro tipo ligadas aos yorubas e gegê-nagôs. Os negros, explorados, se aproximaram dos tupinambás. Além disso, a maior eficiência reprodutiva da sociedade construída sobre hegemonia europeia ia prevalecendo do mesmo jeito, o que significava que mesmo o quilombo bem-sucedido - no sentido da fuga e do estabelecimento de certa autonomia - acabava, embora não sem exceção, realizando sua existência à órbita do crescente modo de reprodução senhorial brasileiro.

Em 1576, Salvador, Paripe e Vila Velha tinham já 1 100 vizinhos, aproximadamente 4 a 5 mil pessoas. Eram brancos, muitos índios "mansos", também escravos africanos, estes, porém sempre fugindo e alimentando

quilombos no interior. Em 1580 estimaram-se em 800 brancos, 8000 índios cristãos, 4000 escravos da Guiné, a população da cidade que se aproximava, portanto, dos 15000 habitantes.



Imagem 10 – Gravura que ilustra a reconquista portuguesa de Salvador, diante dos holandeses em 1624.

Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia/s.-salvador-baya-de-todos-os-santos-1624/view>

Acesso em 28/12/011

Os clérigos reclamavam do barbarismo dos colonos. Apesar da grande população, somente 70 meninos, filhos dos portugueses, estavam na escola dos Jesuítas. O afastamento das letras talvez viesse da necessidade de braços e das distâncias. Em 1580, a cidade com 40 anos, era rodeada por cerca de 40 engenhos de açúcar ao redor da baía, mas também na baía Camamu, nas ilhas de Boipeba e Tinharé, e em Tatuapara, atual Praia do Forte. Os mascates de Salvador percorriam por barco ou por trilhas estes engenhos, dando início assim a rotas e práticas comerciais. O conjunto de mares internos, baías, enseadas, ilhas, dos arredores foi dando feição à ocupação dos arredores da capital e iniciando uma práxis cultural mestiça e original, com elementos tupinambás, acréscimos mouriscos e de cultura lusa, e elementos banto, yorubá ou Guiné, de traços muito comuns, modo de vida similar, sotaque reconhecível e diferenciado de outras partes da Bahia. Os registros indicam que nessa época existiam cerca de 1400 embarcações de vários tamanhos nas redondezas. (HOLANDA, 1960)

Um elemento ainda pouco estudado é o que reúne Salvador e a Bahia a muito mais que Portugal e ao resto do Brasil. A partir de 1549, Salvador passava a ser centro

de ação portuguesa no atlântico sul, ponto de contato e intercâmbio portuário com a África, este mais bem conhecido devido à escravidão, mas também com o oriente. Eram muitos marinheiros e tripulantes baianos, que integravam as expedições, viagens e comércios entre a Bahia e Portugal, e os diversos portos do Goa, Macau, Timor, Diu, Cantão, e todo o mundo de expressão portuguesa. A Bahia, Portugal, os diversos pontos da África, da Índia, do Oceano Índico, do Extremo Oriente, já foram parte de um mesmo Estado, de um mesmo país ligado por portos e comércio ativos. A cidade foi construída para suportar o império colonial português e suas relações. Talvez por isso, em pouco tempo, a cidade já fosse a segunda maior do reino, atrás apenas de Lisboa.

Referências

AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado federal, 2002.

CARNEIRO, Edson. **A cidade do Salvador, 1549**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOLANDA, Sérgio. **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

TAVERES, Luís. **História da Bahia**. Salvador: Edufba/UNESP, 2001.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a fundação da cidade do Salvador e povoamento dos arredores procurar, sobre Salvador, suas características históricas, étnicas e antropológicas, recomenda-se a visita às páginas WEB seguintes:

<http://www.thalesdeazevedo.com.br/>

http://www.pierreverger.org/fpv/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

<http://www.ighb.org.br/>

http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=3/



REGISTRE SUA IDEIA

Procure entender o início da colonização e do surgimento de uma cultura que podemos chamar de brasileira, na região em que habita.

Procure entender as misturas, as origens das gentes e das práticas de vida. Redija a respeito e troque ideias com pessoas da região. Veja o que dizem os mais velhos.

Aula 5 – Salvador, Recôncavo e expansão da colônia.

Objetivo:

Estudar a formação da região de influência direta de Salvador, seu comércio e povoamento: o processo de construção da ordem reprodutiva colonial senhorial patrimonialista, da práxis social e cultura miscigenada que vai surgir da coexistência entre tupinambás, colonizadores ibéricos e os negros da guiné; que aqui vão construir a prática de vida do chamado Recôncavo Baiano, talvez o primeiro território de identidade brasileiro.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DA HINTERLÂNDIA NAVEGÁVEL DA CAPITAL.

As capitanias da Bahia e de Ilhéus possuem um litoral tão recortado e cheio de acidentes, baías, estuários de rios e ilhas, que constituem com facilidade uma espécie de pequeno mediterrâneo, de fácil navegação, mesmo para barcos pequenos. Isso foi muito favorável à colonização, mesmo antes da fundação da cidade. Facilitava o contato entre os colonos, mas também entre os índios e da mesma forma entre os contrabandistas.



Imagem 11 – Porto de Nazaré das Farinhas com saveiros carregados, em 1860.

Fotografia de Camilo Vedani.

FERRAZ, Gilberto. *Bahia velhas fotografias 1858 – 1900*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

A fundação de Salvador vai criar condição única de desenvolvimento e miscigenação de práticas culturais e modos de reprodução social, que acabará por construir uma práxis social genuinamente brasileira, baiana.

Com a chegada do Governador Geral, sua grande frota e força militar, assim como em consequência da organização gradativa da capital e do governo, a expansão rumo ao Recôncavo pode acontecer. (TAVARES, 2001)



Imagem 12 – Caravela.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caravela>

Acesso em: 14/01/2012.

Desde 1549 seguiu-se o estabelecimento de engenhos e vilas no Recôncavo, região em torno da Baía de Todos os Santos, portanto, navegável e até visível desde o elevado da montanha onde estava Salvador. A primeira vila foi a atual São Francisco do Conde, logo após a fundação de Salvador, ainda na década de 1550. Santo Amaro foi iniciada em 1557, a freguesia da Purificação é fundada em 1604. Em 1580 existiam 36 engenhos em torno da baía, desde Água de Meninos até a entrada do

Rio Paraguaçu. No século XVI são fundadas freguesias e vilas, em Pirajá, Santiago do Iguape, em Itaparica, Nazaré das Farinhas e em Camamu, na baía do mesmo nome, mais ao sul. São da primeira metade do século XVII, Cairú, Boipeba, Jaguaripe e Matoin. Da segunda metade do século XVII são Cachoeira e Maragogipe. As localidades vilas, povoados, engenhos, aldeias de índios cristianizadas, lugarejos diversos que iam interagindo com os engenhos, com as sedes da freguesia, e principalmente com a capital. Eram assim estabelecidas as relações de interdependência e prática histórica comum. Houve o combate ao tupinambá não aliado, em nome de um contra-ataque ao que atacaram Francisco Pereira Coutinho. As tribos resistentes foram exterminadas ou escravizadas. (FREIRE, 1998)

A região de influência de Salvador teria sido o mais antigo território de identidade, com prática social e uma cultura, genuinamente brasileira. Um produto da mistura das etnias, mas também da articulação que a navegação de cabotagem produzia conduzindo a interação das populações sempre em função das demandas da capital. A cidade necessitava de muitos produtos; não só o habitante, cada vez em maior número, mas também o viajante, o navegante de longo curso que vinha do Oriente, da África, da Europa. Além disso, havia a cana, o fumo, o pau-brasil e tantos produtos exportados. Por outro lado os eventos, as festas, religião, política e as feiras, tudo acontecia em torno da navegação na baía, que logo produziu uma intensa ligação entre as populações.

No final do século XVI, a baía se enchia de velas brancas, dos bargantins, saveiros e caravelões, também de jangadas e canoas, todos cheios de pescado, mercadoria ou gente.

2.5 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO BAIANO E DE SUA CULTURA COSTEIRA.

Ao redor dos engenhos, da conversão dos índios, do crescimento da escravidão, da vida no ritmo das marés, da ligação constante e fácil entre localidades costeiras e ribeirinhas, da pesca, das vilas, freguesias e arraiais, do mar e do que ele trazia ou levava; aos poucos se foi construindo uma região de cultura mais ou menos homogênea, cabocla, mulata, cafuza, distante é claro, de qualquer ideia de democracia racial, visto que era

uma sociedade classista e com claras hegemonias. Uma sociedade construída em função de certo branqueamento. Isso não impedia que tradições e formas de expressão ou práticas originárias de qualquer uma das etnias formadoras na nova realidade, fossem absorvidas e revalidadas por sujeitos de origem de qualquer das outras etnias, visto que estava se formando uma forma regional de reprodução social.



Imagem 13 – Baías e Ilhas do litoral baiano
Imagem do autor

As duas grandes baías, a de Camamu e a de Todos os Santos, assim como as ilhas em frente do Rio Una, Boipeba e Tinharé, davam esta condição de comunicabilidade e intercâmbio. As tradições e pessoas que vão se reunindo irão forjar da mistura de práticas ancestrais, as práticas do Recôncavo e Baixo sul.

Dos portugueses vieram as tradições cristãs, mas também as mouriscas, principalmente no que se refere ao artesanato, visto que os bordados, as formas de vestir,

a culinária sofisticada que os portugueses tinham era quase todas de origem moura. É também portuguesa a forma de falar e o dialeto que vai se fazendo com assento e vocabulário mais galego que lisboeta, pois a maior parte dos colonos teria vindo do norte de Portugal e da Galícia. O cristianismo vitorioso há pouco, sobre o islamismo ibérico, chegava com toda a força do proselitismo e do expandir da fé.

Os moçarabes, cristão da península ibérica islamizada, os mulçumanos mesmo, ainda comuns até o século XVII, e os judeus, sempre tão presentes em Portugal e Espanha, seriam a base dos cristãos-novos, este grande contingente de imigrantes que vinha da Europa para se instalar no Brasil, buscando refúgio do ataque da inquisição, ávida por recurso comercial.

As das comunidades colônias obedeciam a um modelo institucional ibérico: a torre forte da casa grande, a igreja, o arraial, a praça dos encontros e das festas, a senzala dos escravos, as casas menores em volta da casa principal: a vila.

A criação de animais, a cultura dos caprinos, dos bovinos, a criação de aves, era muito comum em Portugal, e também na África. Toda uma cultura de trabalho sobre os ossos, sobre o couro, artesanato que influía no vestuário, na instrumentação do dia a dia foi se construindo com elementos ibéricos e africanos.



Imagem 14 – Uma senhora brasileira em seu lar.
Pintura de Jean-Baptiste DEBRET. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.
Rio de Janeiro: Itatiaia, 2008.

As técnicas de construção e de navegação, a de fabricação de barcos eram de origem portuguesa, mas indiretamente advinda do norte da África, tanto trabalhadas pelos islamizados. Os índios e negros aprenderam

logo estas técnicas e logo havia mestres de todas as etnias. O saveiro, alguns de dois mastros como os caravelões portugueses, começaram a ser produzidos em todas as partes, assim como as canoas e jangadas de origem indígena. Os índios tinham o conhecimento dos materiais, animais e plantas presentes, e isso lhes valia uma influência muito grande; tinham a forma de lidar com a terra, a tecnologia da construção de taipa, a forma de buscar e cultivar alimento. Mas é ibérica ou africana a forma de preparo da comida. Os africanos particularmente contribuíram com receitas de pastas, farinhas, doces, frituras, muitos pratos cozidos que levavam produtos comuns na costa africana. Os índios vão contribuir com o milho e a mandioca, principalmente. A rede e o dormir nela, sem dúvida é herança tupinambá. As mariscadas, as formas de preparo de ostras, peixadas, caranguejos, são a própria mistura; mariscadas existem em toda a costa de Portugal e Galícia. Na Bahia, porém, além de ganhar a escolha e o gosto pelo marisco pescado ancestralmente pelo índio, a carestia do azeite doce, produziu o uso do dendê, nascia a mariscada baiana. A feijoada ou o sarapatel, ibéricos, ganham o tempero africano e formas brasileiras. O pescador, o marisqueiro, o barqueiro, o usineiro, o senhor do engenho, estes sujeitos estavam sempre próximos, se reconheciam no ambiente. (RODRIGUEZ, 2010)

Tradições culturais e festas de origem portuguesas são preservadas no Recôncavo, muitas vezes por negros e índios. Algumas delas já não existem em Portugal.

As festas de santos católicos, o São João, o Santo Antônio, se espalham pela região. Também as tradições africanas, principalmente a yorubá, com os Orixás e o culto aos ancestrais foram assimiladas em um catolicismo local. Os ritos e crenças indígenas, a arte de fazer chá, de invocar os “santos” da terra, as famosas rezadeiras com seus conhecimentos, cigano, índio, nagô, luso-mourisco, tudo se misturava e refletia na reprodução desta sociedade original. Mesmo que perseguidos, negados, ou ao menos menosprezado, pelo branco católico, todas as crenças e religiões começam a misturar-se e a ganhar adeptos de todas as origens na Bahia.

O mais estranho é a ausência, e até inexistência, dos registros do islamismo. Muitos historiadores chegam a afirmar categoricamente sobre a inexistência do islamismo na Bahia colonial, ao menos no seu início. É fácil perceber que a escravidão tem origem na ocupação do chamado crescente fértil, dentre a Mesopotâmia e o Egito, antigos, por povos de várias etnias, bem antes

de Cristo. Da continuidade deste processo adveio que europeus foram escravizados aos milhares pelos norte-africanos mulçumanos durante a idade média, e vice-versa. Ibéricos cristãos eram escravos dos mouros, e o contrário era igualmente verdadeiro. De fato continuou a existir o escravo islâmico em Portugal, até o século XVII, inclusive o branco muçulmano. Os africanos escravizados e enviados para o Brasil eram principalmente da Guiné e da África sudanesa. São populações de maioria islâmica: a região de Arguim, hoje Mauritânia, é 99% islâmica, uma feitoria portuguesa foi posta lá: traficavam escravos. A região da Guiné tem mais de 90% de sua população fiel ao Islã, de fato qualquer país do Golfo da Guiné, a norte do Congo, tem pelo menos 20%, inclusive Gana, país da feitoria portuguesa da Mina. (SALVADOR, 1981)

A sociedade senhorial do recôncavo: modo de reprodução da existência: Por herança ibérica a Bahia nasceu com organização societária e modo de reprodução social, baseado na propriedade inquestionável dos fidalgos sobre os recursos da existência necessários à vida da coletividade. Eram proprietários das terras, rios e mares, e da relação como a posse de monopólios do grande comércio atlântico. Formalmente, as práticas de subsistência só poderiam ocorrer se permitidas pelo favor dos senhores patrimonialistas. Eram também proprietários da fé, da cultura, das relações sociais, dos modelos estéticos, da ideologia, da criação de padrões sobre o que era ou não recomendável. Havia uma regra simples: o candidato à fidalguia era cristão, branco e homem, ou o mais próximo possível disso. Estabelecia-se um branqueamento. Realizou-se então o poder baseado no prestígio: na capacidade dos poderosos em privilegiar e favorecer os aliados e dependentes. Fontes deste poder: 1) a propriedade dos recursos produtivos e do fundamental da economia e sociedade; 2) as ligações e alianças entre poderosos, o compadrio, que dava capacidade de favorecer dependentes e aliados; e 3) as ligações com a metrópole, que determinava a ligação mais ampla de favorecimento e influência de um poderoso local, fiel ao direcionamento metropolitano (MATTA, 2000).

O mais provável é que o islamismo fosse totalmente proibido, punido com a inquisição e a morte, como o era na Espanha e em Portugal. A religião dos orixás, os cerimoniais bantos e as religiões indígenas brasileiras eram divulgados como sendo algum tipo de ignorância e paganismo típico de não cristãos, de quem não tinha tido a revelação de Deus. O catolicismo desenvolvia o argumento da salvação e do pregar da mensagem de Deus para que estes povos encontrassem a verdadeira fé. Desta forma acabou por existir certa aceitação, mesmo que não declarada, por parte dos senhores, que inclusive desenvolviam sua hegemonia e clientelismo, na medida em que certos grupos de negros ou índios tinham espaço

para realizar a sua fé.

Islamismo e Judaísmo eram destruídos, tidas como heresias inimigas do Cristo. As outras religiões eram então vigiadas, tidas como pagãs e objeto de conversão. Os tratos eram, portanto, diferentes.

Adotando uma leitura dialética, este trabalho considera que cada prática religiosa, cada decisão estética carrega um processo reprodutivo concreto de relações sociais. Todo o conjunto das práticas sociais de um povo ou coletividade constituem seu modo de reprodução da existência. É o conjunto de todas as práticas sociais que reproduz uma sociedade.

Os portugueses haviam trazido uma organização que até aquele momento era a mais eficiente na reprodução de um maior conjunto de sujeitos sociais articulados, mesmo que em meio a tamanho conjunto de injustiças sociais, desmandos e sofrimentos. A capacidade reprodutiva maior acaba por gerar uma sociedade em expansão, capaz de reunir mais gente, mais força, tencionando assim, as sociedades vizinhas e contemporâneas, reduzindo sua influência, assim como o número de sujeitos que vivem sob sua ordem. Desta maneira a sociedade do colonizador expandia-se. A ordem senhorial brasileira prevalecia, principalmente a ibérica-patrimonialista.



Imagem 15 – Casa-grande do Engenho Vitória do Paraguaçu. Bahia. Fotografia de Hejj. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/icono/eub.html> Acesso em 28/01/012.

Os índios originalmente viviam em sociedades sem classe e, portanto, sem injustiça social. A derrota militar e a expansão dos redutos senhoriais que os incluía, fez com que participassem da nova ordem. Muitas vezes era dada posição de comando a um índio. A vantagem desta posição, a reprodução do poder patrimonial no local, tudo ia expandindo a nova forma reprodutiva. O

senhor, autoridade e dono do poder desta sociedade, foi identificado desde a origem como sendo masculino, branco e cristão. O senhor era aquele que por fidalguia, obedecidas estas regras, detinha a propriedade dos recursos necessários para a reprodução da existência da comunidade, de si e dos outros.

As regras de obediência, fidelidade, dependência e prestígio, às quais estava associado à relação da existência patrimonialista, eram realizados em qualquer posição das relações de classe. Desta forma, o feitor, dependente do prestígio e do apadrinhamento do senhor, era o benfeitor que apadrinhava e beneficiava em sua própria instância.

Quanto aos africanos, muitos deles já conheciam outras formas de sociedade senhorial na África. Os únicos sujeitos que não se adaptaram de forma alguma foram os nômades tapuias, como os aimorés.

Mesmo os quilombos ou índios resistentes contra a exploração, acabavam convivendo com as relações que eram estabelecidas, já que não havia como escapar de viver sob a hegemonia de algum tipo de proprietário dos recursos, ou sem a articulação com estes proprietários. A autorização e o compadrio que permitia o terreiro na fazenda, que fechava os olhos ao grupo de foragidos, sempre acabava por relacionar os sujeitos e os grupos que se articulavam em torno sempre do prestígio dos poderosos proprietários dos patrimônios. Que não se interprete aí uma defesa da superioridade pura e simples do europeu, já que afirmamos que a maioria dos africanos também vivia em sociedades senhoriais em África. Trata-se aqui de identificar a ordem societária que foi concretamente prevalecendo, a partir da composição de características diversas das várias influências das etnias que aqui se misturavam.

Referências

FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1998.

MATTA, Alfredo. Governadores e Interventores da Bahia republicana. Testemunho de transformações das estruturas sociais do estado In **Bahia Republicana, Governadores e Interventores**. Salvador: UCSAL, 2000.

RODRIGUEZ, Ricardo. **Sociedade, Mercado e Desenvolvimento na América Latina**. Juiz de Fora: UFJF, Disponível na URL: <http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/RV%203.htm>, versão 15/02/2010, Capturado em versão 15/02/2010.

TAVERES, Luis. **História da Bahia**. Salvador, Edufba/UNESP, 2001.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre o patrimonialismo brasileiro existem alguns bons artigos na internet. Visitem e leiam:

<http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/RV%203.htm>

<http://www.scribd.com/doc/15231795/DO-PATRIMONIALISMO-BREVE-MANUAL-DE-SOBREVIVENCIA>

http://74.125.113.132/search?q=cache:JnmyzYmB2ycJ:www.relacionamentopetrobras.com.br/seminarioeducacao/Artigo_Cladis_Junqueira_EticaPatrimonialistaRelacaoCulturaNacional.pdf+sociedad+patrimonialista&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Sobre o islamismo no mundo e na África, sobre os fortes do tráfico de escravos, São Jorge de Mina e da Ilha de Arguim:

http://en.wikipedia.org/wiki/Religions_by_country

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arguim>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_S%C3%A3o_Jorge_da_Mina



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a light gray border, intended for the student to write their notes.

A BAHIA COLONIAL

CAPÍTULO 3



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a thin grey border, intended for the student to write their notes.

CAPÍTULO 3

A BAHIA COLONIAL

Aula 6 – Enfrentando as disputas pelo mar oceano.

Objetivo

Entender a situação de disputa do Atlântico Sul, e das regiões banhadas por ele, na qual se envolveu Salvador, a Bahia e a costa brasileira, nas disputas entre Portugal, França, Espanha e Holanda, dentre outras potências europeias.

3.1 SALVADOR, O AUXÍLIO CONTRA OS FRANCESES.

A presença francesa era ameaçadora. Como vimos desde os primeiros momentos da exploração do Brasil, os franceses tinham motivos para tentar conquistar e colonizar o Brasil. Caramuru, que de fato se casou na França tinha boas relações com eles, e a Bahia, por muito tempo havia mantido no mínimo tanto contato com franceses como com portugueses. Em parte, a derrota de Pereira Coutinho foi uma vitória francesa.

A chegada de Tomé de Souza estabeleceu uma armada no Brasil, e iniciou uma indústria naval no país. Estabeleceu tropas regulares, também para combater aos índios. Os franceses puderam ser então combatidos.

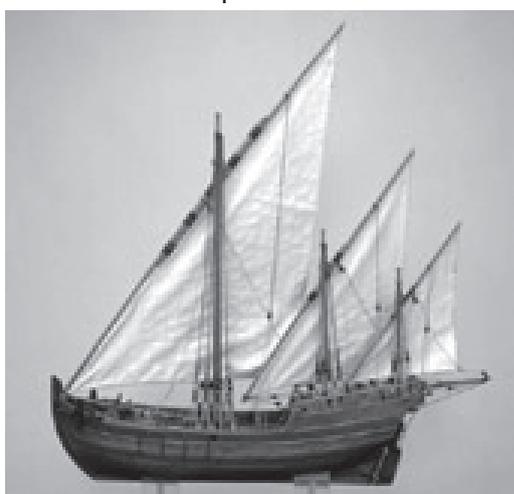


Imagem 16 – Caravela latina.

Disponível em: <http://museu.marinha.pt/Museu/Site/PT/Extra/Popups/Acaravelalatina.htm>.

Acesso em: 04/02/2012.

As disputas prosseguiram. É assim que em 1555 os franceses tentaram se estabelecer na Baía de Guanabara. Em 1567, 12 anos após o estabelecimento dos franceses chefiados por Nicolas de Villegaignon, que atacava as posições portuguesas próximas, o 3º Governador Geral, Mem de Sá partira da Bahia com a esquadra de guerra da capital, três naus fortemente armadas. Após ruidosa luta conseguiu retirar os franceses das melhores posições defensivas e expulsá-los. (BRUNO, 1967)

Destaca-se então que: 1) a realidade e capacidade militar portuguesa haviam se alterado, e que o equilíbrio de forças estava agora do lado português, que fazia de Salvador sua capital e ponto estratégico a partir do qual poderia intervir mais rapidamente, deixando para Lisboa a capacidade de intervenção para casos mais graves, e 2) por outro lado era evidente que a Bahia teria um papel de dar coesão e lógica de estado à costa brasileira. Cada capitania tinha vida própria, e de certo modo, eram até concorrentes, tendo em vista que a sociedade patrimonialista senhorial ibérica reserva as relações e alianças na direção do hierarquicamente superior. Sendo assim, cada senhor do mesmo nível de poder era um virtual concorrente do outro. Por isso os senhores de cada capitania tivessem pouco mais que a solidariedade da origem em comum, como elemento de sua união. A Bahia, porém, será o primeiro local autorizado pelo rei a desempenhar um papel mais amplo de liderar as capitanias, e os súditos locais, em empreendimentos mais articulados. É destacável que a intervenção dos baianos, via Governo Geral no Rio de Janeiro, contou com apoio dos grupos tupinambás aliados já tradicionais dos portugueses.

3.2 SALVADOR, PARTE DO GRANDE IMPÉRIO ESPANHOL – A UNIÃO IBÉRICA.

A formação dos estados ibéricos, Portugal e Espanha, desde os tempos medievais das guerras da reconquista foi complicada. A Espanha, ou melhor, dito, Castela, sempre almejou constituir-se em império. De fato, até hoje, os desejos de autonomia dos aragoneses, bascos, galegos, andaluzes e catalães, são evidência das pretensões e métodos dos castelhanos. A formação do Reino de Portugal, separado de Leon pelas intrigas de corte, pelo trabalho da Ordem de Cristo e dos Templários, finalmente pelo desejo dos comerciantes lusos, atrapalhou os planos castelhanos. Porém, existiam os laços de sangue.

De fato, em 1578, no Marrocos, o Rei D. Sebastião, envolveu-se em uma guerra santa, cheia de fé, mas de pouca previdência. Houve uma vitória inicial, foi derrotado e desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir. Com ele, 7000 portugueses desapareceram. Cerca de 15000 soldados e tropas portuguesas, 1500 cavalheiros foram desbaratados. A batalha marcava o final da capacidade ofensiva da reconquista sobre os mouros, que de fato não tinha forças para prosseguir a partir do norte da África. A morte de D. Sebastião dará origem ao sebastianismo, pois a partir daquele evento em Portugal ou no Brasil, sempre houve aquele que aguardava o salvador ou a salvação, advinda do retorno de Sebastião.

Após a morte de D. Sebastião, e pouco tempo depois de seu tio, D. Henrique, o pretendente ao trono português era o Imperador Filipe II da Espanha, neto de D. Manuel. Em rápida invasão, Portugal tornou-se parte da União Ibérica e o Brasil passou a ser também, como de resto todas as outras posses portuguesas, espanhol. Para a Bahia, a união se fez plena de dificuldades. Os comerciantes portugueses radicados na Bahia, e cada vez mais os baianos que já se aventuravam a controlar o tráfico de escravos, inclusive para as colônias espanholas, também passaram a vender alimentos e suprimentos a estas colônias. A metrópole se incomodava com este lucro que ia para a América, e logo veio a reação na forma da inquisição - que esteve presente na Bahia - a caça dos cristãos-novos, acusados de traição à fé e à monarquia sempre.



Imagem 17 – União Ibérica.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia_Filipina
Acesso em 08/02/012

Por outro lado, dono de um vasto e poderoso império onde o sol nunca se punha, talvez tenha sido este estado, a União Ibérica, o mais poderoso estado imperialista da história. Mas atraiu muitos inimigos de todas as sortes, de maneira que França, Inglaterra e Holanda, inimigos da Espanha, eram agora inimigos dos baianos.

Ao tempo em que a Espanha passou a governar Portugal, a produção de açúcar do nordeste, principalmente a de Pernambuco, mas também a da Bahia foi crescendo e tornando o Brasil cada vez mais importante, principalmente para os comerciantes portugueses, mas mais ainda para os Holandeses, que controlavam o comércio de açúcar e contribuíam fortemente para o desenvolvimento do mercado capitalista.

Nos anos seguintes a Bahia se afirmaria como importante fornecedora de açúcar, e em consequência importante importadora de escravos, não somente estimulando o tráfico, aumentando a demanda por braços e a chegada dos negros, mas também, começando a participar ela própria do tráfico e até a comandá-lo. Em pouco tempo, graças à produção de fumo e à maior necessidade de mão-de-obra, são os baianos que passam a fazer parte dos que comandavam o tráfico, abastecendo não somente o Brasil, mas também a América espanhola, e em breve, a inglesa e a francesa.

O tripé - produção de açúcar, tráfico de escravos e comércio holandês - fazia então a riqueza da Bahia.

3.3 SALVADOR E A INVASÃO HOLANDESA

O bloqueio que a Espanha impôs à Holanda, negando-lhe acesso ao açúcar brasileiro, acabou por produzir a invasão holandesa da colônia. Em 8 de maio de 1624, uma Bahia despreparada receberia a poderosa frota holandesa com 26 navios, 3300 soldados e 500 canhões, sob comando de Piet Heyn. Não houve tempo para preparar uma melhor defesa. A cidade lutou como pode. Os fortes, os soldados, até os índios, a defenderam. A população fugiu desesperada abandonando as armas que o Governador lhes havia dado. O Governador Geral, Diogo de Mendonça Furtado, rendeu-se. A cidade era holandesa, assim como alguns pontos da baía. Após a conquista, o comando passou para Johan Van Dorth.

O Bispo Don Marcos Teixeira organizou a fuga passou a organizar a resistência de cerca de 12000 homens, mulheres e crianças, em Abrantes.

Na cidade, os holandeses recuperaram os baluartes e construíram um dique na altura do atual Mercado das Sete Portas, que passou a defender a cidade em relação ao interior. O Dique do Tororó também teria sido construção holandesa. Os holandeses não conseguiram fazer a cidade voltar à normalidade e nem conquistar os engenhos do recôncavo.



Imagem 17 – Reconquista de Salvador em 1638.

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Invas%C3%B5es_holandesas_no_Brasil.

Acesso em 10/02/012

A resistência começou a fustigar os invasores, e além dos que saíram da cidade, havia o apoio dos homens de Tatuapara e da Casa da Torre, que já mostrava sua força. A cidade foi cercada. Emboscadas em Água de Meninos, em Itapagipe, Itapuã, no outeiro do Barbalho, no Rio Vermelho, na Estrada da Vitória, em São Pedro e em São Bento, foram bem sucedidas. A ilha de Itaparica foi retomada por soldados e índios.

O comando da resistência passou para D. Francisco de Moura, nomeado pela coroa ibérica após a morte do Bispo.

Foi em 22 de março de 1625, quase um ano após a invasão, que chegou à Bahia, a poderosa esquadra ibérica composta por 52 navios de guerra; uma armada com 1185 canhões e 12000 soldados. A formidável armada era comandada pelo almirante espanhol Fradique de Toledo. Fradique e Francisco cercaram Salvador e ainda receberam reforços de Pernambuco - comandadas por Mathias de Albuquerque -, e do Rio de Janeiro, por Martim Correia de Sá.

A Bahia fazia parte de uma trama bélica entre as forças europeias, envolvendo a Espanha e a Holanda, que lutavam pelos domínios do Atlântico, mas também envolvia todo o Brasil de então, no esforço de expulsar o invasor. Os holandeses se renderam em 1º maio, quase um ano após a invasão. Finalmente, pouco depois, uma esquadra holandesa de socorro surgiu na entrada da baía, com a cidade já em poder ibérico.

O Castelo da Torre e os Holandeses: Após a conquista de Pernambuco, Maurício de Nassau, partiu com sua tropa perseguindo os defensores na fuga para o sul. No caminho estava um rio, o grande Rio São Francisco. Da margem norte do São Francisco Nassau viu a tropa do outro lado e desistiu de seguir. Era mais importante manter o conquistado que arriscar a enfrentar o exército a sua frente. Que exército? Além das tropas da Bahia, das tropas da União Ibérica fugitivas, existiam os defensores do Rio São Francisco, os soldados e vaqueiros da Torre. É a primeira aparição mais evidente de tropas de caboclos e mestiços vestidos de couro, que mais tarde serão conhecidos como as vestes e armaduras dos jagunços e cangaceiros – os primeiros jagunços do nordeste. Francisco Dias D'Ávila tinha o título de Coronel. Teria sido o primeiro coronel do sertão? A Casa da Torre mostrava a força de sua presença no interior, da criação de gado e currais. Suas milícias desequilibravam e faziam o limite que os holandeses não se atreveram passar. Esse evento abre espaço para pensarmos como andava a ocupação do sertão do Brasil, em particular na Bahia. O confronto com os holandeses vai revelar a força que já existia no interior do país, e da Bahia. (SANTOS, 1983)

Em 1627, mais uma vez os holandeses tentaram invadir a Bahia, sob comando do mesmo Piet Heyn, mas foram vencidos pelos defensores.

Em 1630, os holandeses resolveram invadir Pernambuco. Era o início de uma ocupação de 24 anos.

O sucesso dos holandeses em Pernambuco, a expansão de seus domínios para norte até o Maranhão, e a possibilidade de Portugal deixar a União Ibérica e voltar a pretender suas terras à Holanda, fizeram com que Maurício de Nassau, comandante Holandês, tentasse invadir mais uma vez a Baía de Todos os Santos em 1638, com 30 navios, 3600 soldados e 1000 índios. A cidade se defendeu ferozmente e rechaçou o invasor. (HOLANDA, 1960)

De fato, a União Ibérica estava arrastando Portugal para o mesmo desastre que a própria Espanha. Nos próximos anos a Espanha estará ao mesmo tempo em guerra contra a Holanda, a Catalunha, a Itália, e ainda contra estados semiautônomos alemães. Dividida, a Espanha enfraqueceu-se diante de Portugal. Os portugueses, por sua vez, estavam perdendo as possessões conquistadas nos séculos XV e XVI, e agora ainda com a ameaça dos holandeses no nordeste do Brasil. (TAVARES, 2001)

Reacendeu-se a ambição de um estado português independente, liderado pela casa de Bragança. Além disso, a Inglaterra, claramente interessada em enfraquecer a Espanha, participa do jogo de poder apoiando os portugueses. Após algumas derrotas, conseguem vitórias significativas, advindas do enfraquecimento espanhol, e finalmente obteve em 1668, o retorno à condição de estado independente.

A Bahia apóia o movimento de restauração. Uma correspondência secreta entregue a D. João IV, de Bragança, novo Rei de Portugal, levava o apoio do Governador da Bahia e Vice-Rei, Jorge de Mascarenhas. Meses depois o Vice-Rei era destituído por suspeitas de estar aliado à União Ibérica. Cria-se uma junta de Governo, e depois passa a ser Governador Geral do Brasil, não mais Vice-Rei, António Teles da Silva.

Pernambuco estava sob domínio holandês nesse momento. Os portugueses, em meio à difícil guerra contra a Espanha, que duraria 28 anos, estavam dispostos a desistir do nordeste e houve até uma negociação para a venda definitiva dos direitos aos holandeses. O Rei de Portugal estava disposto até mesmo a reprimir a rebelião luso-brasileira.

Como os holandeses invadiram Angola e tentavam super explorar a produção açucareira pernambucana, que deveria pagar toda a guerra que a Holanda patrocinava contra a Espanha, a revolta se fez e Pernambuco estava em Guerra. Muitas lutas se seguiriam com apoio de tropas e da esquadra vinda da Bahia. De fato a Bahia era a principal força, e mantinha o estímulo, para que os pernambucanos e nordestinos continuassem a lutar. Em 1647, tentando desestimular os baianos, uma esquadra holandesa fechou a barra, atacou Itaparica e pilhou engenhos. Mas os baianos permaneceram na luta. Finalmente em 1654, os Holandeses deixavam o nordeste, três anos antes haviam sido expulsos de Angola pelo governador do Rio de Janeiro.

Em 90 anos, entre o início da União Ibérica e a Restauração, os portugueses viram seu império ser engolido pela poderosa Espanha, foram tragados e levados a participar de guerras que eram dos inimigos da Espanha, agora seus. Devido a isso, seu império colonial, em grande parte, se desfez. Por pouco não se perdeu parte do Brasil para os holandeses. Os brasileiros sofreram: Salvador invadida duas vezes, resistiu, reagiu, expulsou. Depois participou da guerra em Pernambuco enviando muitas tropas, armas e gente. De fato os brasileiros haviam expulsado os holandeses e recuperado a posse para Portugal, quase sem ajuda europeia. Agora o Brasil seria mesmo o centro das atenções portuguesas, ou seja, seria mais explorado, visto que Portugal, um estado neste momento bem mais fraco, estava alicerçando sua existência nas alianças com outros estados mais poderosos, principalmente a Inglaterra, que a partir da restauração se aproxima do Brasil, para explorá-lo usando a gestão portuguesa.

Referências.

BRUNO, Ernani. **História do Brasil geral e regional**. São Paulo: Cultrix, 1967.

HOLANDA, Sérgio. **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

TAVERES, Luis. **História da Bahia**. Salvador: Edufba/UNESP, 2001.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina**. Recife: Tropical, 1983.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a União Ibérica procure:

VENTURA, Maria. **A União ibérica e o mundo atlântico**. São Paulo: Colibri, 1997.

Sobre os Franceses na Bahia:

LOPEZ, Adriana. **Franceses e Tupinambás na terra do Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001.

Sobre os Holandeses visite o site: <http://www.ancruzeiros.pt/anchistoria-comb-1640.html>

Aula 7 – O Avanço pelo sertão e adentro.

Objetivo

Entender o processo de interiorização e de conquista do interior da Bahia, da estrutura de ocupação, assim como dos relacionamentos inter-regionais, e da construção histórica dos sertões da Bahia.

3.4 CAMINHOS DA BAHIA.

A luta pelo oceano ocupava as metrópoles. Enquanto isso, os colonizadores, uma vez que atravessaram o atlântico e se estabeleciam iniciando a práxis patrimonialista, arregimentavam índios e elevando-se assim o número de brasileiros, somados agora à diáspora africana, partiam para o interior.

A expansão pelo litoral já definida no século XVI prosseguiu no século XVII. Foi assim que Valença, Taperoá, Aratuípe e Caravelas começaram a ser ocupadas.



Imagem 18 – Aspecto atual da Casa da Torre.

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Torre

Acesso em 18/02/012

A outra linha de penetração aconteceu devido à criação de gado bovino, iniciada com o propósito de abastecer Salvador. Na época da invasão holandesa, por volta de 1624, Salvador não poderia ter mais que 12.000 ou 15.000 mil habitantes. A cidade, além disso, tinha uma tradição já estabelecida de pescadores e marisqueiros, e tinha também seus suprimentos de farinha, milho, legumes e frutas, de maneira que não podemos imaginar a necessidade de tantos abates, quanto os que proporcionariam as boiadas da época, que se multiplicaram para muito além do que poderia ser a necessidade de abastecimento. Salvador era de longe a maior cidade da colônia, o que significa dizer que a demanda por carne bovina, em outros cantos - como em Olinda - era ainda menor. As vilas e povoados menores viviam de subsistência e tinham seu próprio gado. (SANTOS, 1983)

O gado vai multiplicar-se em currais desde Itapuã à fronteira de Sergipe. O território vai ser ocupado até o Maranhão. Parece impossível que se pensasse em vender e abastecer de carne a população diminuta de algumas cidades, a partir de tamanhas distâncias. Mesmo

a produção de couro, consequência da criação, também não justificaria tal empreendimento no consumo interno. (MONIZ BANDEIRA, 2007)

Garcia d'Ávila, que se casa com uma filha de Caramuru, receberá direitos sobre Tatuapara, aldeia de índios aliados, desde os tempos das primeiras expedições. Nas proximidades da Aldeia, em uma elevação estratégica, a família vai erigir uma fortaleza em estilo medieval, único castelo privado das Américas, provido de uma torre, que vai acabar dando o nome de Casa da Torre à construção, e de fato a toda família.

A Casa da Torre já era uma importante base de operações no início do século XVII, capaz de interromper o avanço dos poderosos exércitos holandeses.

Pensemos ainda que no século XVI e XVII não existiam frigoríficos para a conservação, e nem estradas que facilitassem os transportes. O gado teria que vir em pé com os tropeiros. O matadouro de Salvador necessitava sim de animais para o abate, mas em número proporcionais a sua população.

A busca por riquezas minerais certamente foi um dos motivos que levou os Senhores da Torre a expandir seus domínios. Francisco Dias d'Ávila, filho de Garcia, neto de Caramuru, foi um dos que acreditou nas histórias sobre as minas fabulosas do interior, narradas pelo bandeirante baiano, Belchior Moreia, filho de Caramuru.

O original da Casa da Torre era de que a cada avanço, a cada combate e "amansamento" de índios, era montado um curral e instalado um criatório de bois, que também levava à criação de galinhas, carneiros, cabras e ao estabelecimento de roças. A Casa da Torre expandiu suas terras porque implantava um sistema de ocupação sustentável e capaz de, inclusive, aproveitar o índio no que ele mais sabia: lidar com animais e com a terra. Além disso, muitos portugueses foram casando com as índias e criando alianças com certos grupos, que passavam a ser parte da iniciativa. Os resistentes eram então tratados como selvagens e inimigos. O gado havia construído suas legiões e penetrava para colonizar os sertões.

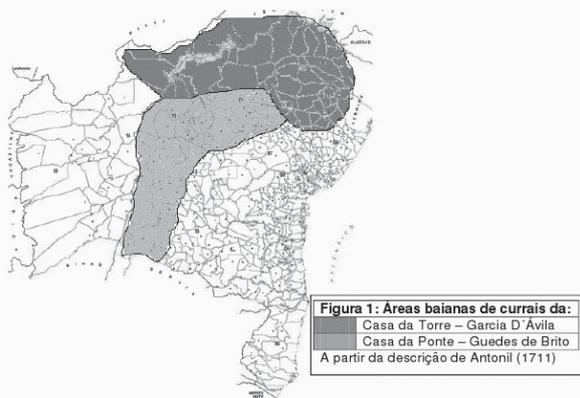


Imagem 19 – Áreas baianas de currais das casas da Ponte e da Torre.
 Fonte: FERRARO JUNIOR, Luiz e BURSZTYN, Marcel. À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: Razões dos Fundos de Pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982). Brasília: ANPPAS, 2008.

Os d'Ávila iam deixando arrendatários nos novos currais para gerir a área em nome da Torre, transferindo para as populações agora submissas e dependentes, a condição de favorecidos.

Mesmo que o objetivo fosse buscar riquezas mineiras, a consequência era a concentração de poder: a maior riqueza da Casa da Torre era o grande prestígio e capacidade de reunir tropas consideráveis, na medida em que seus arrendatários controlavam vastas áreas e populações organizadas segundo a dependência e fidelidade próprias da ordem senhorial patrimonialista.

A família d'Ávila experimentou executar uma estratégia de expansão de seu poder senhorial a partir da difusão da criação de gado bovino, que acabou por constituir talvez o maior latifúndio da história, com quase 1 milhão de quilômetros quadrados, cujo efeito prático era a obtenção e manutenção de prestígio e poder de persuasão junto à capital, aos senhores vizinhos, inclusive de outras capitanias, e até mesmo diante dos poderes da Europa.

O mais importante é que na medida em que iam se expandido criavam as condições que conhecemos e reconhecemos hoje, como a sociedade do interior do nosso estado. A Torre levava o curral e a cultura da pecuária. Como o gado ia a pé, as estradas dos tropeiros que transportavam o gado começavam a surgir, o caixeiro viajante poderia começar a trafegar e levar as novidades. A indústria do couro se espalhava, assim como a da carne charqueada: surgia toda uma cultura alimentar, os primeiros rudimentos de feiras periódicas,

assim como o deparar-se com a seca e com a forma de vida necessária para enfrentar a vida no sertão.

Ainda no século XVI, os currais da Torre teriam iniciado as povoações de Camaçari, Monte Gordo, Ipitanga, Pojuca, Catu, Mata de São João, Abrantes, e já haviam chegado à Itapicuru, já bem no interior, e parte do perímetro das secas. Entre os séculos XVI e XVII, currais foram montados em Alagoinhas, Serrinha, Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Juazeiro, Campo Formoso, Canudos, Maçacará, Santana, Curaçá, Casa Nova, Santo Sé, Pilão Arcado, Remanso, dentre outras. As informações existentes hoje indicam que a Casa da Torre teria criado aproximadamente 800 currais em vários estados nordestinos. São milhões de cabeças de gado, que jamais se pensava abater. Outras, como Rodelas e Monte Santo, têm origem nas missões dos religiosos, muitas vezes tratados como inimigos. Havia animosidade porque a Torre entrava para submeter ou exterminar os índios, os religiosos os queriam catequizados.

No início do século XVII a Casa da Torre já fazia correr pelo sertão seus exércitos de vaqueiros vestidos com armaduras de couro.

Em 1676, após uma longa guerra contra os índios, uma tropa da Torre, composta por 60 escopeteiros encourados, e mais 300 índios aliados tupinambás em arcos, encurralou um grupo de índios inimigos, tapuias, nas proximidades do Rio São Francisco: eram 400 homens, velhos, mulheres e crianças. As tropas da Torre desembainharam as espadas e degolaram todos os 400. As tropas que Francisco Dias d'Ávila usou para invadir e "pacificar" os sertões, em 1693, tinham 1300 homens aproximadamente; destes, 900 eram sertanejos mestiços vaqueiros, a partir dali típicos guerreiros nordestinos, filhos de índios, pretos e brancos que habitavam os currais, 200 eram índios aliados, 100 mamelucos e 150 escravos.

A Casa da Torre desbravou o sertão semiárido e descobriu o vale do São Francisco, iniciando sua navegação. Foram eles que também descobriram que o Rio São Francisco faz uma curva e volta-se para o sul. Esta descoberta era um caminho mais fácil rumo às colônias do sul. (TAVARES, 2001)

A estratégia de implantar o gado, e com ele toda uma forma de viver, relacionar-se e de fato submeter-se ao senhor e a seu prestígio, mesmo com toda esta violência e oposição, ia dando certo. No final das guerras todos os grupos; tupinambás, Caetés, Cariris, e muitos outros

acabavam por aproximar-se da forma de viver da colônia, transformando o índio em sertanejo, a caatinga em Nordeste Brasileiro.

Estima-se que eram mais de 800.000 cabeças de gado, só em Pernambuco. Há também um cálculo para peças de couro que eram exportadas para Portugal. Embarcavam da Bahia cerca de 50.000 por ano, de Recife eram 40.000, e do Rio de Janeiro eram aproximadamente 20.000. Ao verificarmos estes números, e imaginando que para Recife e Olinda convergiam não só os bois de Pernambuco, mas também os da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, é possível perceber que 1 em cada 15 ou 20 era abatido para o couro. O normal do gado bovino é que em dois anos haja até 80% a mais de cabeças de gado, em relação ao rebanho original. Acrescente-se que as peças de couro podem ser transportadas. Portanto, sem foco principal no mercado, a expansão do rebanho era mais um exército de expansão de terras e poder. Isso não nega as rendas e bons resultados comerciais do gado, mas sim o caráter de mercado interno que alguns desejam ver nessa atividade sertaneja.

A rota do litoral norte e do São Francisco não foi, porém a única a ser utilizada para a penetração no interior. Mais para o sul, a linhagem de descendentes de Antônio Guedes de Brito havia experimentado expandir território a partir da entrada no Rio Paraguaçu. A princípio os Guedes de Brito desejavam expandir lavouras e também buscar tesouros e metais preciosos. A expansão, porém, acabou por ser feita nos moldes das da Casa da Torre e a Casa da Ponte, como passou a serem chamados os Guedes de Britto, passou a desenvolver também os currais e a multiplicação deles em outra região. As duas casas acabaram por se encontrar no sertão, já que seguir pelo Rio Paraguaçu acabaria por encontrar-se diante do Rio São Francisco, em posição mais ao sul do que aquela que os da Casa da Torre seguiam. As duas organizações senhoriais acabaram por ser fronteira, uma da outra.

Os Guedes de Britto receberam os direitos de outra área muito extensa: desde a posição mais ao norte, na altura de Jacobina, até o Rio das Velhas, já em Minas Gerais. Utilizando a mesma estratégia dos d'Ávila, os Guedes de Brito são responsáveis pela fundação de outro grande número de currais e povoações, dentre outras Jacobina, Irecê, Mucugê, Andaraí, Guanambi, Lençóis, Bom Jesus da Lapa, Cachoeira, Maragogipe, Macaúbas, Seabra, Morro do Chapéu, Inhambupe, Paratinga,

A Família era proprietária do norte de Minas e descobriu a ligação para abastecimento das minas de ouro com gado do nordeste.

Houve, porém, mais uma corrente de avanço para o interior da Bahia, exatamente a definida por bandeiras encomendadas aos paulistas. São povoados resultantes destas bandeiras: Maracás, Jequiçá, e provavelmente Lençóis.

3.5 A SOCIEDADE SERTANEJA.

Excetuando o oeste, assim como as densas florestas do sul, a Bahia; o sertão das chapadas, o vale do São Francisco, o Semiárido, os caminhos para Minas Gerais, estavam bem integradas e desbravadas pelo gado bovino, legítimo vencedor e colonizador da Bahia.

Os currais tinham ao seu redor pequenas comunidades de vaqueiros, às quais se agregava a tradição indígena, a herança africana e a portuguesa. Com o tempo ao redor dos currais surgiam os arraiais, os pequenos centros de população cabocla, sempre chefiados por um arrendatário das casas da Ponte ou Torre.

O Arraial, em geral era um amontoado de casinhas pequenas, ladeadas e centralizadas por um largo no qual se dava o principal das relações cotidianas, e para o qual estava geralmente voltada a frente da igreja, a frente da casa do arrendatário, algum possível pequeno comércio, venda ou fábrica de couro, ou de outra coisa.

Os bois acabaram construindo as rotas dos tropeiros, os pontos de descanso, de comércio, de encontro para diversão com as vaquejadas, e isso foi levando a Bahia a criar rotas de comunicação, que ainda são as estradas asfaltadas de hoje.

As rotas da Torre partiam de Tatuapara e ganhavam Monte Gordo, Pojuca, Catu, Alagoinhas, para seguirem rumo a Itapicuru, Jeremoabo, deste ponto à Monte Santo Juazeiro. A Casa da Torre deu existência à cultura do couro e à criação de gado não só na Bahia, mas em praticamente todo o nordeste. (FREIRE, 1998)

As rotas da Ponte começavam geralmente em Cachoeira, às margens do Paraguaçu, e seguiam para Morro do Chapéu, de lá para Irecê, Jacobina, na busca pelo Rio São Francisco.



Imagem 20 – Chapéu de Couro de Lampião.

Disponível em:

<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=4264&bd=1&pg=3&lg=>

Acesso em: 18/02/2012.

O São Francisco foi se constituindo em uma rota maior. O grande rio é navegável, desde o salto de sobradinho, ao norte, até Pirapora, em Minas Gerais. As casas da Ponte e Torre, mais os senhores em Minas, logo começaram a utilizar, assim como toda a população as rotas de navegação do rio.

Os tropeiros começaram também a utilizar a rota terrestre que ia para Minas Gerais. Comunidades vizinhas costumaram criar laços de relacionamento, como por exemplo, a existência de feiras que a cada semana se davam em um lugarejo.

Referências.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto . **O Feudo A Casa da Torre de Garcia d Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007

FERRADO JUNIOR, Luiz e BURSZTYN, Marcel. **À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos fundos de pasto na história do Brasil e do nordeste**. Brasília: ANPPAS. Disponível na URL: www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT5-307-82-

20080424164651.pdf, versão 16/02/2010, capturado em versão 16/02/2010.

FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1998.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina**. Recife: Tropical, 1983

TAVERES, Luis. **História da Bahia**. Salvador: Edufba/UNESP, 2001.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a Casa da Torre visite:

- 1) <http://www.casadatorre.org.br/>
- 2) <http://www.casadatorre.org.br/constrsertao.htm>

Aula 8 – Salvador: a metrópole colonial.

Objetivo

Entender a função metropolitana de Salvador colonial; as relações com o além-mar, as relações com outras partes do Brasil, as relações com a hinterlândia e com os sertões, assim como o impacto disso em sua formação.

3.6 A CONSTRUÇÃO DA METRÓPOLE COLONIAL.

Salvador já nasceu para ser metrópole. Contando com instituições monárquicas e com uma sociedade organizada, crescia contando com sua fortaleza natural e possibilidade militar, e com sua posição estratégica no oceano Atlântico. A cidade havia sido construída para auxiliar Lisboa na ação de governar seu vasto império ultramarino, capitanear o esforço de colonização, e auxiliar na penetração dos sertões. Uma Brasília do século XVI.

Ainda no século XVI Salvador cresceu bastante. A Cidade Baixa, por exemplo, que no século XVI não passava de uma mistura de depósito com estaleiro, em princípios

do século XVII era um mercado ativo, local de trocas de produtos da terra, do interior, do Brasil, do oriente e de Portugal. (CALMON, 1959)

Além dos negócios oceânicos, a cidade desenvolveu um comércio de pequeno porte, de pequenos balcões, quitandas e de rua, que vendia farinha, feijão, milho, pescados, mariscos, animais tropicais, caça, carnes, aves, mingaus, doces, a cidade, principalmente o cais e o largo da feira, haviam se tornado um efervescente mercado de rua.



Imagem 21 – Sobrados da praia do bairro da Preguiça no século XIX, pintura de Diógenes Rebolcas.

REBOUÇAS, Diógenes e FILHO, Godofredo. Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX. Salvador: Raízes, 1985.

A partir do século XVII, o desenvolvimento do tráfico de escravos somou o tabaco, a cachaça, e depois o álcool, madeiras nobres, couros, algodão e especiarias, agora trazidas da Índia para terras baianas.

A importação era de produtos europeus. O vinho, o bacalhau, o azeite, são clássicos produtos portugueses. Produtos manufaturados, louças, produtos de metal, cerâmicas, roupas, calçados, farinha de trigo, produtos da África, panos da costa, mercadorias do oriente. A cidade tinha seus artesãos, inclusive artesanato indígena.

Salvador cumpria bem sua função de ponta de lança colonial portuguesa. As tribos aguerridas ou as potências rivais teriam toda a condição de frustrar a colonização, ou até mesmo de acabar com as pretensões portuguesas na América. O apoio de Salvador contra os franceses, contra os holandeses, a perseguição de piratas ingleses, o apoio e pressão sobre os tupinambás, a perseguição aos tapuias ariscos; sem Salvador a coroa portuguesa teria poucas chances de sucesso.

Em meados do século XVII, podemos imaginar o festival de velas brancas, ou de barcos menores a remo, canoas e jangadas, que enchiam os horizontes das águas da hinterlândia.

Mercado Interno: Para compreender o Conceito de Mercado Interno, temos que saber diferenciar o mercado capitalista do processo comercial de trocas, que precede a hegemonia capitalista em milhares de anos. A chamada acumulação primitiva de capital permite o surgimento dos principais sujeitos da ordem capitalista de reprodução social. Surge o proprietário dos meios de produção e de subsistência, o capitalista. Surge também o trabalhador que dispõe apenas de sua força de trabalho e que para sobreviver tem de vendê-la. O mercado interno é fruto da acumulação e do surgimento destes sujeitos de tal forma, que toda a produção passa a ser sistematicamente realizada em função do mercado como gestor da distribuição do econômico. O Brasil colonial tinha comércio, trocas, participava da acumulação primitiva e formação do mercado interno na Europa. Localmente, o comércio acontecia com o que era destinado pelo produtor para o comércio. Uma parte de sua produção que ele não precisava. A maior parte de sua produção era para a subsistência. Logo, não havia mercado interno. Em relação aos grandes proprietários, participavam da acumulação de capital e acumulavam participando de um mercado distante, na Europa, ou África. Sua produção quase nada era direcionada ao comércio no Brasil.

Vilas, povoados, aldeias de índios, e engenhos foram surgindo na hinterlândia: em Itapagipe, São Tomé de Paripe, Matoin, Nossa Senhora das Candeias, Madre Deus, Mataripe, Ponta de Nossa Senhora, Paramana, São Francisco do Conde, São Brás, Engenho d'Água, Acupe, Saubara, Bom Jesus dos Pobres, Santiago do Iguape, Cachoeira, Tabuleiro das Navalhas, Cairu, Salinas, Itaparica, Penha, Gamboa, Gameleira, Caixa Prego, Valença, Morro de São Paulo, Camamu, Marau, Boipeba, Nazaré das Farinhas, Aratuípe, Jaguaripe, Taperoá, Rio Vermelho, Itapuã, entre outras. De todos os portos partiam e chegavam os barcos que enchiam a baía. Na maior parte destes núcleos iniciais de colonização, poderíamos imaginar a presença de colonos e suas famílias, agregados próximos, possivelmente um religioso, escravos, lavradores livres ou obrigados por algum tipo de arrendamento ou contrato, acrescidos dos índios "mansos" já existentes ou vindos com o colono. Era um pequeno embrião de povoamento.

Os barcos convergiam para Salvador, centro dinâmico da hinterlândia. Isso significa que o tráfego de barcos crescia na medida em que nos aproximássemos de Salvador.

Nos pequenos núcleos a atividade comercial de pequeno porte não poderia ser voltada para o abaste-

cimento de Salvador por não ter nenhuma estrutura ou objetivo comercial sistemático. Tratava-se de cultivo ou criação de subsistência, resultado de produção pouco ou nada organizada para a finalidade comercial, que na medida do excedente e da existência do mercado da capital, servia para ganhos complementares.

Há ainda que considerar a situação de desequilíbrio entre produção, produtores e população da capital. Os grandes senhores e as populações do interior viviam de sua subsistência ou do benefício obtido pelo trabalho tributário no reduto dos senhores. A produção, mesmo quando existente, carecia de estrutura de distribuição e isso significa que Salvador poderia estar sofrendo grandes fomes e carências de alimento, mesmo com a fartura não muito distante.

Salvador participava de dois mercados: 1) para o comércio oceânico a estrutura de armazéns, trapiches, linhas de suprimento, custeio, estavam montadas e garantidas pelos resultados a serem obtidos, principalmente na Europa, 2) a realidade local, porém, é a das comunidades e redutos tributários dos senhores. Aí o comércio existe, mas não é central e nem organiza a produção. O termo mercado interno nos parece bastante inadequado.

A cidade, movimentada, ruidosa, às vezes apertada, era um centro de negócios e lances comerciais dos mais diversos, sem dúvida um grande centro dinamizador da região, mas sem romper, ou melhor, completando como centro administrativo e de apoio estratégico, a sociedade senhorial de base rural e patriarcal de origem ibérica que se formava.

Metrópole colonial pode ser definida como uma cidade que está no topo de uma organização social, de uma rede urbana, que ocupa uma dada região, e que realiza efeitos de coordenação da ordem e da reprodução social da regionalidade, orientando o processo de urbanizações derivadas. Além disso, uma metrópole colonial acaba representando a influência da metrópole distante, recebendo transmissões e relações pertencentes ao centro colonizador. (MATTOSO, 1992)

Os mascates e caixeiros que tinham origem em Salvador, logo estabeleceram rotas de troca de alimentos, produtos e escravos com o interior, com o Nordeste passando por Recife, também com o Sul do Brasil. Era na capital baiana que se reuniam produtos manufaturados, escravos, produtos de exportação. Era de suas casas de consignação e filiais que os produtos eram espalhados pelo Brasil.

Os portugueses foram importantes partícipes no tráfico de escravos, provavelmente os líderes deste tráfico, entre os europeus, ao menos no século XVI. O tráfico de gente era prática antiga e envolveu árabes, franceses, holandeses, ingleses, que concorreram com os portugueses nesse comércio de pessoas. A posição de Salvador no Atlântico, e em relação às correntes marinhas e regime de ventos, dava a ela uma enorme vantagem como ponto estratégico de suporte e transação do tráfico. Por volta de 1720, a Bahia era talvez o maior empório comercial do Reino de Portugal, concorrendo com a própria Lisboa. (VERGER, 1987)

Os escravos vinham de quatro centros de concentração principais: São Jorge de Mina, Cabo Verde, São Tomé e Luanda. Havia ainda moçambicanos que chegavam de barcos vindos de Goa.

Em 1723 foi criada a Mesa do Bem Comum dos Negociantes da Bahia, como primeira versão de uma associação comercial. De fato, a partir de algum momento do final do século XVII, e mais ainda no século XVIII, a Bahia passou a figurar entre os líderes do tráfico. Analisando o domínio português sobre o tráfico, encontraremos que era de fato dominado pelos baianos. A Bahia foi o principal gestor do tráfico de escravos, e do acúmulo de capital que ele gerava; os principais traficantes e a principal praça comercial deste comércio vil era Salvador. A partir do século XVII, porém, este tráfico era gerido principalmente por holandeses, depois ingleses, e os portugueses europeus passaram a perder espaço para os baianos (SALVADOR, 1981).

3.7 A METRÓPOLE E A PLURALIDADE ÉTNICA

A cidade cresceu da mistura e integração interétnica e transoceânica. Não se trata de nenhuma apologia à democracia racial, pois era uma sociedade de classe, e as classes na Bahia tinham cor. Significa dizer que qualquer discussão de classes relativa à Salvador é, necessariamente, uma discussão entrelaçada com a de etnia.

Era de tupinambás a maioria da população da vila de Caramuru. Aldeias nos atuais bairros de Brotas, Itapuã, Rio Vermelho, Pirajá, fizeram com que os arredores da cidade já fossem povoados por tupinambás. Havia ainda

outras aldeias mais distantes nos arredores. Ainda é pouco estudada a base étnica tupinambá de Salvador.



Imagem 22 – Feira de Água de Meninos. CARIBÉ.

Disponível em:

<http://www.uefs.br/portal/ensino/cultura>

Acesso em: 06/03/2012.

Toda a tradição alimentar baseada no milho, na mandioca, algumas tradições ligadas aos frutos do mar da Baía de todos os Santos veio deles. Era deles o saber sobre como mariscar os mangues. Toda a relação com a natureza e com o contexto ambiental, que para eles era ancestral. Artesanato tupinambá: redes, artefatos de palha ou madeira, o ritmo cotidiano adaptado ao ambiente, técnicas de construção em taipa, e por outro lado, a cultura simbólica, mitos e língua tupi até hoje se fazem presentes. Os tupinambás e suas práticas sempre forem interagindo com negros e brancos.

Os europeus eram de várias origens: espanhóis e italianos eram constantes, algum francês, inglês, holandês. Para isso contribuía o movimentado porto. A maioria portuguesa era principalmente de duas origens: Os descendentes de árabes, mouros e judeus em Portugal; os cristãos-novos eram tradicionalmente comerciantes e artesãos. Pelo fato de não serem cristãos de origem estavam sempre perseguidos. Vir para o Brasil era um recurso importante para tentar escapar destas perseguições, melhor ainda se no interior.

O outro grupo era de portugueses cristãos, vindos das margens do rio Douro e arredores, vianenses, bragantinos, galegos e outros do norte, principalmente da cidade do Porto. É provável que muitos galegos tenham também vindo com os colonos.

Isso mostra que em relação aos europeus, a maior

influência cultural e de hábitos, crenças, foi da região do Douro. Estruturas urbanas, religiosidade, elementos culturais refletem essa predominância. O sotaque e o vocabulário no Porto, e até o falar galego, parecem mais familiares a um soteropolitano, que em outras partes de Portugal.



Imagem 23 – Akará – iguaria típica da Nigéria.

Disponível em:

http://en.wikipedia.org/wiki/Nigerian_cuisine.

Acesso em: 06/03/2012.

Outra evidência é a herança culinária. São típicas do Porto, as mariscadas, os cozidos de peixe e de mariscos - utilizando-se azeite doce e não o dendê -, a dobradinha, a feijoada, o sarapatel, arroz-doce, pão-de-ló, galinha ao molho pardo ou cabidela, caldo verde, sopa de cação, canja de galinha, dentre outros pratos reconhecidamente baianos dos dias de hoje. A comida portuguesa dos mais pobres ganhou espaço entre as classes populares da Bahia, se misturando às heranças tupis e africanas. (FERNANDES e VASCONCELOS, 2010)

A escravidão africana era produzida em quatro momentos. Primeiro são os pombeiros ou tangomaus que constroem o processo de captura. Ou são os sobas, mais violentos e africanos, que reúnem os escravos obtidos em guerras, dívidas, ou por compra.

Depois vem a experimentação, feito nas áreas de concentração, na Mina, em Cabo Verde, Luanda ou São Tomé, onde os escravos são alimentados, e “adestrados” para novos hábitos e procedimentos de vida. É um processo de preparação, nada educacional, mas sim com a pretensão de adequar em obediência e da submissão.

Segue-se o momento do transporte, nos negreiros, talvez o pior dos momentos, para depois chegarem

aos mercados e aí seguirem para os senhores. Salvador começou a ser um dos centros deste comércio e processo, reunindo aqui alguns dos maiores líderes mundiais do tráfico. Em geral, muitos livros e estudos preferem destacar o monopólio português do tráfico, deixando em silêncio o fato de que, quem mais utilizava este monopólio eram os negociantes baianos e de outras localidades do Brasil, que foram os maiores responsáveis pela escravidão colonial.

Estes primeiros escravos eram principalmente da região da Guiné e Senegal, regiões fortemente islamizadas, com até 90% da população compostas por muçulmanos. Portugal envolvido a pelo menos 700 anos com a guerra contra os mouros, deve ter produzido as justificativas para o tráfico, que supriu Lisboa de escravos. A população de Lisboa, em 1600, era aproximadamente 10% africana. Já que estamos falando de influência culinária, o doce de banana é de origem angolana, também o uso do azeite de dendê em pratos, e os pratos com quiabo. Existe, por exemplo, o Calulu, feito de quiabos, em São Tomé e Príncipe, ilha onde estava um dos principais pontos de concentração de escravos. Em Cabo Verde existe o pirão de mandioca, como o da Bahia. Nesse caso é mais provável que tenha ido daqui para este outro grande centro de guarda de escravos. Há também doce de leite, cocada e feijoada chamada chalupa, iguais as baianas. Lembremos que Salvador e Cabo Verde eram também fortes parceiros. O cuscuz é de origem moura, marroquina. Mas no caso da cozinha marroquina impressiona pela similaridade à ibérica. O Akará e o Calulu são típicos das Minas, do Benin. Já o vatapá não existe em África. Existe a açorda e as migas portuguesas, esta última feita de pão molhado. Mas não usa dendê, e o óleo de palma, este sim é de uso do golfo da guiné. O vatapá parece ser o misto das duas tradições.

Há ainda que destacar, que a cidade portuária e capital estratégica da colônia portuguesa, com plenas ligações no além-mar, sempre foram plenas do contato com as culturas orientais, da Índia ou China.

Uma metrópole plural, reproduzindo as práticas ancestrais de todas as etnias que a formavam, além de construir a mistura e o resultante de todas estas origens, que no cotidiano da cidade ganhavam condição de experiência coletiva da comunidade e cidade que surgia forte e mestiça: Salvador.

Referências

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FERNANDES, José e VASCONCELOS, Pedro. **Porto e Salvador, as proximidades de dois percursos urbanos distintos**. Porto, Universidade do Porto, 2000. Disponível na URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12481.pdf>, versão 21/02/2010. Capturado em versão 21/02/2010.

MATTOSO, Katia. **Bahia, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SALVADOR, José. **Os magnatas do tráfico negreiro**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos**. São Paulo: Currupio, 1987.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre Mercado Interno – conceito visitem:

http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2003/Joao_Carlos_Vieira_Kirdeikas.pdf



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Esta atividade pretende levar algumas ideias para discussão e até para pesquisa e avaliação dos conhecimentos que você está adquirindo, aplicando-o em sua região. Propomos as seguintes atividades:

Descubra a origem dos colonos europeus de sua região, e procure descobrir se foi povoada por ações da Casa da Torre, da Ponte, ou por outra iniciativa.

Procure identificar quais grupos indígenas são ancestrais da região de sua residência.

Será que é possível identificar as principais etnias africanas que compuseram a população de sua região? Vieram de barcos que traziam de que local da África? Ou da colônia? Será que formaram um quilombo? Procure verificar este aspecto sabendo que a ancestralidade africana que temos é a mais apagada e difícil de compor. Mas devemos isso a nós mesmos. Muitas vezes está nos livros de batismo de sua região a possibilidade de verificar de onde vinham os navios que traziam os cativos que acabaram contribuindo para a construção de onde habitas.

Finalmente procure identificar quais as comidas típicas de sua região e procure identificar por aí os caminhos da construção do cotidiano dos pioneiros da comunidade da qual faz parte.

Aula 9 – As contradições e tensões da colônia na Bahia.

Objetivo

Estudar a fase ocupação sustentável dos espaços do interior da Bahia, bem como o desenvolvimento da Bahia no século XVIII, os efeitos da mudança de capital para o sudeste do Brasil, e o desenvolvimento das pressões urbanas e de transformações sociais no final do período colonial baiano.

3.8 O INTERIOR DA BAHIA: CONFORMAÇÃO DA ESTRUTURA E PRÁTICA DA OCUPAÇÃO

No terceiro século da colonização o interior baiano havia se tornado território pacificado, livre de índios hostis, com exceção do extremo oeste.

É fato, por exemplo, que mesmo a distante Caetité já é vila estabelecida em 1749 e recebe a visita do Governador Geral, Conde dos Arcos.

As comarcas e ouvidorias listadas por Vilhena eram 33, nem todas na Bahia. Estas localidades merecem destaque, pois isso indica a presença do poder judiciário da coroa. Cada comarca tem um número de funcionários da coroa. Nas ouvidorias existiam os doutores da lei. Além disso, havia toda uma equipe de escrivães, tabeliães, tabeliães de órfãos, inquiridor, alcaide e outros. Nas comarcas só não existiam os doutores. Isso significa entender a existência de toda uma estrutura, com salários e uma organização urbana mínima. Se considerarmos a enorme adição de vilas e povoados atendidos por estes centros perceberemos a extensão da colonização. (VILHENA, 1969)

Os principais caminhos para os mascates, tropeiros, boiadas, e para as autoridades e pessoas comuns já estão arranjados e funcionando: a colônia já se constitui sociedade baiana. Considerando as indicações existentes, traçamos um quadro geral de ocupação e relacionamento entre regiões:

O Extremo Sul:

Para ir de Salvador ao extremo sul a ligação por terra era quase impossível e pouco utilizada naquela época. A exuberante Mata Atlântica dificulta enormemente. O mar e a navegação de cabotagem são acessos preferenciais. A principal vila da região no final do século XVIII é Porto Seguro: estava fora das rotas internacionais, e mesmo das nacionais, por isso não havia crescido muito. Sua população vivia da pesca e do extrativismo na floresta.

De Porto Seguro, pequenos barcos, saveiros, jangadas, poucos barcos maiores, tinham contato com Caravelas, Alcobaca, Prado, Trancoso, Santa Cruz, e outras comunidades e aldeamentos costeiros. O norte do atual Espírito Santo ainda estava ligado à Bahia.

A Atual Região Cacaueira:

Era similar ao extremo sul, embora fosse, pela proximidade, mais integrada à capital, e por isso mais povoada. Além disso, Ilhéus, já com alguma urbanização, era ouvidoria da coroa, tinha um porto mais acessível e estava bem situado para rotas internacionais e nacionais.

De Ilhéus, que tinha um número significativo de moradas e população, se tinha acesso a Canavieiras, Belmonte e a Barra do Rio de Contas, atual Itacaré. Além da pesca e da coleta na floresta, a região havia desenvolvido um pouco a cana-de-açúcar, e em alguma medida

participava do tráfico de mercadorias do Atlântico e da escravidão. Os antigos aldeamentos de índios e uma maior presença de africanos devido aos engenhos de açúcar completam o quadro regional.

Chapada Diamantina:

A Chapada tinha como referência Jacobina, ouvidoria do reino. Maracás, Morro do Chapéu e Vila Nova da Rainha, hoje Senhor do Bonfim, eram outras referências de povoamento da região. Outras localidades como Lençóis, Andaraí, eram povoados relacionados com a garimpagem. Existiam aldeamentos indígenas “amansados” como a vila de João Amaro, atual Iaçú.



Imagem 24 – Rua histórica de Lençóis.

Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rua_de_Lenchois.jpghttp://en.wikipedia.org/wiki/Nigerian_cuisine. Acesso em: 06/03/2012.

Essa região havia sido colonizada pela Casa da Ponte e pelos garimpeiros. No final do século XVIII podemos imaginar as trilhas interligando as principais rotas de tropeiros de gado, de mascates vindos da capital, e utilizadas por poucos viajantes, dentre eles os garimpeiros. Os caminhos, pouco policiados, eram perigosos. Não se pode imaginar um movimento intenso ou contínuo, e sim descompassado e na medida das necessidades pessoais.

As vilas dedicadas ao garimpo teriam provavelmente uma presença significativa de estrangeiros e aventureiros interessados em estar temporariamente na localidade. Os currais cresciam de forma mais sustentável.

O Recôncavo:

No final do século XVIII, o Recôncavo era bem ocupado. Além da presença de Salvador, já com aproximadamente 50.000 habitantes, a região era bem povoada e com muitas vilas importantes como: Cachoeira, Santo Amaro, Jaguaripe, Maragogipe, Nazaré, Itaparica, São Francisco do Conde e Santo Antônio de Jesus. De fato poderíamos citar dezenas de outras comunidades. As ligações por terra e estradas eram mesmo importantes. Mas a facilidade do transporte marítimo e ainda utilizando os rios, estuários, áreas de manguezal e muitos portos, faziam da navegação o elemento de encontro do urbano, do rural e de uma cultura regional amadurecida. (FREIRE, 1998)



Imagem 25 – Prédio histórico de Cachoeira.

Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?p=3548>. Acesso em: 06/03/2012.

A procissão de velas brancas, o acesso de barcos grandes de navegação oceânica, continuava marcante. E nem a mudança de capital do Brasil para o Rio de Janeiro alterou este aspecto. Salvador centralizava a

navegação, as diversas trilhas e caminhos que da capital ganhavam o interior. A navegação de cabotagem para transporte de pessoas e mercadorias era intensa. Ainda mais porque a partir de Cachoeira (principalmente), mas também de Nazaré e outras, seguiam caminhos para o interior. Cachoeira, especificamente, resultado da ação colonizadora da Casa da Ponte, tinha grandes casas ligadas ao comércio da capital, e distribuía mercadoria em caminhos que iam até Minas ou Goiás.

Os caminhos estavam cheios de viajantes, carros-de-boi, carroças, tropeiros, um número maior de mascates, de maneira que um embrião de mercado podia ser identificado entre Salvador e as principais localidades do Recôncavo. A população africanizou-se. Os Bantos, Yorubás, Guinés e outros se somaram em grande número aos europeus e índios e construíram o quadro pluriétnico e pluricultural que conhecemos hoje. O Recôncavo do samba de roda, do candomblé, das muitas igrejas e religiões, dos ritmos e das artes mais diversas já existia.

Feira de Santana, Serrinha, Purificação dos Campos (atual Irará), estavam crescendo como caminhos entre Salvador e o interior.



Imagem 26 – Jagunços encourados nordestinos.
Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jagun%C3%A7os.jpg>.
Acesso em: 06/03/2012.

O Norte Semiárido:

Após quase três séculos de Casa da Torre a região estava firmemente colonizada pelos currais. O povoamento principal estava na vila, e antigo curral, do Itapicuru de Cima. Outras povoações importantes eram: São João da Água Fria e Nossa Senhora da Abadia. Além destas, Pombal, Monte Santo, Jeremoabo, Santa Bárbara, Conde, Alagoinhas e Inhambupe. Nessas regiões tradições ibéricas remotas, algumas mouriscas, misturam-se às heranças tupis e tapuias, e ao legado africano. Nessa época seria mais ou menos comum presenciar a chegada

de boiadas com tropeiros que iam de vila em vila, na busca da Feira de Santana e de lá para a capital. O gibão e a armadura de couro, a lança, a espingarda de bucha, cavalo pequeno, facão, o boiadeiro nordestino se firmava como figura advinda das hostes da Casa da Torre. Havia ainda uma relação desta região com Sergipe que nesse período estava, com todas as suas vilas, ligado à Bahia. (SANTOS, 1983)

O Baixo Sul:

Camamu, Cairu, Boipeba, Maraú, Valença, eram portos que davam continuidade ao “mediterrâneo” baiano, composto com a Baía de Todos os Santos. No final do século XVIII, estes portos estão articulados e em movimento conjunto à procissão de velas brancas e pescadores que constitui a paisagem do Recôncavo. A urbanização da área é também marcante. A região parece uma continuação da cultura e práticas do Recôncavo. Valença vai aos poucos com Camamu, predominando como portos dinâmicos.

Sudoeste Baiano:

O sudoeste era a entrada para Minas Gerais, seja via Rio São Francisco, seja via rotas de tropeiros da Casa da Ponte. Caetitê, Monte Alto, Livramento das Minas do Rio de Contas - hoje Rio de Contas - eram pontos de colonização. Esta região misturava as vocações de garimpo e mineração com os currais e caminhos de tropeiros, que seguiam na direção de Vila Rica e das Minas gerais.

O ambiente humano e cultural era também povoado pelo criador de gado, pelo vaqueiro e sua armadura de couro, mas era bem comum o garimpeiro e o minerador. A região se ligava a Minas de maneira que algumas localidades mineiras ainda eram geridas pela Bahia.

Rio São Francisco:

Sobre o Rio São Francisco, além das várias ligações por terra, que faziam das principais vilas do rio, pontos de encontro com caminhos para Recife, Salvador, Vila Rica, Goiás, e outras, encontramos a navegação que interligava Minas, Pernambuco e Bahia. Na Bahia estavam em destaque as comunidades de Juazeiro, São Francisco das Chagas na Barra do Rio Grande, Santo Sé, Santo Antônio do Pambú (atual Curaçá) e Bom Jesus da Lapa.

3.9 PRESSÕES EXTERNAS E INTERNAS SOBRE A METRÓPOLE COLONIAL

O século XVIII foi marcado pelo apogeu da influência de Salvador no cenário nacional, e ao mesmo tempo pela crise que levará à mudança da capital para o Rio de Janeiro.

No século XVIII, Salvador teria aproximadamente 50.000 habitantes, número expressivo para a época. A cidade havia se urbanizado, estava organizada e bem habitada na cidade alta, embora cercado já das habitações de taipa e barracos nas periferias de população menos favorecida. A cidade baixa era um centro ruidoso e movimentado, sujo e mal cheiroso, centralizando com força o movimento marítimo e comercial do Atlântico sul.

São deste período, o Teatro São João e o funcionamento do Colégio dos Jesuítas como instituição de ensino superior; os alunos das classes de filosofia e retórica poderiam prosseguir seus estudos em Coimbra, da mesma forma que os de Lisboa e Braga. A perseguição, e finalmente expulsão dos Jesuítas da Bahia e de Portugal, fará parte do ambiente de crise do final do século.

No decorrer do século XVII, e mais ainda a partir do século XVIII, Salvador cresceu em sua função do seu papel estratégico no Atlântico Sul. Desde o século XVI era capaz de construir seus próprios navios, e graças à posição estratégica de seu porto tinha ligações com rotas de navegação de todo Atlântico, fosse para Portugal, fosse para a Inglaterra e suas colônias americanas, ou com outras regiões da Europa, América, África ou Ásia. (SALVADOR, 1981)

A Bahia conseguiu ser mais bem recebida que a metrópole na Costa da Mina, ex-colônia portuguesa, agora dividida entre holandeses e ingleses. Navios baianos negociavam diretamente no Golfo da Guiné, o que possibilitou que Salvador conseguisse exclusividade nesta região, fincasse aí feitorias de Porto Novo e o Forte da Ajuda em Iudá, com a aliança do Rei do Daomé. A Bahia agia em detrimento e contrariamente aos interesses de Lisboa, que via crescer a concorrência da colônia em detrimento. Utilizando o fumo baiano e as eternas guerras locais africanas, muito estimuladas e até fabricadas pelas feitorias, os baianos se tornaram os principais fornecedores do tráfico vindo do Golfo, não só para o nordeste brasileiro e para as Minas Gerais, como também para o

Caribe, holandês, francês, espanhol, e também para as colônias inglesas da América. (VERGER, 1987)

Graças a este comércio Bahia, África, América, Europa, do qual os armadores e traficantes baianos participavam intensamente, duvidamos se o principal produto da Bahia no século XVIII seria o açúcar ou o tráfico. Fica claro que os maiores responsáveis pelo tráfico foram brasileiros e não portugueses, e também que Salvador acumulava capital a partir do tráfico, assim como Nova York, outro centro importante de traficantes. Sobre a presença baiana na Costa da Guiné vale a pena investigar Joseph Torres, que havia se tornado importante senhor de terras na África e capitaneava os negócios com a região africana.

A Bahia passou a negociar com autonomia e exclusividade de 24 navios, participando ativamente de contrabando não somente na África, mas também com Minas Gerais que participava de mercados ingleses e europeus com mediação baiana. Os tropeiros da Casa da Ponte serviam tanto para levar bois, como no retorno, para trazer ouro, que via Cachoeira chegava ao porto da Bahia. Produtos europeus, principalmente ingleses, chegavam também contrabandeados.

Os governos gerais de Minas e do Rio de Janeiro eram contrários a este processo e articulavam contra a ação dos baianos. Em 1763, todo este complexo de fatores culminou na transferência de capital de Salvador para o Rio de Janeiro, conforme orientação do Marquês de Pombal. A partir de 1763, as feitorias baianas na África entraram em crise e, finalmente, foram abandonadas em 1804.

Salvador se urbanizou, e em termos de modo de reprodução da existência começou a se organizar em torno de um mercado cada vez mais complexo e capitalista.

O desenvolvimento urbano implicava na existência de população maior e com demandas mais complexas do que aquelas que o sociometabolismo patrimonialista é capaz de sustentar. A urbanidade desenvolve um ambiente cada vez mais voltado para a vantagem da eficiência dos sujeitos, o que implica no surgimento de tensões sociais graves, já que a sociedade patrimonialista privilegia o apadrinhamento e os conchavos, independentemente da eficiência de cada um.

A cidade, aos poucos, vai desenvolvendo um mercado de trabalho, e com ele, classes sociais que vão tensionar a própria instituição da escravidão.

Referências

FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1998.

SALVADOR, José. **Os magnatas do tráfico negreiro**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina**. Recife: Tropical, 1983

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos**. São Paulo: Currupio, 1987.

VILHENA, Luís. **Fluxo A Bahia do século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a Economia do Século XVIII, visitem:

http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UB/AVAILABLE/TDX-0203105-122457/7.EVOLU%C7AO_ECONOMIA_BAHIA.pdf.

Sobre a presença da Bahia na África, visitem:

http://www.pierreverger.org/fpv/index.php?option=com_content&task=view&id=132&Itemid=521.



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a thin grey border, intended for the student to write their notes.

**A BAHIA, A
FORMAÇÃO DO
ESTADO NACIONAL E
O IMPÉRIO.**

CAPÍTULO 4



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a thin grey border, intended for the student to write their notes.

CAPÍTULO 4

A BAHIA, A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O IMPÉRIO.

Aula 10 – A Bahia e a Independência do Brasil.

Objetivo

Estudar o contexto e tensões que fizeram parte do processo de construção do estado nacional brasileiro e da participação da Bahia nesse momento da História do Brasil.

4.1 CONSTRUÇÃO DO PROJETO LOCAL DE INDEPENDÊNCIA

O crescimento de Salvador, no final do século XVIII, provocou o desenvolvimento de tensões sociais próprias de um mercado em lento processo de amadurecimento, de maneira que as determinações sociometabólicas - próprias da sociedade senhorial patrimonialista que dominava a Bahia há 300 anos - começaram a não ser mais capazes de controlar a urbanidade emergente. Estas pressões tencionavam na direção do enfraquecimento da escravidão e dos redutos de poder baseados na propriedade dos recursos. A prática de vida cotidiana passou a escancarar o privilégio de alguns em detrimento ao prejuízo de outros, pela cor-da-pele, pela sexualidade, segundo a religião, ou segundo outros aspectos que não podiam se justificar na medida da vivência das pessoas. Um escravo liberto que vendesse peixe no mercado perceberia a desvantagem para mercadores brancos de peixe, talvez até piores, tecnicamente, que ele, mas em vantagem por ser branco. A sociedade urbana, a possibilidade de estar em igualdade de condições com maior facilidade para disputar uma dada situação, torna mais frágil os argumentos de superioridade e fidalguia, próprios do patrimonialismo. (MATTOSO, 1992)

A Conjuração dos Alfaiates foi o primeiro movimento baiano direcionado para a independência e a construção de transformações.

O ambiente urbano de Salvador no final do século XVIII, uma cidade com aproximadamente 50.000 habi-

tantes, favorecia conspirações e movimentos baseados na organização de grupo articulados por comunicados informais, leitura e discussão de temas de interesse e movimentos sigilosos.

A Conjuração dos Alfaiates foi consequência de um conjunto de contradições. A proposta era de rompimento com a condição de colônia, mas também de transformação social, da ordem social e construção de uma sociedade com outras bases sociometabólicas diferentes daquelas baseadas na propriedade inquestionável de condições da existência, de redutos, e na escravidão.

O movimento atendeu a: 1) percepção da opressão étnica; evidenciada pela sociedade urbana na qual a preferência injusta pelo branco fica mais delatada pela situação da prática de vida cotidiana, 2) crise concreta do sociometabolismo patrimonialista; as relações baseadas no apadrinhamento e no tributo que se deveria fazer aos senhores proprietário das condições da existência, começaram a não ser a forma de reprodução social capaz de satisfazer a prática social de um número crescente de sujeitos, que desta forma tencionavam, cada vez mais, por transformações radicais da forma social hegemônica e o 3) questionamento religioso; ligado às duas fontes de contradição anteriores, o privilégio e legalidade do catolicismo contrastava com o que acontecia em relação ao islamismo, ao candomblé e demais tradições. (TAVARES, 2001)

Interpretamos que a Conjuração foi uma resposta baiana, não somente ao desenvolvimento do processo histórico soteropolitano e regional, mas também, ao movimento revolucionário burguês internacional que tomava o mundo, desde meados do século XVIII.

Fala atribuída a Lucas Dantas, um líder Alfaiate: Você é tolo, eu lhe ensinarei um modo, com que você há de convencer. Quando lhes falar, diga-lhes assim: o povo tem intentado uma revolução, a fim de tornar esta capitania em governo democrático, nele seremos felizes; porque só governarão as pessoas que tiverem capacidade para isso, ou sejam brancos, ou pardos, ou pretos sem distinção de cor, e sim de juízo, e é melhor de que ser governado por tolos, e logo os convencerá.

No que se refere às questões regionais, o maior desenvolvimento do ambiente urbano era uma grande pressão por transformações na sociedade: os escravos urbanos eram muitos, carregadores, marinheiros, ganhador, alfaiate, barbeiro, ou com outra profissão, afastavam-se cada vez mais da senzala, e mais perto ficavam de uma situação de dependência e relação direta

com um mercado de trabalho em formação, sempre atralhado pelo senhor, que de fato ganhava pelo simples fato de ser proprietário do escravo.

Quanto ao movimento internacional, após a queda da antiga ordem senhorial na França, neste país ascende Napoleão Bonaparte, braço forte da revolução burguesa francesa, que oprimia a radicalização popular, mas também procurava ampliar o poder do estado francês contra a Inglaterra.

A Espanha acaba por unir-se a França, e daí a ameaça de invasão a Portugal que permanecia relacionando-se com a Inglaterra. Em 1808, o então Príncipe Regente D. João, sai com toda a corte de Lisboa na véspera da invasão francesa, deslocando a capital do Império Português para o Rio de Janeiro. Surgia assim o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e desta forma, é de 1808, o fim do pacto colonial e da situação de colônia do Brasil. Na Bahia, aonde chegou em 22 de janeiro de 1822, antes de seguir para o Rio, D. João formalizou a abertura dos portos às nações amigas, isso no dia 28. O Império Português, em especial o Brasil, interessavam a França e a Inglaterra em guerra. A formação do estado nacional brasileiro vai muito ser influenciada por este movimento internacional. O fato, por exemplo, de o Brasil ter se mantido integrado, ao contrário da América espanhola, se deve certamente à política imperial do Reino Unido criado no período napoleônico. Fica evidente também a ação de estadista de D. João, que naquele momento soube unir o que restava das forças portuguesas para enfrentar uma nova realidade internacional, que por fim fez nascer nosso país.

O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves serão formalizados em 1815, com a Santa Aliança, mas a situação de estado nacional, unido a Portugal, já existia desde 1808, apesar da ocupação francesa em Portugal.

Esta situação de união com Portugal parece determinante para a forma pela qual surge o Brasil independente. De fato houve uma “desunião”, e não propriamente uma separação, de maneira que os laços do Brasil com Portugal nunca foram totalmente eliminados. Os países de fato se “desuniram” monarquicamente, após estarem “unidos”, devido a questões de sucessão, desarticulação constitucional, dissociação, muito mais que por um conflito separador. A guerra na Bahia parece apontar esta interpretação.

Quando do final das guerras napoleônicas e dos resultados das negociações e acordos de pós-guerra, a

supremacia da Inglaterra, e principalmente a hegemonia da nova classe dominante burguesa, construíram uma política conservadora que procurava manter as relações mais tradicionais entre os estados, pois desta forma a burguesia Inglesa teria supremacia inequívoca.

No Brasil, desde 1808, D. João VI em 1821, foi obrigado a voltar a Portugal, devido à chamada Revolução Constitucionalista do Porto. É então que fica evidente que os portugueses desejam retornar o Brasil à condição de colônia. No Brasil, isso será o estopim dos movimentos pela separação, que em 7 de setembro de 1822, culminarão na declaração de independência. O Brasil não aceitava ser governado, exceto por um governo sediado no país, o que só seria possível com um Reino Unido.

4.2 A PROVÍNCIA DA BAHIA E SUA INTEGRAÇÃO AO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Na Bahia, a partir de 1821, o partido da independência se fortalece. O projeto dos baianos continuava libertário, republicano e a favor de reformas de base capazes de alterar as relações de reprodução da existência em favor do final da escravidão e do desenvolvimento de uma república popular. Ao contrário do desejo dos baianos, os portugueses haviam se aquartelado em Salvador, sob o comando de Madeira de Melo - oficial experiente do exército português - que havia construído condição para que Salvador não aceitasse o Príncipe D. Pedro como regente do Brasil. Essa ação fez com que muitos soteropolitanos, tropas regulares e voluntários milicianos fugissem da cidade para o Recôncavo, na intenção de construir um movimento opositor à Madeira de Melo e à recolonização. Salvador havia se transformado no centro da principal questão de estado entre Brasil e Portugal. Por um lado, era o centro da tentativa portuguesa de recolonizar o Brasil, de outro lado, havia a pressão urbana e dos populares da capital, que defendiam e lutavam por uma transformação mais radical, e finalmente aqueles preocupados em manter seus privilégios, a princípio contra a independência, pois esta estava do lado dos mais radicais. (TAVARES, 2007)

A Revolta dos Malês, em 1835: “Sou filho natural de uma negra africana, livre, da nação nagô, de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã”. Luis Gama, poeta e abolicionista escrevendo sobre sua mãe. O movimento Malê ocorreu em 1835. Foi organizado por negros muçulmanos insatisfeitos com a situação de escravidão e submissão a cristãos. As dificuldades existentes antes da independência, a crise do escravismo e dos privilégios principalmente urbanos, de etnia e religião, se agravaram a partir de uma independência conservadora. Os Malês planejavam reunir negros, principalmente islâmicos, mas também de outras tradições, na intenção de retirar os brancos cristãos da gestão e transformar a região em estado islâmico. Antes do momento determinado para a luta houve uma delação de uma negra ao seu senhor, o que provocou a antecipação do movimento, que desta forma desorganizado e surpreendido pela delação, foi mais facilmente contido e reprimido, embora em meio a duríssimas lutas e resistências. O plano era a tomada de poder, mas não estava prevista a transformação da ordem social, o que implica em interpretar que os Malês desejavam ser os novos senhores. (REIS, 2003)

Desde 9 de janeiro, D. Pedro havia declarado que permaneceria no Brasil, e criado um governo no Rio de Janeiro, desobedecendo às ordens para retornar. Ao mesmo tempo, orientado por José Bonifácio, declarou e difundiu a ideia de que seu governo preservaria as relações sociais estáveis tradicionais, assim como a ordem social. A partir deste momento, em disputa formal com o governo de Lisboa, D. Pedro e seu grupo de apoio trabalharam para serem reconhecidos como poder no Brasil, por províncias e vilas, e desta forma conseguir levar a classe patrimonialista brasileira a apoiá-los contra Lisboa.

Foi em 25 de junho de 1822, que a câmara de Cachoeira reconheceu a autoridade de D. Pedro, e assim a Bahia passou a ter um governo ligado e obedecendo ao Rio de Janeiro. Desta forma, as camadas urbanas desejosas de reformas mais amplas acabavam sobre as ordens e controle do projeto sulista de governo autônomo, e mais tarde, de independência, aceito e desejado pelos senhores do recôncavo. Menos de um ano antes, estes senhores estavam contra qualquer movimento opositor a Lisboa, preocupados com os mais radicais.

A guerra pela independência da Bahia começou propriamente em 25 de junho. O reconhecimento de D. Pedro por Cachoeira foi acompanhado por um ataque de canhoneira enviada por Madeira de Melo e por atiradores portugueses. Madeira de Melo não aceitou a posição dos baianos. Qual a relação entre este fato, a guerra na Bahia, o ataque português à decisão de Cachoeira e o grito do Ipiranga em 7 de setembro? A documentação não deixa claro, mas arriscamos interpretar que a negativa

de Madeira de Melo, e de Portugal, em aceitar a decisão dos baianos em favor do Príncipe Regente pode ter sido o que faltava para a decisão de D. Pedro por não aceitar mais relação com Portugal e declarar independência.

A Sabinada em 1837: A Sabinada defendia ainda, as mesmas propostas libertárias que observamos na Conjuração dos Alfaiates, assim como relacionadas às declarações dos movimentos baianos a favor da independência. O movimento foi liderado pelo jornalista Francisco Sabino Vieira, e foi talvez o último movimento que ainda refletia o desejo republicano dos baianos, que primeiro veio à tona na Conjuração dos Alfaiates. Em 7 de novembro de 1837, Sabino e companheiros, proclamaram a República Baiana que existiria até a maioria de Pedro de Alcântara. As tropas do Forte de São Pedro e outras de Salvador adotaram posição favorável e apoiaram o movimento. O Governo da Província fugiu para o Recôncavo e buscou apoio dos coronéis do interior, o que expunha a contradição que na independência ficou velada, a oposição de projetos societários da capital e dos senhores do Recôncavo e interior. Sem apoio popular, não conseguindo entusiasmo dos escravos, o movimento ficou mais vulnerável à repressão imperial. Salvador foi cercada e atacada com muita violência. Mais de 3 mil revoltosos foram presos.

Os brasileiros iniciaram os combates com as tropas regulares e os milicianos voluntários de Salvador, afiliados às propostas mais radicais. No recôncavo, principalmente a partir de 25 de junho, foram acrescentados voluntários das vilas e do interior, por ordem dos grandes proprietários, afiliados do projeto conservador de autonomia ou independência de D. Pedro.

O Rio de Janeiro enviou o Brigadeiro Pedro Labatut, experiente comandante francês, para o comando da guerra contra Madeira de Melo. Através dele, o Rio assumia o comando da Bahia, em nome da política de D. Pedro, e com o aceite dos senhores do Recôncavo. Há um manuscrito de Cypriano Barata, um dos líderes soteropolitanos, que acusa José Bonifácio de ser executor da política da Santa Aliança no Brasil, indicando a cumplicidade e participação da Inglaterra na solução para a independência conservadora do Brasil.

A decisiva batalha foi a de Pirajá, que durou cerca de 8 horas e envolveu aproximadamente 4000 combatentes. Nela, saiu-se vencedor o exército brasileiro. Após longa resistência, finalmente, em 2 de julho de 1823, os portugueses saíram e a cidade foi tomada. Consolidava-se a independência, no formato do projeto conservador, que mantinha as principais relações sociais e de exploração, sobre comando do Rio de Janeiro. As propostas de transformação soteropolitanas haviam sido derrotadas.

A situação conservadora, resultante do projeto de independência vencedor do Rio de Janeiro, estava

distante de resolver as tensões sociais históricas que pressionavam Salvador e o Recôncavo para a direção de transformações sociais mais radicais. As tensões e revoltas tenderam, desta forma, a serem resolvidas e a multiplicarem-se. Agravou-se ainda, pois a saída de Portugal deixou a Bahia em situação de crise avassaladora. Os portugueses eram detentores de muitos recursos e de relações importantes para a cidade. Os baianos permaneceram por um tempo, voltados para o ataque ao português, e após a independência, seguiu-se o movimento do mata-maroto, de 1823, e várias revoltas militares, como a de 1831. A população logo percebeu que a independência não representava transformação alguma em sua situação objetiva.

Este mesmo sentimento de continuidade das dificuldades assolava fortemente a população escrava, que havia nutrido ideias de transformação e de mudança, inclusive vivido com a ideia de liberdade, para após a independência constatar que sua condição escrava não havia mudado.

Nessa situação fica mais fácil compreender a Revolta dos Malês, movimento de negros islamizados baianos, que em 1835 organizaram uma revolta que tinha por objetivo tomar o poder e tornar a Bahia um estado islâmico. O movimento foi controlado com muita luta e esforço.

A Sabinada, de 1837, foi o último destes movimentos, que ainda tentava resgatar e continuar basicamente as mesmas lutas que vinham desde a Conjuração dos Alfaiates, 40 anos antes. Foi desta forma que se deu a participação da Bahia na Independência do Brasil: lutou-se por transformações mais profundas, pelo fim dos privilégios, por uma cidadania, por uma ordem social baseada nos mercados emergentes, mais adequado à vida urbana. A proposta foi, porém, vencida e abafada pelas estratégias e propostas conservadoras que vinham do sul do país, apoiadas pela Inglaterra.

Referências

Arquivo Público do Estado da Bahia. **Autos da devassa da Conspiração dos Alfaiates**. Ed. de Maria Helena O. Flexor. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo/Arquivo Público do Estado, 1998. 2 v.

MATTOSO, Katia. **Bahia, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

TAVERES, Luís. **História da Bahia**. Salvador, Edufba/UNESP, 2001.

TAVARES, Luís Henrique dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2007.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre a Independência da Bahia – visitem:

<http://adm.agecom.ba.gov.br/conteudo/noticias/2008/06/16/independencia-da-bahia-tudo-comecou-em-cachoeira>



REGISTRE SUA IDEIA

A independência da Bahia foi movimentada, cheia de lutas, processos e histórias. Por toda a Bahia existiram envolvidos que viveram as questões da época. Pesquise em volta e procure saber 2 coisas:

- 1) Que ancestral seu ou de algum conhecido seu participou das guerras da independência?
- 2) Como a comunidade em que vive participou da guerra da independência?

Aula 11 – Salvador, mercado e modernidade emergentes no século XIX.

Objetivo

Entender o desenvolvimento lento, mas contínuo, da modernidade e sociedade de mercado soteropolitana.

4.3 SALVADOR – A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE LOCAL DE MERCADO

Desde o século XVIII podemos identificar a formação de uma importante estrutura de mercado em Salvador. Já no final do Império, a Bahia orgulhava-se de seus bndes urbanos e de muitas modificações em seu traçado, conquistas da ascendente classe burguesa comercial da cidade. O número de indústrias já era representativo, embora fossem contabilizadas conjuntamente muitas oficinas de artesanato, além das verdadeiras indústrias. (MATTA, 1999)

O processo de estruturação da burguesa na Bahia, e de sua hegemonia, foi lento e gradual, de maneira que se torna possível estudar o avanço gradativo de suas instituições e práticas sociais no tempo.

A existência de oficinas de artesãos e de algumas indústrias no final do século XIX mostrava que a cidade já tinha dinamismo suficiente para organizar seu mercado interno, possibilitando tanto aos mestres artesãos como às primeiras indústrias, a organização de sua produção na forma disciplinada, segundo otimização de espaço e tempo, como é própria da sociedade capitalista.



Imagem 27 – Fotografia do início do século XX do Cais do Ouro, Cidade Baixa. Em VIANNA, Marisa. ...Vou pra Bahia. Salvador: BIGRA, 2004.

Nesse mesmo período, a estruturação de um mercado diversificado, movimentado, baseado em intensa troca interna e externa de mercadoria e na economia monetária, também já estava amadurecida, e como os mais antigos indícios de sua existência remontam o século XVIII, esta pode ter sido a primeira manifestação concreta da chegada de organizações burguesas em Salvador. (MATTOSO, 1978)

Também são antigos na cidade, os bancos e as associações de artesãos, como de carpinteiros e pedreiros. Estas últimas eram organizações parecidas com as corporações de ofício europeias, que já estavam decadentes no antigo continente. Porém, na Bahia, a sua existência demonstrava, nesse momento, o crescimento da consciência profissional, regulamentação de profissões e preocupação em disciplinar e regulamentar o trabalho. Em outras palavras, surgia a consciência do profissionalismo, a ideia de organização e de participação cidadã, no meio urbano.

O capitalismo que surgia na Bahia era, assim, voltado para urbanização e padronização de hábitos e consumo. Salvador crescia mercado de consumo e capitalismo periférico dos centros produtores do sudeste, que acumulava capital com a cultura do café ou de fora do país, mas ainda assim, formava-se uma sociedade de mercado local.

Esse mercado, apesar de pequeno e periférico, incapaz de dinamizar muito mais que a região em torno da capital, foi capaz de produzir diversas reformas na cidade, sua estrutura social e práxis cotidiana, que passou a transformar-se na direção da urbanidade e organização, necessárias a uma cidade burguesa.

O avanço da hegemonia burguesa não se dá de forma linear, e nem sem resistência. As tradições e estruturas próprias da sociedade patrimonialista, dominantes até então, continuavam coexistindo e dividindo o espaço das práxis cotidianas dos sujeitos históricos, o que nos habilita a observar as contradições entre as duas formas de vida e organização social.

Nesse contexto, torna-se necessário tentar descobrir como as instituições burguesas, e com elas a hegemonia deste processo social, avançaram e adaptaram-se às contradições presentes na capital, mercado capitalista em formação e capital centralizadora de uma região estruturada na sociedade senhorial, ao mesmo tempo. Entre estas instituições, neste módulo, pretende-se destacar o avanço da educação burguesa.

4.4 O CIENTIFICISMO E A BAHIA

O pensamento científico é o discurso de verdade da burguesia. Seu surgimento faz parte da ascensão da nova sociedade. No período pombalino, a necessidade de aprendizagem de novas técnicas e de aperfeiçoamento

da agricultura criou o primeiro interesse científico do país. Era voltado somente para o conhecimento que tinha aplicação prática imediata, enquanto o conhecimento e aprimoramento teórico continuavam desinteressantes. O empirismo do período pombalino, ao contrário da escolástica - forma de pensamento jesuíta - defendia uma ética do enriquecimento produzido pelo trabalho e pelo acúmulo de bens (assim como o mérito da riqueza), e defendia o conhecimento como forma de aprimoramento para a obtenção deste enriquecimento. O crescimento deste tipo de pensamento foi paralelo ao da urbanização e importância de Salvador como centro comercial. O empirismo surge na Europa juntamente com o Iluminismo e ao lado do pensamento liberal. (PAIM, 1984)

Na Bahia, porém, plenos direitos só existiam para os senhores e grandes comerciantes, e a escravidão fazia do liberalismo quase uma ironia.

É certo que os mestres de ofício, os sujeitos mais experientes e velhos, vão, por tradição, passar suas habilidades e trabalhos para os mais moços, provocando assim a reprodução do sistema produtivo. A educação formal era essencialmente ilustrativa, servindo mais para reafirmação dos rituais de poder e legitimação da ordem social senhorial, do que para qualquer tipo de aporte.

A chegada das primeiras instituições burguesas e de sua forma de ver o mundo fez com que o pensamento brasileiro sofresse transformações. Era necessário introduzir uma filosofia urbana, capaz de orientar o mercado consumidor das cidades que se formavam, mas, ao mesmo tempo, manter o prestígio do rei, do poder moderador, a nobreza e a cidadania plena limitada a poucos privilegiados.

Era necessário criar uma forma de pensamento capaz de avançar na direção da modernidade, sem forçar o rompimento dos laços de dependência e mandonismo, existentes desde o Brasil colônia, e convenientes para um centro de consumo e não de produção.

Nesse período acabou predominando a ideia de que a ciência e Deus não eram opostos. Na verdade a ciência explicava o universo, e, como o mesmo era criação divina, nada mais lógico do que considerar a ciência divina também. Para essa forma de pensamento, a ciência era o pensamento divino que Deus decidira revelar aos homens. Abriam-se as portas para harmonizar a ciência burguesa emergente, com a religião tradicional e pilar da sociedade aristocrática.

O Espiritualismo Eclético permitia conciliar as con-

quistas da ciência com as tradições que se desejava conservar, mas, principalmente, permitia conservar os interesses da aristocracia senhorial, a velha estrutura social e relações de escravidão, de segregação racial, agora apoiada por um racismo ‘científico’, de mandonismo e de patrimonialismo, sem com isso parar a modernização demandada até pela Inglaterra e pelo capitalismo, cada vez mais mundial. Foi possível então frear as tentativas de superação estrutural popular, advindas dos centros urbanos e das emergentes classes pequeno-burguesas baianas, perigosas e capazes de romper a hegemonia étnica e senhorial, e ao mesmo tempo criar um ambiente de modernidade e desenvolvimento urbano, necessário a nova realidade internacional. Opositor deste ‘ecletismo’ era o ‘culturalismo’ de Tobias Barreto, que teve adesões importantes na Bahia.

Enquanto o ‘ecletismo’ procurava conciliar o pensamento burguês, a ciência e o tradicionalismo racista aristocrático – fazendo com que os senhores pudessem aderir às inovações, ao progresso, ao desenvolvimento urbano, preservando antigas relações e antigos aliados – o ‘culturalismo’ desejava alterar a sociedade e criar um ambiente realmente propício à burguesia e seu modelo social, sem conciliação com a tradição aristocrática.

O ‘culturalismo’ não conseguiu ultrapassar os limites das cidades e de seu mercado, recebendo forte oposição dos interessados na preservação das relações de dependência. Somente um ideário capaz de manter o *status quo* das relações tradicionais de poder, e ainda assim permitir o avanço do mercado de consumo brasileiro lograria chance de apoio de toda a classe dominante: oligarquia tradicional e burguesia comercial emergente. Vantagem para o Ecletismo.



Imagem 28 – Fotografia do início do século XX da Antiga Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Medicina_da_Bahia_da_Universidade_Federal_da_Bahiahttp://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jagun%C3%A7os.jpg. Acesso em: 06/03/2012.

Este pensamento fez surgir a ideia de que existiam técnicas e formas científicas de manipular e organizar a sociedade, e que era necessário aplicar tais técnicas de forma rigorosa para conseguirmos uma nova sociedade moderna e urbanizada, daí o “racismo” científico, por exemplo. Nesse sentido desenvolveu-se, por exemplo, a Faculdade de medicina da Bahia, e sua escola tropicalista de pensamento e pesquisa.

As modificações na organização da sociedade brasileira eram limitadas pela função periférica desejada, tanto pela potência do capitalismo central, como pelas tradicionais hegemônicas locais, que sempre se alimentaram da dependência. Essa necessidade fez com que a modernização da sociedade baiana passasse, desde o início, por processos autoritários, cientificistas, mas quase nunca liberais como no capitalismo, que a partir da segunda metade do século XIX passou a desenvolver-se em São Paulo. Modernização sob controle. As ideias de Comte, o social visto como cientificamente organizável, a sociedade da moral, da ordem social planejada, as ideias positivistas ganharam rapidamente um grande espaço entre os militares e nas escolas politécnicas. Respondiam as inquietações da época e aos problemas sociais já existentes, como vimos anteriormente, desde o período pombalino. A modernização sob controle, o avanço positivo e ordenado combinado com regime totalitário, com as diferenciações étnicas, com as justificativas, agora científicas para a escravidão. O positivismo ganha importância principalmente no Sudeste, e cresce à medida que o café e a economia desta região se fortalecem. O castilhismo de caráter positivista pregava a ordem política do progresso, organizava o Estado brasileiro em função da economia do Sudeste e facilitava a organização do mercado brasileiro como dependente do exterior.

Tendo que atender a modernização, com o cuidado de não romper antigas relações sociais, uma educação verdadeiramente burguesa não vai realizar-se de forma plena no Brasil, muito menos na Bahia, aonde as relações senhoriais se tornaram ainda mais fortes, na medida em que o processo de independência do Brasil logrou abafar e desarticular os projetos populares, urbanos e burgueses de poder emergente de Salvador. As propostas de educação profissional e eficiente vão sempre encontrar obstáculo na necessidade prática senorial de manter a educação ilustrativa e legitimadora das posições e privilégios, o que era contrária à educação massiva proposta pelas sociedades burguesas.

Ocorreram então, convenientes - embora temporárias - alianças das classes dominantes, a senhorial tradicional e a burguesa em ascensão, que acabaram por direcionar a História do país e da Bahia após a independência.

Destaca-se também, que nesse tipo de sociedade capitalista periférica, a ciência, ferramenta das maiores conquistas burguesas, deixa de ser apenas um instrumento para obtenção de verdade e pesquisa, passando a ser facilitadora da aceitação e consumo. A ciência, de certa forma libertadora para Europa e EUA, facilitava a dependência no Brasil.

4.5 AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA BAHIA NO SÉCULO XIX

Desde os tempos coloniais, muitos modelos educacionais foram utilizados pelo Brasil. Estes modelos procuraram satisfazer as necessidades de todas as classes sociais, desde proprietários, trabalhadores, até escravos e comerciantes, contanto que fossem reproduzidas as condições e processos da sociedade senhorial, hegemônica então.

Na sociedade senhorial baiana, artífices, artesãos e demais trabalhadores aprendiam seus ofícios através do convívio com os mais velhos. Aliás, essa era a forma de educação existente entre os índios antes do descobrimento. Já a educação dos proprietários e negociantes era formal e feita principalmente para criar uma demonstração de superioridade para com as outras classes sociais. Era basicamente religiosa e filosófica, passando pela obrigatoriedade da alfabetização e aritmética fundamental, mas sem a preocupação da aplicação dos conhecimentos no cotidiano ou nos processos produtivos. Como consequência o Brasil foi vítima de uma monocultura intelectual, de subordinação, alienação, inteligência passiva e do bacharelismo, características que facilitavam sua posição periférica. Eram características convenientes para o mercantilismo que ligava o Brasil aos mercados europeus e continuariam interessantes para o desenvolvimento do capitalismo periférico que acabou instalando-se no Brasil, e principalmente na Bahia.

Somente no decorrer do século XIX, o liberalismo começou a influenciar as escolas e instituições de ensino baianas. É claro, porém, que o gradativo desenvolvimento

das organizações burguesas na cidade, foi pressionando cada vez mais para que uma verdadeira educação profissional, massiva e eficiente fosse organizada, mas esta o foi apenas na medida em que se tornou inevitável para a sociedade, o que significa dizer que atingiu pequenos grupos de cada vez, embora cada vez maiores e mais representativos.

O enciclopedismo, o positivismo, o liberalismo são pensamentos burgueses que cresceram na Bahia, paralelos a ascensão do cientificismo. Ao mesmo tempo, crescia na Bahia a tendência de união por casamento das antigas classes proprietárias com os ricos donos do grande comércio soteropolitano. Dessa forma, ocorre a aliança das duas classes dominantes senhoriais com a ascendente burguesia urbana. No primeiro momento desta união, podemos perceber o interesse em modernizar a capital, mas deixar organizado de forma tradicional o campo. Uma das consequências desse processo foi o bacharelismo. O bacharelismo era uma valorização dos que obtinham diploma universitário, que passaram a ser conhecidos pelo título de doutores, ou seja, passava por mais uma distinção senhorial.

A educação era, portanto, privilégio da cidade, e é nela que vamos encontrar as mais antigas instituições escolares da Bahia. Em 1808 foi criado um curso superior de medicina. Três décadas depois, o curso normal, e, no decorrer do século, várias escolas, como o ginásio baiano em 1858, iniciam uma formação regular e acadêmica nos moldes da pedagogia de massa e cientificismo burgueses. (NUNES, 2000)

Por outro lado, instituições como a Casa Pia de Órfãos de São Joaquim e o Liceu de Artes e Ofícios iniciaram a preparação de trabalhadores capazes de responder as necessidades de mão-de-obra urbana. A primeira, em 1799, a mais antiga escola regular em funcionamento no Brasil, a segunda, nos anos 70 do século XIX. Mesmo lentamente, a educação massiva, profissional e acadêmica própria das sociedades burguesas foram se instalando na cidade durante o século XIX.

A instrução pública foi municipalizada no século XIX, o que permitiu a cada uma das regiões brasileiras aplicarem a educação na forma que necessitava. São Paulo, por exemplo, começou a formar operários e proletários de melhor instrução, pois se desenvolvia de outra forma, alterando processos produtivos. O ensino superior se desenvolveu também mais rapidamente e, assim que necessário a nascente indústria paulista, voltou-se para

a pesquisa. A Bahia e o Nordeste puderam realizar seus projetos educativos em consonância com sua realidade social atendendo a modernização mais tímida e as necessidades de manutenção da ordem e da dependência, desejada pela sociedade senhorial. (RIBEIRO, 1991)

Referências

MATTA, Alfredo. **Casa Pia de Órfão de São Joaquim**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1999.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. Salvador: Hucitec, 1978.

NUNES, Antonieta. O início da república na Bahia, surpresa, tensões, acomodações In **Bahia republicana governadores e interventores**. Salvador: UCSal, 2000, p. 23-28.

PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1984.

RIBEIRO, Maria Luiza. **História da Educação Brasileira, a organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1991.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Participando da discussão sobre o pensamento brasileiro:

<http://renanreis.wordpress.com/category/pensamento-brasileiro/>

Sobre a História da Educação Brasileira:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html

Aula 12 – A Província da Bahia e sua capital: mercado e difícil modernidade no século XIX.

Objetivo

Entender o desenvolvimento, lento, mas contínuo da modernidade e sociedade de mercado soteropolitana e da Província da Bahia no século XIX.

4.6 SALVADOR – A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE LOCAL DE MERCADO

Durante o século XIX Salvador desenvolve um complexo urbano diverso. Em 1888 era a segunda cidade do Império, atrás do Rio de Janeiro. (MATTOSO, 1992)

Há registros sobre os estabelecimentos comerciais de Salvador no século XIX.



Imagem 29 – Porto de Salvador no século XIX. Em FILHO, Godofredo e REBOLÇAS, Diógenes. Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX. Salvador: Odebrecht, 1985.

No final do século XVIII, principalmente a Freguesia da Conceição da Praia e a do Pilar, concentram o movimento comercial. Além dessas freguesias, as de São Pedro, Passo e Sé também tinham estabelecimentos comerciais. Segundo Vilhena, os comerciantes eram em grande número, não somente “[...] os 164 que compunham o corpo comercial da cidade”. Havia uma multidão de comerciantes menores dos gêneros de primeira necessidade. (VILHENA, 1969)

No início do século XIX, o inglês Thomas Lindley estimou em centenas o número de barcos que chegavam ao porto da cidade e comentou sobre o movimento ruidoso do cais. O francês Tollenare, em 1817, registrava o grande porto e comércio da cidade; transporte de mercadorias, gritos de negros e tumulto.

Já para a década de 1850 temos o registro de armazéns que vendiam todo tipo de mercadoria, sendo difícil a segmentação das casas comerciais em ramos

de atividade. Era a época dos famosos trapiches, que de tudo vendiam e de tudo compravam, principalmente na zona do porto. A maior parte das lojas estava ainda localizada nas freguesias da Conceição da Praia ou no Pilar, embora existissem estabelecimentos espalhados por toda a cidade. Além dos negociantes encontramos muitos artesãos. Marceneiros, douradores, farmacêuticos, ferreiros, sapateiros, ourives e outros. Podemos imaginar essas pessoas produzindo bens, sapatos, móveis, assoalhos, janelas, grades de ferro, fechaduras, facas, joias, latas, vasilhames e chapéus, e logicamente, tenderemos a ver as quitandas e lojas cheias de mercadorias expostas e visíveis, lojas visitadas por muitos fregueses não somente soteropolitanos, mas aqueles vindos de todo o Recôncavo, de todas as partes, onde um saveiro poderia levar e trazer. Pela atual Baixa dos Sapateiros, então Rua da Vala, chegavam outros tantos das fazendas, com boiadas e produtos do interior. A esta riqueza humana e comercial dos baianos, temos que acrescentar os que vinham de navio de outras regiões do Brasil, da África, da Europa, da Ásia, para então termos a dimensão do movimento da Praça de Salvador. Uma visita aos mercados populares de Valença ou de Cachoeira, em dia de feira, nos dias de hoje, podem talvez ajudar a fazermos uma imagem próxima do que seria o mercado de Salvador naquele tempo. (MATTA, 1999)

Os tipógrafos e relojoeiros eram os primeiros da cidade. E certamente participariam da mesma forma intensa no mercado da época. Jornais e periódicos também estariam começando a ser produzidos, o que enriquecia mais ainda o ambiente com a presença dos leitores e suas discussões nas mesas das tabernas e nas esquinas. O relojoeiro era uma novidade, vendendo, fabricando e consertando relógios importantes para medir o tempo, cada vez mais precioso no ambiente urbano. Era o progresso que chegava.

Na época do censo de 1855, a escravidão começava a perder importância, e parece que o número de artesãos da cidade teria sofrido significativo aumento.

Maximiliano de Habsburg (1860) descreveu a cidade como imponente e antiga, nos falando do comércio ambulante feito nas ruas por negros e populares, e também o comércio maior das casas comerciais.

Um ano antes, o Imperador D. Pedro II havia visitado Salvador, conhecendo sua sociedade, seu comércio, seu povo. De uma forma geral, a imagem passada pelo Imperador é a mesma que nos transmite o Habsburgo,

embora com maior atenção aos eventos e a riqueza das festas da cidade.

Entre 1850 e 1889, o número de estabelecimentos comerciais cresceu muito. Além disso, nesse período contamos com uma melhor descrição das casas de negócios.

São escritórios, lojas de calçados, de fazendas, de miudezas, de baús, de massas, de imagens, perfumarias, e outras, descritas apenas como lojas, que nos dão uma ideia de como era diversificado e sortido o comércio da cidade. São tantas lojas que tendemos a acreditar que o comércio da cidade tivesse a aparência de um grande bazar, com vitrines e mercadorias expostas até nos passeios, como, aliás, ainda ocorre em algumas ruas de Salvador até hoje. A este comércio somemos os alfaiates, marceneiros, funileiros, ferreiros, encanadores, chapeleiros, cabeleireiros, ourives, caldeireiros, armeiros, pintores, polieiros, relojoeiros, fotógrafos, tanoeiros, tipógrafos, correio, drenaleiros, entalhadores, maquinistas e outros. Uma diversidade de especialistas que disputavam espaço e a possibilidade de venderem seus serviços na cidade. Um estúdio fotográfico nesse período deveria ser um acontecimento. Imagens de família ou individuais, produzidas por máquinas modernas do século XIX: tirar retrato devia ser algo especial na época. No século XIX, a cidade contava cheia de estrangeiros que traziam sua arte e profissão. Mais para o final do século estes estrangeiros traziam também parte do progresso da modernidade. Oitartaguerrest era o sobrenome dos proprietários de uma fábrica de carros, que imaginamos seja uma fábrica de carroças, carruagens, charretes ou veículos similares. Também, uma fábrica de fundição seria de um cidadão estrangeiro, provavelmente inglês, John Smith. (MATTA, 2006)



Imagem 30 – Imagem do Primeiro Elevador Lacerda, ícone da modernização do século XIX. Em VIANNA, Marisa. "... vou pra Bahia". Salvador: Bigraf, 2004.

Mesmo não havendo um surto industrial na cidade, identifica-se uma maior presença de indústrias e verdadeiros operários. Além das fábricas de carros e fundição já citadas, temos duas fábricas de tecidos: a fábrica Modelo do Sr. Coimbra, e uma outra, de Domingos Gomes Ferreira; e a fábrica de charutos, de Antônio Salustiano da Silva. Havia 7 bancos e modernidades como, o elevador hidráulico e o plano inclinado.

O final do século XIX é caracterizado por uma população urbana bem maior que antes, mais de 100.000 habitantes, 20.000 prédios, já em 1870. O Major Durval Vieira de Aguiar descreve Salvador como uma capital urbanizada, de comércio forte e cerca de 120000 habitantes em 1888. Período em que os últimos escravos são libertados.

4.7 A BAHIA E SEU INTERIOR NO PERÍODO MONÁRQUICO

Para dar ideia do interior da província no final do período imperial vamos recorrer ao relato do Major Durval Vieira de Aguiar, militar do Império, que correu a Bahia de sua época. É assim que falaremos um pouco sobre as regiões da província nesta época. Então, quase todas as vilas eram dotadas de 2 escolas primárias, um prédio da câmara - que acolhia cadeia e quartel -, uma igreja católica matriz, uma praça e uma feira local que ocorria em um dia da semana. Era normal que nas vilas houvesse algumas (3 a 6), casas comerciais ou lojas, além de quitandas, entre 100 a 400 casas, com até 1000 habitantes. As localidades, geralmente, estavam voltadas à sua subsistência com roças e criações. (DURMAL, 1979)

Região do São Francisco e Oeste da Bahia

O Rio São Francisco era navegável de Juazeiro a Minas.

Encontramos as vilas de Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Santa Rita do Rio Preto, Xique-Xique, Remanso, Pilão Arcado, Santo Sé e Capim Grosso. A antiga Rodelas, agora Barra do Rio Grande, tinha um aspecto melhor, com 2 praças e uma farmácia, ruas amplas com construções de alvenaria. As cidades do Velho Chico tinham bons portos. A região após disputada com Pernambuco e Minas firmou-se como parte da Bahia.

Em Bom Jesus da Lapa era destaque o então já secular santuário, que recebia romeiros de toda a região e mundo, desde o século XVIII. Juazeiro era a única cidade da região, considerada a metrópole do rio, da qual partia o vapor regular que ia até Minas Gerais. Havia ligação por barco com Petrolina.

Nordeste Semi-árido e Litoral Norte

A região era marcada por dificuldades com a seca e com Cangaceiros.

As vilas existentes eram Jeremoabo, Bom Conselho - atual Cícero Dantas -, Tucano, Pombal, Itapicuru, Soure, Inhambupe, Entre Rios, Abadia e Conde.

Monte Santo tinha origem na construção de um caminho do calvário de Cristo, pelo Capuchinho italiano, Apolônio de Todi. Em 1888, Antônio Conselheiro andava pela vila, e havia construído uma igreja no povoado de Cumbe, atual Euclides da Cunha. Alagoinhas já era cidade, crescia na região da nova estação ferroviária, enquanto o povoado original e antigo definhava. Seu comércio era ativo, tinha telégrafo e 3 escolas.

Região de Santo Amaro da Purificação

Esta região era mais úmida e recebia influência da capital próxima. Havia a tradicional cultura comercial da cana.

Encontramos as vilas de Catu, Mata de São João, Abrantes, Purificação dos Campos - atual Irará -, Serrinha, Riachão do Jacuípe e Camisão - atual Ipirá.

Santo Amaro era então das mais importantes cidades. A Companhia de Navegação Baiana a visitava 3 vezes por semana. O Palacete da Câmara era destaque dentre as sólidas construções já seculares. A cidade contava com mais de 4 Igrejas, um Hospital, lojas de todo tipo e alambiques. Havia ainda uma linha de ferrovia que servia à tradicional produção de açúcar. Feira de Santana, também era cidade destacada. Tinha já arruado elegante com excelentes edifícios, ruas espaçosas, casas comerciais de todo tipo. Havia hospital, hotéis, teatro e farmácias. A Ferrovia era fonte de crescimento e nova importância. A feira, que acontecia em 3 praças onde se distribuíam as quitandas, botequins e esteiras, era a principal da província; era famosa a feira de animais.

Chapada Diamantina



Imagem 31 – Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim) no século XIX Disponível em: <http://www.senhordobonfim.ba.gov.br/wp/galeria-de-fotos/>. Acesso em: 06/03/2012.

Região seca e montanhosa. Bastante assolada pela seca.

Nesta região já estavam as vilas de Morro do Chapéu, Monte Alegre, Orobó - atual Rui Barbosa -, Lençóis, Andaraí, Xique-Xique do Iguatu, Santa Isabel do Paraguaçu - atual Mucugê.

A antiga Vila Nova da Rainha, já cidade de Senhor do Bonfim, era em 1888, o terminal da ferrovia que deveria chegar a Juazeiro. Tinha uma das maiores feiras da província, para a qual se estimava a visita de milhares de pessoas e tinha famosa filarmônica. Outra cidade era Jacobina, com extenso arruado e praças com sobrados. Estimava-se a população da cidade em 5000 pessoas.

Sudeste da Bahia

Região montanhosa, assolada pelas secas.

Esta região tinha muitas vilas, a saber: de Brejo Grande, Bom Jesus das Meiras - atual Brumado -, Macaúbas, Riacho de Santana, Santo Antônio da Barra - atual Rio de Contas -, Vila das Almas - atual Jacaraci -, Imperial Vila da Vitória - atual Vitória da Conquista -, Maracás e povoado de Jequié.

A cidade de Caetité já tinha, em 1888, cerca de 6000 habitantes, com 4 escolas e era famosa pelo excelente requeijão muito apreciado. A cidade de Minas de Rio de Contas, onde se conta a independência, foi declarada antes de Cachoeira, possuía 3 escolas primárias.

Recôncavo e Baixo Sul

Região de Mata Atlântica, úmida, de fácil navegação com a capital, com cultivo comercial da cana e do fumo.

As vilas existentes no final do século eram: Amargosa, João Amaro, Tapera, Santo Antonio de Jesus, Nova Laje, Areia - atual Ubaíra -, Taperoá, Nova Boipeba, Cairu, Santarém, Camamu e Maraú.

A vila de Curalinho destacava-se pela chegada da ferrovia. Com excelente comércio e edificação, já 5000 habitantes. A feira era considerada a segunda melhor da província, atrás de Feira de Santana. O artesanato de couro era muito apreciado. Já Cachoeira, cidade Heroica, primeira capital da província, contava com 10000 habitantes. Era o principal tronco ferroviário, e contava com ponte de ferro admirada. Ruas calçadas, bonitos edifícios, sobrados, hospital, fonte pública e imponente palacete da Câmara. Existiam hotéis, bilhares, filarmônicas, tipografias, jornais, clínicas, médicos, sociedades literárias e culturais. O grande comércio tinha 20 lojas de tecidos, 5 de miudezas, 7 armarinhos, 4 de calçados, muitos açougues, lojas de molhados, líquidos e outras. Os charutos *Dannemann* eram fabricados. A cidade tinha 6 escolas com 400 alunos. Muito bom cais, que recebe 2 vapores por dia de Salvador, da qual dista 6 horas.

Maragogipe era cidade de boa edificação, ruas calçadas, com excelente porto, primeira parada dos vapores de Cachoeira. A cidade de Nazaré, bem edificada, tinha porto a 6 horas de navegação de Salvador, recebendo 2 barcos por semana. Uma linha de trem partia para a vizinha Santo Antonio de Jesus. Já Valença, bem calçada e edificada, com hotéis, iluminação pública e hospital, com belo palacete de Câmara, destacava-se pela importante fábrica de tecidos. A cidade recebia também vapores.

Sul da Bahia

Região de floresta úmida, ligada pelos vapores de cabotagem que iam e vinham entre Salvador e o Rio de Janeiro. O cacau começava a ser cultivado.

As vilas e povoados eram: Barra do Rio de Contas, Una, Comandatuba, Canavieiras, Belmonte, Santa cruz, Porto Seguro, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas e Viçosa. A cidade de Ilhéus desenvolve o início da cultura do cacau. O cais, dentro de um golfo, era excelente. Boa edificação e sobrados.

Referências

AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. Salvador: Celebra - MEC, 1979.

MATTA, Alfredo. **Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, de recolhido a assalariado**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1999.

MATTA, Alfredo. Salvador: a novidade do século In **Cem anos educando para a vida**. Salvador: Solisluna, 2006.

MATTOSO, Katia. **Bahia, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

VILHENA, Luís. **Fluxo A Bahia do século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre Feira de Santana – visitem:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/feiradamata.pdf>

Sobre Senhor do Bonfim:

<http://luciano18dejunho.blogspot.com/2007/09/historia-do-municipio-de-senhor-do-bonfim.html>

Sobre Bom Jesus da Lapa:

<http://www.pime.org.br/mundoemissao/igrejafe.htm>

Sobre Cachoeira:

http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=177

Sobre Ilhéus:

<http://www.gabrielafr.com.br/secoes/historia.htm>

**REGISTRE SUA IDEIA**

O século XIX está bem perto. Apesar das impressões, 3 ou 4 gerações atrás de nós, vamos encontrar nossos ancestrais bem no século XIX. Siga o rastro dos registros civis e paroquiais de sua cidade, e procure descobrir seus ancestrais, desde seus pais, até seus bisavós ou tetravós. Registre de cada um deles informações que ache importantes, dentre as quais se sugere aqui:

- 1) Nome
- 2) Endereço
- 3) Etnia
- 4) Ocupação
- 5) Relacionamentos
- 6) Fotografias

Com este registro tente perceber seu engajamento e inserção no contexto de sua existência e elaborar um princípio de árvore genealógica da sua existência social e de sua família.



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a thin grey border, intended for the student to write their notes.

**A BAHIA
REPUBLICANA**

CAPÍTULO 5



Anotações

CAPÍTULO 5 – A BAHIA REPUBLICANA

Aula 13 – A proclamação da República e as sobrevivências da ordem social tradicional.

Objetivo

Estudar o engajamento da Bahia no processo de instalação da república brasileira e compreender a 1ª fase da Bahia republicana; a permanência da ordem social patrimonialista tradicional e de suas principais diretrizes sociometabólicas.

5.1 PERMANÊNCIA DA ORDEM PATRIMONIALISTA – 1ª FASE DA BAHIA REPUBLICANA

Em 15 de novembro de 1889, um golpe de estado foi o início do regime republicano no Brasil. A Bahia tomara conhecimento dois dias após o fato, sem entusiasmo e quase com declarada oposição.

A Bahia vivia sob o poder de uma aristocracia patrimonialista, que baseava sua hegemonia na propriedade das condições da existência, dentro de seus redutos. Essa organização já existia a pelo menos 3 séculos e meio. Esta hegemonia se reproduzia na medida do prestígio e da capacidade dos poderosos em privilegiar e favorecer os aliados e dependentes. Três eram as principais fontes deste poder: 1) a propriedade das condições da existência, culturais, sociais, econômicas; 2) Outra fonte era as ligações e alianças entre poderosos, com o poder local instituído, também dominado por outros proprietários, de onde vinha a capacidade de atender a muitos dependentes e aliados; e 3) as ligações com o exterior, com a metrópole mercantil no início, ou a capitalista posteriormente, que determinavam a capacidade de atender às classes dependentes e correligionários. (MATTA, 1998)

A ascensão da república era uma vitória da aristocracia paulista, que embora enraizada na tradição oligárquica, logrou, desde meados do século XIX, acumular capital com o café, iniciando uma nova ordem sociometabólica emergente no Brasil. A cafeicultura, somada à imigração europeia e japonesa, criou condição para o surgimento de

um capitalismo agrário em São Paulo. A então província de São Paulo desenvolveu um processo de industrialização de bens de consumo e produtos alimentícios, o que iniciou o processo de formação de um verdadeiro mercado interno capitalista no Brasil.

Este mercado emergente enfrentava a oposição das oligarquias tradicionais. A lógica social senhorial, baseada na concessão de usufruto e privilégio, era contrária à necessidade do capital emergente de criar mecanismos de distribuição das mercadorias e padrões sociais ordenados, controlados e conhecidos, que não poderiam estar sujeitos às estratégias de dominação personalistas.

A República favoreceu o capital paulista, que logrou então organizar a sociedade brasileira ao redor de seu novo dinamismo capitalista. A contradição entre uma tradição regional de organização e produção da existência oligárquica patrimonialista baiana, e uma pressão nacional de hegemonia paulista, pela reestruturação do país em moldes burgueses, foi a principal força norteadora do desenvolvimento da história da Bahia no período republicano.

Logo após o dia 15 de novembro de 1889 houve um período de desorientação e desarticulação das oligarquias baianas, resultante do impacto do regime republicano, que pretendia instalar um Estado Nacional forte que atacasse os privilégios pessoais, fundamento do antigo regime. A jovem república nomeou governadores afinados com tais propósitos.

O presidente monarquista da Câmara dos Deputados, Augusto Guimarães, que chegou a telegrafar para o Rio de Janeiro apoiando o Imperador, havia mudado de ideia quando deu posse ao primeiro Governador, Virgílio Damásio, que assumiu provisoriamente, enquanto o Monarquista Manoel Vitorino resistia a tomar posse do cargo. Tanto o governo de Manoel Vitorino como o do General Hermes da Fonseca, que o sucedeu, foram muito curtos, e governaram apenas 5 meses cada um. As muitas greves, os manifestos de vários setores sociais, os descontentamentos, ora das oligarquias locais, ora do governo da república, são evidências deste difícil e instável momento. A Bahia era amplamente dominada pelas relações senhoriais. Aqui, a legitimação do poder advinha de alianças, de conchavos e da fidelidade de populações dependentes. O novo regime, concretamente, não conseguiu mudar estas tradicionais relações de poder, que não se transformam com discursos, leis ou novos fundamentos teóricos. A prática social e cotidiana, que aqui em nada havia mudado.

O poder do político patrimonialista não advém de suas convicções ideológicas ou de projetos sociais pertencentes a alguma categoria ou classe social; ou defendidos por algum setor produtivo, e sim das articulações e alianças. Enquanto estas permanecem, são capazes de sustentar o poder e sua legitimidade, possibilitando que o político possa mudar de legenda ou agremiação partidária, e ainda assim continuar com legítimo poder. Nesta lógica social, ao contrário, para honrar o compromisso com suas bases, o político deve mudar de legenda ou grupo de apoio se deseja manter seu reduto e clientela satisfeitos, legitimando sua posição. Ele os trairia se fizesse o contrário. O político permanece fiel aos seus compromissos e laços de clientelismo.

A principal causa da instabilidade dos primeiros governos da república teve origem na forma como o novo regime chegou, tentando desarticular as antigas relações e jogos de poder, como fica evidente ao examinarmos os discursos, planos e opiniões dos primeiros governadores, sempre criticando o “filhotismo”, o “patronato”, o sistema de privilégios, quando de fato não poderiam governar sem eles.

Esta situação permaneceu praticamente inalterada nos governos seguintes: José Gonçalves, Tude Neiva e Leal Ferreira. Nos dois anos e meio iniciais da república, a Bahia seria palco de sete mandatos de governo; curtos, instáveis e não eleitos.

Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição Republicana. A Constituição definiu as regras do jogo político, que estava organizado de forma a minorar as dificuldades de articulação entre o projeto de Estado moderno republicano e os processos tradicionais de exercício do poder oligárquico patrimonialista regional, dominante nos Estados.

O primeiro governador eleito, Rodrigues Lima, foi também o primeiro a cumprir todo o mandato - de 28 de maio de 1892 a 27 de maio de 1896 -, assim como a executar um governo completo, centrado na afirmação das instituições republicanas. A nova constituição legitimava o poder das oligarquias regionais, criando condição para que a disputa pelo poder se realizasse conforme processos e conchavos tradicionais. O governo federal passava a apoiar o grupo vencedor da disputa em cada Estado, conseguindo assim a almejada estabilidade para o país. As oligarquias vencedoras conseguiam assim o prestígio que almejavam para alimentar sua articulação interna. Praticamente, os Estados tinham suas situa-

ções apoiadas pelo governo republicano, que poderia concentrar-se no projeto nacional contando com apoio dos representantes dos Estados no governo federal. A hegemonia paulista estava assegurada no plano nacional, e as oligarquias, em troca, mantinham seus projetos regionais. Com exceção da afirmação hegemônica inequívoca dos projetos paulistas, a organização do poder continuou similar àquela do império.

Na Bahia, cada grupo oligárquico se organizou em torno de um líder mais prestigiado. Cada proprietário tinha, em sua região, uma base eleitoral que representava seu poder de barganha e articulação. Estas bases, “currais eleitorais”, eram verdadeiras máquinas de legitimação do poder. O velho clientelismo e dependência das populações que recebiam respostas claras de punição, inclusive violenta, a cada tentativa de oposição, permaneceram.

Os grupos oligárquicos uniam-se por tráfico de influências, designação de cargos e favorecimento na distribuição e aplicação de recursos, que serviam para fortalecer seu prestígio ante as populações já dependentes de suas bases. Não existiam projetos políticos antagônicos: *grosso modo* os antagonismos existiam quanto a quem ocuparia os cargos. O Estado da Bahia estava distante da modernidade e da organicidade econômica tão pregada pelos discursos modernos republicanos.

Entre 1892 a 1911 seguiram-se 5 governadores advindos das tradicionais disputas oligárquicas: Rodrigues Lima, de 1892 a 1896; Luiz Viana, de 1896 a 1900; Severino Vieira, de 1900 a 1904; José Marcelino, de 1904 a 1908 e Araújo Pinho, de 1908 a 1911. (MELO, 1986)

5.2 PERÍODO DE DISPUTA ENTRE ORDENS HEGEMÔNICA, A 2ª FASE

Entre 1892 e 1911, a política de acomodação, troca de prestígio e apoio entre a República e a Bahia funcionou, possibilitando certa estabilidade aos governos do estado, tanto que, apesar da existência de graves momentos, tais como a guerra de Canudos, as epidemias de varíola ou as fortes estiagens, todos os governos cumpriram seus mandatos.

No final deste período, o governo de Araújo Pinho apresentou um novo quadro de instabilidade, que iria resultar na reorganização da solução política para o estado. Iniciava-se uma interferência dos projetos da república

federal em assuntos baianos, de maneira que o projeto de sociedade patrimonialista passou a competir com o projeto modernizador burguês na Bahia.

Salvador, mais populosa, clamava por sistemas de transportes, saneamento e obras urbanísticas próprias do século XX. A cidade facilitava o surgimento da noção de cidadania, das relações de trabalho capitalistas e de mercado. A população reclamava por modernidade, o que contrariava o poder oligárquico sempre voltado para atender o grande proprietário e o prestígio.

O novo presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, estava engajado na modernização e aliava-se às camadas médias urbanas do Brasil. Ganhou nova força nacional a política submissão das oligarquias. O crescimento da indústria e mercado brasileiros, e a maior autonomia do Brasil provocado pela 1ª guerra mundial, completavam o quadro de ameaça ao poder oligárquico.

Os grupos oligárquicos baianos, mesmo anteriormente antagônicos, se articularam e tentaram impedir a presença. Mas a reação do governo federal foi tão arrasadora quanto o bombardeio de Salvador, por ele patrocinado, em 10 de janeiro de 1912. Em meio às muitas pressões, Araújo Pinho já havia renunciado no final de 1911, que não completou seu mandato. Assumiria o governo do Estado José Joaquim Seabra, fortemente apoiado e aliado do governo do Rio de Janeiro. (REIS, 1996)

Finalmente, em 1912, começava a república na Bahia. Até então, embora envolvida nas questões da política republicana nacional, a Bahia não havia presenciado qualquer disputa que envolvesse o confronto direto entre as forças modernizadoras burguesas e o poder da aristocracia secular.

O seabrismo inicia um período de 12 anos, 3 mandatos governamentais, no qual atuará tomando posições, definindo políticas e em meio a realizações contrárias ao tradicional poder das oligarquias baianas. Salvador passou por um período de reformas urbanas e obras de melhoria nos serviços básicos. A cidade foi organizada e modernizada, passando a integrar-se melhor ao mercado burguês nacional e mesmo mundial em formação. O seabrismo abriu estradas e iniciou a criação de uma infraestrutura de comunicação e transporte no estado.

Reduzia-se a dependência das populações para com os grandes senhores, reduzindo também o clientelismo e poder de favorecimento. Na prática, pela primeira vez desde 1500, o poder dos senhores era confrontado e perdia poder para o estado centralizado em modernização.

Duas leis de 1915 podem ser destacadas como exemplo de ataques coronéis. A lei de Organização Municipal e a lei 1102 tratariam de criar uma dependência absoluta entre os municípios do interior e o governo estadual, na medida em que os poderes e autoridades das regiões passaram a necessitar da aprovação estadual para terem legalidade. (SAMPAIO, 1998)

A oligarquia não se contentou com o enfraquecimento e atacou o governo de várias formas. De fato, de forma alguma podemos confirmar o sucesso do ataque aos coronéis. No final de governo do seabrismo Antônio Muniz (1916-1920), a articulação entre coronéis do interior, especialmente Horácio de Matos das Lavras Diamantinas, Marcionílio de Souza de Maracás e Anfilóbio Castelo Branco do Médio São Francisco, aliada à crise do hermismo no plano federal, fortaleceu os coronéis que quase tomaram militarmente a capital. Foi necessário grande esforço e negociação federal para salvar a capital e manter Seabra no poder até 1924, em meio à recuperação do poder oligárquico.

O seabrismo não pretendia eliminar o coronelismo e sim submetê-lo. Pretendia fazer do estado o único instrumento de concessão de prestígio senhorial, e desta forma criar o clientelismo voltado para o governo estadual, que poderia assim impor projetos modernizadores e de desenvolvimento do mercado. Uma prática de transição que utilizava o processo tradicional patrimonialista, a favor da construção da nova ordem social moderna, burguesa. O governo era agora o centro do poder oligárquico e seu governador uma espécie de super-coronel.

O que emprestava poder e prestígio ao seabrismo era o apoio republicano, a pressão nacional e a de Salvador, por modernidade. Com estes apoios, o Estado pode ter a capacidade de criar sua própria rede de articulações e clientelismos, e assim usar os jogos de poder, próprios das oligarquias, para atacá-las, manter-se no poder e ainda agir na direção de reduzir as bases do mandonismo.

Em 1924, a posse de Góes Calmon dará fim ao seabrismo. Ele representava a aparente vitória das oligarquias regionais contra Seabra. Calmon, porém, manteve o Estado no papel centralizado. Góes Calmon era empresário e direcionou seu governo para a organização de um ambiente favorável aos negócios, tendo implantado um imposto sobre propriedades, muito criticado e combatido pela oligarquia, mas permaneceu firme conseguindo manter o imposto.

Referências

MATTA, Alfredo. Concepções e ferramentas para ascensão da Bahia. In *Contra Ponto*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1998.

MELLO, Agenor. Cartilha histórica da Bahia. Rio de Janeiro: Continente, 1986.

REIS, Enoc; MASCARENHAS, Geraldo (editores). Bahia de todos os fatos. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1996.

SAMPAIO, Consuelo. Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

TAVARES, Luís Henrique. História da Bahia. Salvador: Correio da Bahia, 2000.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre Canudos:

<http://www.youtube.com/watch?v=o7TAxhm4kss>

<http://www.youtube.com/watch?v=8dlwlfQr-fc>

<http://canudos.portfolium.com.br/>

<http://www.youtube.com/watch?v=dMzUoUKNMpE>

Sobre a importante rivalidade entre J.J. Seabra e Rui Barbosa, a partir da qual a compreensão do início da república na Bahia fica mais clara:

<http://www.ppgh.ufba.br/spip.php?article360>

Sobre a modernização de Salvador no início do Século XX:

http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_spuppi.htm

Sobre a modernização de Salvador no início do Século XX:

http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_spuppi.htm

Sobre os coronéis da Bahia:

<http://brotasdemacaubas.wordpress.com/2008/02/18/militao-rodrigues-coelho-e-horacio-de-matos-%E2%80%93-uma-saga-sertaneja/>

Sobre os remanescentes de quilombos:

<http://quilombos.portfolium.com.br/>

Aula 14 – Hegemonia burguesa e modernidade chegam à Bahia.

Objetivo

Perceber as contradições e processos históricos que construíram a modernidade e hegemonia burguesa na Bahia.

5.3 OLIGARQUIAS SUBMETIDAS

O golpe de 1930 veio interromper a disputa entre ordem patrimonialista e burguesa, iniciando uma terceira fase na nossa história Republicana. A vitória pela força da burguesia nacional, decidida a submeter às oligarquias regionais, iniciará nova fase de hegemonia burguesa.

Nos anos 20 a indústria brasileira foi ganhando mais importância, e com ela as camadas médias urbanas das grandes cidades, que se tornavam cada vez mais numerosas e exigentes. Estes grupos serviram de apoio para a desestabilização da República Velha e do seu jogo de acomodações. A crise do capital internacional, em 1929, ajudou a provocar uma redução das exportações de café e dificuldades de ordem financeira para o governo. Mas também produziu o crescimento da produção industrial brasileira, que entre 1929 e 1939, cresceu 125%, enquanto a agricultura cresceu apenas 20%.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o governo brasileiro e implanta um regime forte centralizador, disposto a encerrar ou ao menos enfraquecer, os arranjos e jogos de influência das oligarquias, e submeter de uma vez o poder dos coronéis. Na Bahia, os interventores, diretamente indicados pelo governo Vargas, foram escolhidos entre estranhos ao poder regional. Mesmo Seabra, que havia retornado à política, apoiando Getúlio, não conseguiu ser indicado para o governo do Estado, como desejava. Vargas indicou militares e aliados de confiança, contrários à hegemonia patrimonialista, e deixava claro que as tinha sob controle.

Sem dúvida aturdida, a reação da oligarquia ao golpe foi diversa. Parte dela estava muito associada à candidatura de Júlio Prestes para a Presidência da República, em 30, pois Vital Soares, ex-governador do Estado, era o vice-presidente da chapa. Este setor da oligarquia foi aliado do poder e não teve alternativa, exceto formar oposição, em parte no exílio. Nesse grupo destacamos

Otávio Mangabeira, Simões Filho e Miguel Calmon, dentre outros. Vale ressaltar, que esse setor era aquele que estava levando vantagem nas articulações regionais naquele momento. Ou seja, o grupo oligárquico hegemônico havia sido deslocado do poder e de sua posição de prestígio. Outro setor da oligarquia, dentre os quais o persistente Seabra, havia aderido ao golpe. Mas Getúlio não os queria de volta no poder central. Caberia aos interventores indicados executar os projetos nacionalistas do governo, além de organizar os setores aliados da oligarquia, para que mantivessem seu poder nos diversos redutos, embora, definitivamente, sob controle do poder nacional. Este poder era exercido por Getúlio e pelos tenentes, com base na crescente indústria e nas classes médias urbanas. Os anos 30 representaram a definitiva ascensão dos projetos modernizadores e de sociedade de mercado da burguesia do Sudeste do Brasil, na Bahia. Se até 12, as oligarquias baianas puderam realizar seus projetos regionais e locais de governo e suas disputas de poder, se entre 12 e 30, o Estado iniciou sua tentativa de submissão dos coronéis, contando com o apoio federal, após 30, o governo getulista passou a direcionar todo o Brasil para uma política nacional centralizada, de desenvolvimento industrial e de sociedade moderna. Não mais foi permitido que existissem projetos regionais, independentes e autônomos de governo, que não estivessem integrados ao projeto principal e ao crescimento do capitalismo nacional.

A partir do golpe de 30, sugerimos a existência de uma divisão em dois setores na oligarquia baiana. Um setor seria o que chamaremos de Oligarquia Dissidente, composta por quadros políticos desarticulados, expulsos do poder. Foram afastados do poder, e alguns até exilados, manifestando sempre seu repúdio à intervenção regional, à antidemocracia e à ilegalidade do regime implantado. O contraditório é que as oligarquias nunca foram exemplo de democracia e sempre a interpretaram de forma muito singular, a ponto de se fazerem valer continuamente do “curral eleitoral” e do “voto de cabresto”. Por outro lado, o regime oligárquico jamais foi favorável ao legalismo, já que vivia da possibilidade de legislar como queria seus redutos. Este setor aderiu à oposição, por estar sendo retirado do poder, e encontra neste discurso a única organização de alguma resistência. Os redutos oligárquicos baianos foram submetidos ao emergente capitalismo do Sudeste.

O outro setor da oligarquia baiana seria aquele que aderiu ao golpe. Chamá-lo-emos de Oligarquia Coopta-

da. O golpe os manteve no poder, e assim conseguiram superar o outro setor antes no poder. Embora mantendo o jogo de prestígio em seus redutos e no Estado, este grupo estava agora sob tutela do projeto nacionalista e só poderia exercer seu poder senhorial na medida da integração de suas ações com os projetos hegemônicos. O poder das oligarquias estava em xeque.

A oligarquia dissidente percebeu que o governo de Getúlio e o capitalismo nacional que o apoiava, tinham a forte oposição do capitalismo internacional, em especial nos interesses dos Estados Unidos. Os Estados Unidos e seus aliados europeus passaram a atacar o regime ditatorial de Getúlio, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra o eixo nazifascista. O regime brasileiro era identificado pelas potências como antidemocrático e antiliberal, o que enfraquecia o projeto nacionalista. O setor dissidente da oligarquia baiana aproveitou-se desta oposição e se junta ao discurso anti-getulista, patrocinado pelas potências burguesas. (MONIZ BANDEIRA, 2010)

A submissão das oligarquias, a partir de 30, não representou o seu fim, e nem mesmo o fim das antigas estratégias de aliança pessoal, articulação e clientelismo para a conquista do prestígio e do poder. O regime de 30 vai utilizar, de forma mais aprimorada, a organização realizada por Seabra nos anos 10, para fazer do Governo do Estado a instância capaz de conceder prestígio e poder. Tendo o Estado sob controle, poderá então submeter os grandes proprietários e sua máquina eleitoral, para que atuem conforme o projeto nacional burguês, sob pena de perda de prestígio e poder. Subordinavam-se os diversos poderes locais ao poder estadual, e, por em consequência, aos projetos do capitalismo hegemônico. A oligarquia dissidente, apesar de ter aderido alternativamente à burguesia internacional, se conformava em ter o mesmo tipo de submissão e organização, pois, para enfrentar o dinamismo e hegemonia do capital paulista teria que aceitar o direcionamento estratégico da burguesia internacional. O mandonismo e suas tradições continuavam vivos, em disputa pelo âmbito local, só que agora servindo aos planos da burguesia dominante, seja ela nacional ou internacional. (SKIDMORE, 1982)

Logo após o golpe, cinco interventores, sucessivamente, governaram o Estado de 25 de outubro de 1930 a 19 de setembro de 1931. Foram eles: o Coronel Ataliba Osório, Leopoldo Amaral, Artur Neiva e Raymundo Barbosa (MELO, 1986).

Em 19 de setembro de 1931, assume a interventoria do Estado da Bahia um dos líderes do golpe de 30, o jovem Tenente Juracy Montenegro Magalhães, para governar até 10 de novembro de 1937. Juracy foi capaz de guiar o Estado, satisfazendo, coordenando e controlando as oligarquias locais, e ainda assim realizando as políticas desejadas pelo governo de Getúlio. Ele realizou reformas urbanas em Salvador, com muitas obras para a saúde pública e o saneamento da capital, ampliou em 1/3 a rede de estradas de rodagem, construiu pontes e investiu no transporte fluvial do São Francisco. Iniciou o processo de institucionalização da economia baiana, criando o Instituto de Cacau, o do Fumo e o da Pecuária e trabalhou as finanças do Estado criando o Banco do Estado da Bahia – BANEBA. O primeiro governo de Juracy Magalhães foi um marco na organização de Salvador como centro moderno de consumo e metrópole regional e no início da criação de uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento da economia de mercado no Estado. Vale destacar, que em seu governo, os índices de produção e comércio da economia baiana mais que duplicaram. (SAMPAIO, 1998)

Vargas não havia conseguido destruir os instrumentos de poder das oligarquias, e que alguns interventores tiveram que compor com as forças oligárquicas para que pudessem administrar. A composição, porém, era agora organizada pelo poder do governador e pela hegemonia política do Estado, não mais a partir de acomodações e articulações entre as oligarquias, como na República Velha. O Estado passou a atrair as oligarquias que desejassem prestígio e poder sem dificuldade ou resistência, pois era a instância que tinha possibilidade de conceder prestígio e recurso.

Após a instalação do Estado Novo pelo golpe de 1937, outros interventores continuaram seguindo a mesma fórmula de Juracy, nem sempre com o mesmo sucesso e desenvoltura, mas o certo é que, durante aqueles anos, a Bahia entrou decisivamente na modernidade Republicana. O Estado Novo continuou urbanizando e organizando a capital, construindo estradas, investindo em ferrovias e na organização da produção agropecuária, elaborando os primeiros planos integrados de desenvolvimento, e possibilitou a criação da Universidade da Bahia. Embora dominando a maior parte do Estado e seu tradicional jogo de poder, a oligarquia já não conseguia realizar seus projetos de forma independente. Estava agora tributária dos projetos mais amplos da burguesia nacional. A máquina de sustentação e prestígio senhorial, agora legitimava

as ações do governo do Estado, contribuindo para suas realizações, que pouco a pouco iam reduzindo a força do tradicional clientelismo. Sem poder realizar uma política própria, a oligarquia teve que optar por uma espécie de suicídio lento: apoiava o crescimento da sociedade de mercado no Estado e assim podia exercer o mando em seus redutos, cada vez mais reduzidos pela expansão dos projetos burgueses que ajudava. Seguiram-se a Juracy os interventores: Antônio Dantas, Landolfo Alves, Pinto Aleixo, Bulcão Viana, Guilherme Marback, e Cândido Caldas.

Quando do final do Estado Novo, em 1945, a volta ao jogo democrático e o conseqüente retorno ao poder dos setores dissidentes da oligarquia baiana, confirmam a mudança ocorrida em 30. Mesmo livre do jugo ditatorial do Estado Novo, o poder na Bahia continuou tributário dos projetos da burguesia hegemônica, que a partir do Estado podia direcionar as oligarquias e o desenvolvimento baiano. O retorno à democracia aconteceu em meio às pressões do capitalismo internacional, em especial dos Estados Unidos, para que tivesse fim o regime de força getulista. Mais que a natureza do regime, interessava aos americanos elevar a sua presença na economia brasileira. O projeto nacional burguês de Vargas incomodava pela tendência protecionista e estatizante, que pretendia reservar a economia e o mercado brasileiro para a emergente burguesia e indústria nacional, concentrada no Estado de São Paulo. Para os projetos americanos, era indispensável à quebra da perspectiva getulista, o que abriria possibilidade de expansão dos interesses americanos no Brasil, como, por exemplo, impedir a nacionalização da exploração e da indústria do petróleo brasileiro. A União Democrática Nacional – UDN e o Partido Social Democrata – PSD, se formam a partir da aliança de setores da burguesia nacional, atraídos pela força do capital americano e pelos dissidentes da oligarquia, aliados do poder pelo golpe de 30. O getulismo, por sua vez, continuará forte baseado nos setores nacionalistas.

O Brasil viverá um período de disputa entre dois projetos políticos burgueses: um nacionalista e outro defensor das multinacionais.

Logo a seguir do Estado Novo, a segunda tendência assume o governo brasileiro através do novo presidente, General Eurico Gaspar Dutra, simpatizante da influência norte-americana. A posição das oligarquias e da UDN baiana ficará evidenciada pelo beijo na mão, que o então deputado Otávio Mangabeira dará publicamente ao

General americano, Eisenhower, quando de sua visita ao Brasil. Otávio Mangabeira se tornará o primeiro governador do novo período democrático. Contará com o apoio do governo Dutra e passará a defender o projeto de internacionalização do capital brasileiro, de interesse americano. Dessa forma, obterá o apoio de um dos projetos burgueses que disputavam o Brasil, e do governo federal. Para eleger-se, contará com o apoio de toda a tradicional máquina eleitoral que o apoiará na certeza de poder contar com a força do Estado e sua capacidade de conceder prestígio e recurso. (SILVA, 1992)

Referências

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto . **Presencia de Estados Unidos en Brasil (Dos siglos de historia)**. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2010
- MELLO, Agenor. **Cartilha histórica da Bahia**. Rio de Janeiro: Continente, 1986,
- SAMPAIO, Consuelo. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, Paulo. **A volta do jogo democrático**. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre as perseguições aos candomblés – visitem:

<http://www.usp.br/siicusp/Resumos/17Siicusp/resumos/2071.pdf>

Sobre discussões e imagens próprias da Bahia da época:

http://www.pierreverger.org/fpv/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

Sobre Juracy Magalhães:

http://www.camara.gov.br/jutahyjunior/juraci_01.html

Sobre o Cangaço:

http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/ef2/historia/historiacavernas/textos/arquivos/rev_cangaco.pdf

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=951&date=currentDate>



REGISTRE SUA IDEIA

Faça um levantamento das construções e obras que foram realizadas no período entre 1930 e 1950, nas proximidades de onde vive. Procure construir em que estas novidades estão relacionadas com a chegada da modernidade e da hegemonia capitalista na Bahia do século XX.

Aula 15 – Superação definitiva da determinação sociometabólica burguesa sobre a patrimonialista na Bahia.

Objetivo

Entender o processo social que tornou a determinação sociometabólica capitalista hegemônica na Bahia, em detrimento da redução das práticas tradicionais patrimonialistas.

5.4 A MODERNIZAÇÃO DA BAHIA

O ano de 1950 foi o do início da produção de derivados de petróleo pela refinaria de Mataripe, assim como do moderno processo de industrialização do estado, que o levará a superar as estruturas econômicas oligárquicas tradicionais. Haverá então, o fortalecimento dos antigos, mas ainda pouco expressivos setores burgueses da capital, assim como o surgimento de novos empresários e industriais no estado. Como decorrência do petróleo e de uma nova política industrial para o país, a Bahia torna-se o destino de investimentos de vulto, tanto de origem internacional como do sudeste do Brasil. (REIS; MASCARENHAS, 1996)

A industrialização não se fez como no sudeste brasileiro, a partir de um acúmulo local de capital, e sim dependente e associado ao investimento vindo de outras regiões e do exterior. A dependência assumida desde os anos 30 pela oligarquia local, a setores externos da burguesia brasileira e internacional, facilitará o processo, fazendo-a parceira da emergente economia de mercado, o que possibilitará a migração de alguns oligarcas para a emergente classe burguesa baiana. Este processo, até 1964, ocorreu sob influência da disputa de dois projetos concorrentes. (SAMPAIO, 1998)

Regis Pacheco foi eleito para o governo tomando parte daqueles que apoiavam o varguismo, ou seja, a partir do apoio da burguesia nacionalista paulista em 1950, assumindo o cargo em 1951. Seu sucessor, Antônio Balbino, também seguirá a orientação nacionalista. Sob estes dois mandatos se dá início à construção da infraestrutura, que preparará o recôncavo para a instalação dos futuros centros industriais. São construídas e pavimentadas muitas rodovias, criadas empresas públicas de eletricidade e telefonia. É iniciada a implantação das indústrias em Aratu, firmados acordos para obras com a Petrobrás, e principalmente, através da criação da Comissão de Planejamento Econômico - CPE, e da ação do economista Rômulo Almeida, é elaborado um plano de diretrizes econômicas para o estado, que norteará os anos seguintes. Neste período entra em funcionamento a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Enquanto os políticos fiéis ao varguismo defendiam a nacionalização, o protecionismo e o desenvolvimento de um mercado nacional, seus opositores falavam de livre iniciativa, modernidade e respeito aos direitos de pluralidade democrática, defendendo o desenvolvimento e a vinda do investimento e empresas estrangeiras. É necessário destacar que o varguismo, embora brasileiro, também defendia interesses alheios às tradições baianas, mais ligadas ao sudeste. A maior parte da tradicional oligarquia tendia a apoiar o projeto multinacional. Talvez, isso se devesse a interrupção do processo regional do poder em 30, realizada por Vargas. Outra possibilidade está no fato de que o projeto internacional dava mais espaço para o exercício do mandonismo e do seu jogo de poder, enquanto a proposta nacionalista pretendia reduzi-lo mais rapidamente. (MELLO, 1986)

É importante também destacar que não podemos dar cunho economicista ao entendimento deste processo. A construção de uma nova hegemonia sociometabólica se dá na prática de um conjunto de ações da comunidade, que passam a tencionar na direção das novas determinações. Sendo assim, a plataforma petrolífera é um dos aspectos desta mudança complexa que atinge todas as perspectivas da existência humana no recôncavo, até então, predominantemente patrimonialista. Não podemos, porém, em nome de não ser economicista, deixar de considerar a economia, como fazem muitas tendências historiográficas. Até porque era na economia que se desenvolvia a grande novidade de uma indústria moderna e tecnológica, instalando-se no âmago da mais tradicional das regiões. Neste caso não pode ser

negado que a indústria do petróleo trás para a Bahia um conjunto de novas direções que vão influenciar as artes, a estética, a fé, a cultura e as diversas dimensões da existência. A prática de uma nova organização da existência chegava fortemente apoiada com a capacidade de reprodução existencial inovadora e muito forte, que acabou por dobrar várias das resistências e por instalar práticas sociais e culturais novas e emergentes, que aos poucos iam transformando a Bahia.

Salvador, já pelo menos desde o século XIX, se colocava favorável às inovações e forças modernizadoras, defensoras das emergentes estruturas sociais burguesas. A população da cidade, e sua prática social, já haviam se situado na oposição aos privilégios senhoriais desde pelo menos a Conjuração dos Alfaiates, e sempre havia sido punida por isso. Desde Seabra, talvez antes, seu eleitorado já se identificava com a opção mais distante daquela assumida pelas oligarquias. Por muito tempo, Salvador foi conhecida como reduto desta oposição. Não se tratava de fato de um reduto aos moldes oligárquicos, mas sim, uma região dominada pelo mercado emergente, habitada por pequenos burgueses, profissionais liberais e operários, carentes de ordenação, de projetos urbanos e de cidadania, ausência esta que atingia principalmente os negros, herdeiros das piores tradições de opressão das oligarquias. Era natural que estas classes servissem de apoio às reformas pretendidas pela burguesia, contrariando as oligarquias. Assim podemos compreender porque a cidade se colocou mais próxima da proposta varguista. (MATTA, 1998)

A partir do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, as duas tendências ensaiaram entender-se. Vargas havia desaparecido do processo político ao suicidar-se. A proposta comunista da época, algo mais parecido com um capitalismo de estado, era uma ameaça capaz de reunir a burguesia hegemônica em um projeto comum. E, além disso, a internacionalização do capital e a globalização da economia começavam a transformar-se em tendência mundial inequívoca. A opção pela internacionalização do capital, apoiada pela UDN, ganhava terreno.

Sucederam-se os governos de Juracy Magalhães, desta vez eleito, e de Lomanto Junior, no qual aconteceu o golpe de 1964. Os dois governos, como de costume, receberam forte apoio das oligarquias para prosseguir na industrialização da Bahia. Apesar de já realizando a prática de governo voltada para o desenvolvimento da sociedade de mercado, a ordem social patrimonialista

continuava internamente ainda dominando, o que fazia com que os líderes da modernização, sempre precisassem da aliança e submissão oligárquica para legitimar seu projeto.

Lomanto Junior havia sido eleito por uma coligação cujo principal partido era o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, base do varguismo e de João Goulart, deposto pelo golpe. Embora ligado ao partido destituído, as bases de Lomanto eram os redutos do interior, que haviam lhe conferido prestígio e articulação para que pudesse eleger-se. Quando aconteceu o golpe, a base oligárquica lomantista continuou lhe dando apoio, o que lhe rendeu manter o cargo de governador. Mais uma vez, para a Bahia, o que legitimava o poder era a rede de alianças e conchavos dos redutos. Esse fato mostra que, ainda no início dos anos 60, os antigos jogos de poder das oligarquias eram os fundamentos do poder no âmbito local. Ou seja, a prática social e cultural da Bahia era ainda hegemonicamente senhorial e patrimonialista nos anos 60 do século XX, mesmo que desde 1930, essa classe hegemônica, e toda a ordem social, já estivessem determinadas e sendo de fato geridas pelos projetos burgueses que dominavam largamente o mundo e o Brasil. Lomanto, sustentado pelas oligarquias continuou o desenvolvimento industrial e modernizador, conforme os planos da burguesia dominante, deixando os interesses oligárquicos para segundo plano. (SKIDMORE, 1988)

O golpe de 64 foi uma vitória da internacionalização. O regime militar criou espaço para uma maior participação do capitalismo internacional na sociedade brasileira, e, além disso, superou a estratégia de desenvolvimento industrial por substituição das importações, para dar lugar a outra baseada na integração das indústrias nacionais e no desenvolvimento de centros industriais regionais.

Como consequência, a fase mais importante da modernização e da industrialização baiana se realizará totalmente integrada a internacionalização do capital, o que transformará o emergente mercado baiano numa reunião de interesses burgueses diversos, desde aqueles advindos de ex-oligarcas da região, agora empresários, até outros originários no exterior do país, passando ainda por iniciativas estatais ou capitais advindos de outras partes do Brasil. Entre 50 e 80 aconteceram pelo menos quatro realizações importantes de ordem econômica, que justificam considerarmos esta fase como a da industrialização. Nos anos 50 a construção da refinaria e do complexo petroquímico da Petrobrás. Nos anos 60, no governo Lomanto Junior, o vasto programa de reforma

administrativa global e a instalação do Centro Industrial de Aratu. Entre 60 e 80, a implantação de vários centros industriais em municípios do interior da Bahia, como o de Subaé, em Feira de Santana. E finalmente, no final dos anos 70, a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. Acompanhou este processo de industrialização o crescimento acelerado da população urbana e do êxodo rural para as grandes cidades. Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, entre outras, assistiram a multiplicação de suas populações, assim como a favelização, o crescimento desordenado, o inchaço e o surgimento de carências sociais que ainda são vividas.

A Bahia teve seu perfil econômico redirecionado da agropecuária, para os setores industriais e de serviços. Paralelamente, o poder das oligarquias foi declinando. O jogo político de acesso ao poder foi mudando de regras dependendo cada vez menos do prestígio, da capacidade de proteção e acolhimento, ou de instrumentos como o “voto de cabresto”, e cada vez mais do controle da mídia, do apoio empresarial, da influência do mercado, de projetos políticos de infraestrutura ou de alianças produtivas.

Este processo aconteceu em 4 mandatos de governo: o de Luiz Viana Filho, Antônio Carlos Magalhães, Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, em 2º mandato. Durante todo este período não houve eleição para governador, mas a supremacia da antiga estratégia dos coronéis e de suas máquinas eleitorais continuou mostrando seu predomínio nas eleições para deputados, senadores e prefeituras, que o regime militar foi permitindo realizar. Os governadores continuaram a exercer seu papel de “testa de ferro” do projeto burguês.

Referências

- MATTA, Alfredo. Concepções e ferramentas para ascensão da Bahia in *Contra Ponto*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1998.
- MELLO, Agenor. *Cartilha histórica da Bahia*. Rio de Janeiro: Continente, 1986.
- REIS, Enoc; MASCARENHAS, Geraldo (editores). *Bahia de todos os fatos*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1996.
- SAMPAIO, Consuelo. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre Carnaval:

<http://www.portaldocarnaval.ba.gov.br/2010/Capa/#>

<http://pt.guitarra-baiana.com/historia/carnaval-da-bahia/carnaval-baiano-antes-de-1950.html>

Sobre Polo Petroquímico de Camaçari:

<http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-652303.html>

Sobre Centro Industrial de Subaé:

http://egal2009.easyplanners.info/area05/5407_Oliveira_da_Silva_Almeida_Janeide.pdf

Aula 16 – A história recente da Bahia

Objetivo

Entender os processos históricos presentes na Bahia recente e suas perspectivas na contemporaneidade.

5.5 BAHIA: HEGEMONIA E CONTEMPORANEIDADE

Em 1980, a operação plena do Polo Petroquímico influenciou de tal forma a composição do PIB do Estado, que este passou a ser principalmente gerado pelos setores industrial e de serviços da economia. A tendência de crescimento de industrial presente desde os anos 50 superou o secular predomínio da participação da agropecuária na composição do PIB. Em 1975, 26,2% do PIB estadual eram de origem agropecuária, enquanto a indústria era responsável por 15,4%. Em 1979, estes índices eram 20,1% e 18%, respectivamente, enquanto que em 1980 estavam em 16,5% e 21,6%. A diferença não parou de ampliar-se: em 1990 era de 9,6% para a agropecuária, e de 23,2% para a indústria de transforma-

ção. Estes números seriam ainda mais expressivos se acrescentássemos o PIB advindo da atividade de Turismo e outros serviços urbanos modernos. (SILVA, 1992)

Os estudos das tendências e processos sociais históricos das sociedades, é certo, não pode ser economicista, não é a economia o principal fator ou estrutura determinante da práxis social. Mas, por outro lado, parece indiscutível que a existência humana se dá em acordo a uma totalidade de práxis sociais inter-relacionadas, as quais não podemos deixar de considerar a influência do econômico como parte do conjunto das tensões existentes, que em muitos momentos deve-se reconhecer que são os fatores econômicos os determinantes para as transformações e práticas sociais, assim como em outros momentos serão as práticas sociais artísticas, estéticas, sexuais, ou outra. Qualquer uma delas sempre inter-relacionada e integrada com a totalidade da práxis histórica coletiva engajada. A situação de hegemonia sociometabólica burguesa na Bahia foi uma destas construções históricas que interpretamos ser de determinação principalmente econômica, já que as transformações econômicas parecem ter produzido as tensões de transformação nas outras práticas sociais baianas.

Sobre isso sabemos que João Durval Carneiro foi o primeiro governador eleito, após muitos anos de governadores indicados pelos militares. Seria o último a vencer utilizando principalmente a força das tradicionais máquinas eleitorais. Mas durante o seu governo a posição de coronel, com poder oriundo do prestígio dos antigos redutos, pareceu não funcionar muito bem, e o controle do Estado ameaçou perder-se, mesmo com o apoio da maior parte das oligarquias tradicionais. A mudança na estrutura econômica influenciou a transformação dos hábitos políticos e das linhas gerais do jogo de poder regional. À primeira vista foi difícil compreender a derrota de Josaphat Marinho no pleito eleitoral de 1985, já que este contava com o apoio da máquina eleitoral tradicional do Estado, que historicamente sempre havia garantido vitórias e legitimado o poder. O resultado daquela eleição foi uma surpresa para muitos.

O crescimento das populações urbanas e proletárias fez com que se tornasse cada vez mais importante à participação política urbana, assim como a influência de novas características do jogo de poder. Em primeiro lugar cresceu a importância das representações de classes, assim como da busca pela realização de alianças entre grupos de interesse social comum, começou a destacar-se a importância das propostas e projetos dos governos

em detrimento do prestígio pessoal. Estes interesses reuniam a população urbana em geral, mas também a emergente classe burguesa, interessada em dinamizar o mercado e seus lucros. Políticas industriais, situações econômicas, análises de mercado e emprego, lucro, e outros fatores próprios da sociedade de mercado começaram a ser levados em conta, e avaliados como critério de julgamento das propostas políticas. O sucesso na política baiana passou a estar cada vez mais ligado aos interesses urbanos e de mercado e menos dependentes do prestígio nos redutos eleitorais. A imigração do campo para a cidade eliminou os vínculos de dependência e clientelismo da maior parte da população para com as oligarquias tradicionais. Estes imigrantes vieram somar número às cidades, mas não se integraram facilmente na vida urbana, o que dificultou seu posicionamento na sociedade, e conseqüentemente, o amadurecimento de sua posição e interesses políticos.

É importante considerar que os hábitos das pessoas mudam lentamente e que uma sociedade onde a estrutura de produção capitalista se implantou recentemente, pode estar convivendo com hábitos próprios de outras estruturas sociais. No caso de Salvador, e de outras grandes cidades da Bahia, isso é evidente, já que a formação da massa urbana foi influenciada por um grande contingente de imigrantes rurais, mais habituados à convivência com estruturas de produção de subsistência ou sob a organização da existência definida pelos redutos, principalmente por proprietários de terra. (SKIDMORE, 1988)

Grandes massas de população urbana, integradas ou não ao sistema produtivo, fizeram crescer de importância outro novo fator para o jogo de poder. As mídias e as propagandas, as imagens eleitorais, as campanhas publicitárias de cunho eleitoral, informando e moldando a opinião pública, passaram a ser fundamentais para o acesso ao poder na emergente sociedade de mercado baiana.

O crescimento da sociedade burguesa e da lógica de massas traz esta possibilidade, e mesmo necessidade, de fazer conhecer a proposta ou ao menos a imagem da proposta, daqueles que desejam chegar ao poder. Por outro lado, o “voto de cabresto”, a propriedade de terras, o prestígio e capacidade de favorecer vão perdendo espaço para o apoio financeiro e a participação de grupos atuantes no mercado, que desejosos de influenciar os caminhos da sociedade passam a investir em candidatos e moldar programas de governo. (SPINOLA; PEDRÃO; ZACARIAS, 1983)

Independentemente da situação nacional favorável criada pelas “Diretas já”, o então candidato Waldir Pires, e seu grupo de apoio, percebeu esta transformação antes de seus oponentes, e assim levou vantagem nas eleições por ter dimensionado corretamente a importância da máquina eleitoral oligárquica naquele momento. A importância do *slogan* “mudar a Bahia”, das campanhas publicitárias de então, do contato pela mídia com as massas, da construção da imagem para o candidato e seu programa, foram elemento superior ao tradicional jogo das máquinas eleitorais.

Estava terminado o período da dominação dos jogos de poder da oligarquia. Waldir Pires assumirá o governo do Estado ainda com apoio de importantes setores das oligarquias e do interior, mas sua estratégia principal foi voltada para projetos sociais e de mercado desejados pela maioria do seu apoio vindo da nova estrutura social.

Na medida em que a Bahia se tornou um Estado industrial e mercado capitalista de importância, a política do “cabresto” e do mandonismo perderam a hegemonia e o controle do Estado, e hoje parece que definitivamente se transformou em elemento secundário, embora não inexistente, para a política baiana.

No pleito seguinte, ACM utilizou as mesmas estratégias, utilizando o *slogan* “salvar a Bahia”, e privilegiando a divulgação na mídia de massa, proposição de projetos de desenvolvimento econômico e de mercado. Conseguiu assim reunir a emergente burguesia local em torno de seus planos de desenvolvimento do turismo, da indústria e da tecnologia. Não devemos esquecer que a industrialização baiana foi construída sobre o investimento externo, sendo assim natural que a atual proposta de desenvolvimento burguesa considere importante a parceria do capital estrangeiro, procurando atrair a FORD, a ASIA Motors, e outras multinacionais, prossequindo assim na lógica de seu crescimento inicial. Atualmente esta lógica está fortalecida pela tendência de formação de mercados mundiais e blocos econômicos, que tende a defender a internacionalização das economias locais.

Não estamos afirmando que o poder oligárquico desapareceu totalmente. As últimas campanhas não têm desprezado os redutos ainda existentes. Certamente eles pesam em qualquer disputa política, mas sem dúvida deixaram o papel principal, para ocuparem o de importante coadjuvante. Os atuais governadores ainda carregam o a posição de donos do prestígio, responsável pela concessão deste prestígio às áreas do Estado,

onde o poder do latifundiário tradicional ainda é o mais forte. No entanto, desde 1987, a principal imagem e estratégia dos governadores têm sido a de gestores e responsáveis pela gestão de projetos de desenvolvimento e crescimento de mercado.

Ao criar uma visão capaz de conciliar os diversos setores da emergente burguesia baiana, ACM criou espaço para a reeleição contínua de seu projeto, que até o momento reedita o quarto mandato consecutivo: o dele mesmo, o de Paulo Souto, o de César Borges e novamente o de Paulo Souto. A conciliação foi tão forte que até pouco tempo não se vislumbrava projeto concorrente. ACM foi o último a ter sucesso como preposto do poder patrimonialista e dos controles dos redutos, ainda que atuando favoravelmente aos projetos burgueses de estado e sociedade. Ao mesmo tempo, o primeiro governador gestor de um projeto conciliador para os setores da burguesia agora hegemônica na Bahia. Talvez daí tenha advindo seu longo sucesso político. Os antigos projetos antagônicos poderiam agora diferenciar-se em que?

Esta estabilidade regional foi, porém, questionada pelos movimentos mais amplos da história brasileira, em especial pelo crescimento da política de Lula, que levou o Partido dos Trabalhadores – PT à presidência, a partir de 2003, e da forma como este processo influiu na Bahia.

O século XXI parece apresentar os sinais de crise estrutural da ordem sociometabólica, anunciados desde o século XIX, como perspectiva histórica. É claro que não há previsão linear, e que o capital está se articulando para tentar superar os desafios da contemporaneidade. Mas este quadro de crise mundial e desenvolvimento capitalista de regiões antes periféricas do capitalismo central mundial alterou a participação de países, tais como Rússia, China, Índia e Brasil, e isso vai afetar a política e a sociedade brasileira em geral, e baiana em particular, da atualidade. (SAMPAIO, 1998)

A eleição de Lula encerrou a fase de hegemonia do projeto burguês multinacional no Brasil iniciada em 1964. Neste sentido, somente em 2003 foi que o golpe de fato acabou. Ao assumir o país, o PT volta a reunir os setores nacionalistas da burguesia brasileira, soma setores organizados dos trabalhadores, e constrói um projeto de crescimento da sociedade de mercado brasileira, para o qual recebe apoio internacional óbvio, principalmente do capitalismo central em crise. (ARAÚJO, 2006)

Sem entrar em detalhes, importa aqui associar o programa Bolsa Família do governo com verdadeiro ato

de desestabilização do que restava de poder patrimonialista, reduzindo a capacidade dos latifundiários e outros poderosos, de afirmar sua tradicional propriedade das condições e dependência das populações para com seus atos de ajuda e clientelismo. O resultado foi o enfraquecimento das oligarquias baianas, principalmente o chamado Carlismo, alusão aos grupos liderados por Antônio Carlos Magalhães. Na mesma trilha, o PT assume o governo baiano, a partir de 2007, passando a construir uma política e atuar socialmente, na direção da estruturação de uma sociedade de mercado, preocupada com a manutenção da aliança com setores importantes da cultura popular. A vitória de Jacques Wagner representa também uma nova página na história. O último governo é o resultado no estado deste enfraquecimento oligárquico. As bases do poder mudaram, pois os antigos jogos oligárquicos perderam suas bases.

Esta é a situação que estamos e que participamos historicamente.

Referências

ARAÚJO, José. **Retrato do Brasil um: balanço do governo Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

SAMPAIO, Consuelo. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Paulo. **A volta do jogo democrático**. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SPINOLA, Noélio; PEDRÃO, Fernando; ZACARIAS, José. **A indústria no Estado da Bahia: uma proposta de política industrial**. Salvador: SIC/DIC, 1983.



INDICAÇÃO DE LEITURA

Sobre cultura baiana – visitem:

<http://www.culturabaiana.com.br/>

<http://www.cultura.ba.gov.br/apoioaprojetos>

Sobre o governo da Bahia e do Brasil:

<http://www.governador.ba.gov.br/>

<http://www.presidencia.gov.br/>



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Faça um exercício e procure pensar sobre 2 pontos:

Quais as tendências históricas que percebe em sua região?

Como pretende interferir e fazer sua parte na construção desta história?



Anotações

A large, empty rounded rectangle with a thin grey border, intended for the student to write their notes.

Conclusão



Anotações

CONCLUSÃO

A História da Bahia que apresentamos foi organizada para auxiliar o estudo e aprofundamento sobre a história baiana utilizando os recursos da rede internet e dos ambientes digitais educacionais acessíveis. Desta forma, o livro integra o estudo através da leitura, com as possibilidades de utilização dos ambientes digitais, para que se entenda e melhor componha a interpretação histórica. Neste sentido, tem uma proposta didática e de organização do processo cognitivo de caráter inovador.

No que se refere à abordagem de interpretação da História, o trabalho desenvolve uma leitura baseada na Filosofia da Práxis de Gramsci (COUTINHO, 2011), que procura entender a história como um contínuo de construção social decorrente da atuação dos seres humanos em seu ambiente e contexto histórico, e que compreende a construção histórica como um processo contraditório, pleno de tensões e interações próprias da reprodução da existência humana. Nesse sentido, o trabalho apresentou algumas perspectivas pouco conhecidas de interpretação da História da Bahia, principalmente por conta da abordagem praxiológica que adotamos e que não é comum aos estudos de história baiana.

Atendendo a esta perspectiva realizamos uma interpretação que procurou valorizar o passado medieval da Península Ibérica e da África - em especial da África ocidental - islâmica ou não, ao serem analisadas como contexto histórico-social que precede à colonização, tendo em vista a grande herança sociocultural de tradições medievais, ou de medievalidades presentes na Bahia, revelando uma influência importante que necessita ser foco de reflexão do historiador.

Procuramos também ter atenção ao dedicar espaço considerável dos estudos à compreensão do processo histórico do interior baiano e das comunidades existentes fora da capital. Não somente porque se trata de uma necessidade historiográfica realizar estudos que reflitam sobre a construção de todo o Brasil e não somente dos centros mais importantes, mas, também, porque sendo o livro dedicado a EaD, e tendo em vista que a EaD se espalha por todas as regiões, será recomendável, pedagogicamente, que sejam atendidas expectativas de estudos contextualizados para todos os leitores.

Outra atenção foi dada ao aspecto de metrópole colonial que teve Salvador, desde a formação e fortalecimento de suas relações com o Recôncavo e com a Baía de Todos os Santos, cada vez mais caracterizada como mar interno, até o exame da expansão do alcance comercial desta cidade, que atuava com influência direta crescente na África, nas Américas e mesmo mais longe.

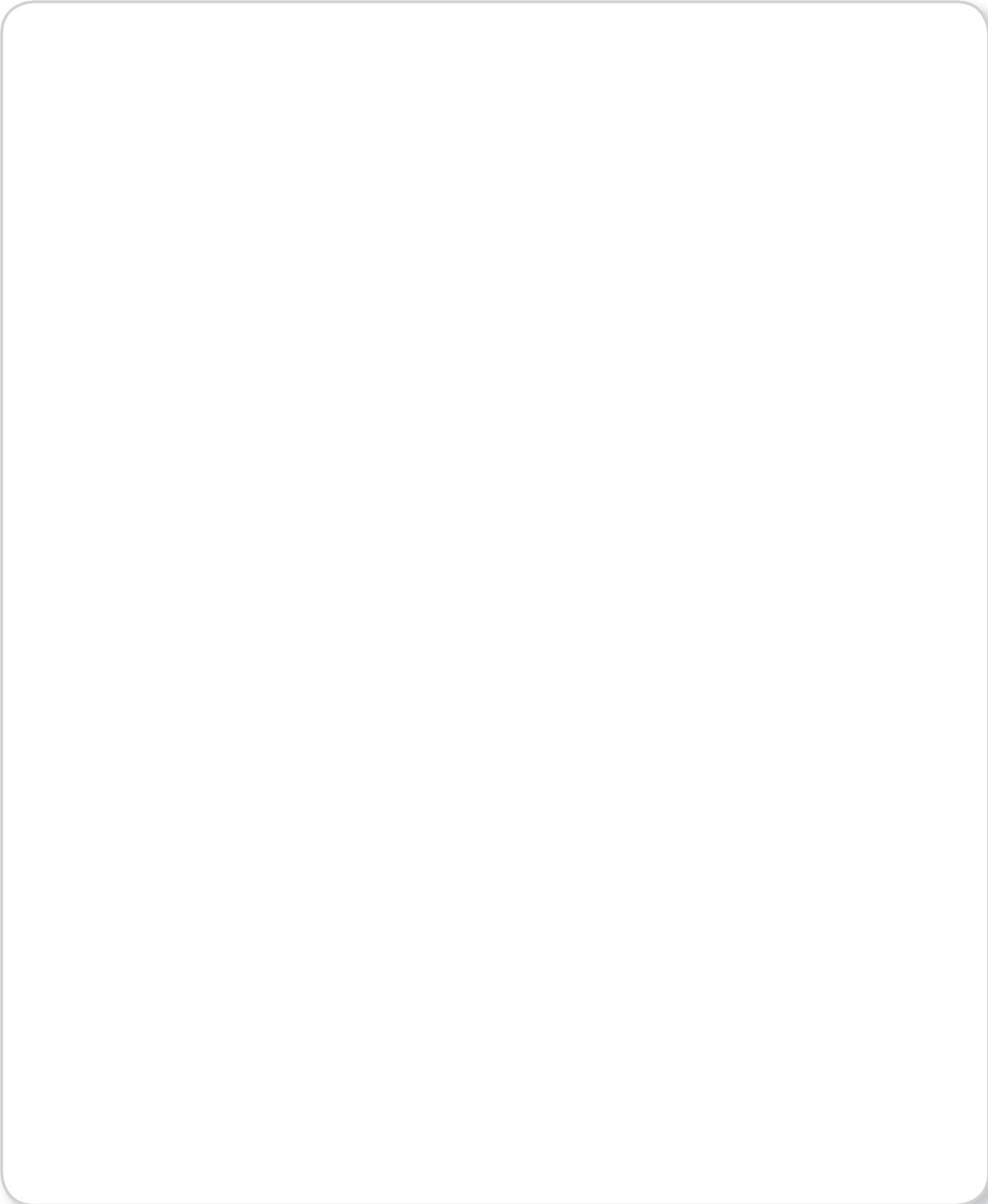
Há também questões importantes levantadas a respeito da ancestralidade africana, sobre as etnias que vieram, assim como, em relação à influência africana e indígena que permaneceu viva na Bahia.

Propõe em a Independência da Bahia, uma reflexão sobre as forças e tensões capazes de influenciar o processo, a participação da Inglaterra, o desenvolvimento de Salvador no século XIX, que após perder a condição de capital viu seu prestígio e poder de influência metropolitana reduzir-se pouco a pouco. O livro procura refletir a respeito desta situação de Salvador no Império.

Em relação ao período republicano, a principal atenção está no estudo do processo de modernização da Bahia, que direcionou o estado para uma hegemonia de projetos e classe hegemônica burguesa, processo que ocorreu em meio à contradição com a sobrevivência de estruturas sociais tradicionais, próprias da sociedade senhorial patrimonialista, que em nossa opinião foi a realidade baiana por quase todo o período de sua história, exceto a partir de meados do século XX, quando a modernidade, não sem dificuldade, pouco a pouco impôs sua ordem social.

De forma a priorizar a reflexão, a interpretação da História, percebida a partir da possibilidade de se estudar o processo histórico como resultante do desenvolvimento do processo social e da atuação coletiva dos seres humanos, na relação sociometabólica com seu contexto e ambiente, este trabalho resultou em uma proposta que conduz o leitor a adquirir capacidade crítica e reflexiva, ao pensar na história da Bahia.

Anotações



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. Salvador: Celebra - MEC, 1979.

ARAÚJO, José. **Retrato do Brasil, um: balanço do governo Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006,

AZEVEDO, Thales. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

BAHIA, Secretaria da Educação da. **As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos**. Salvador: Boanova, 2000.

BAHIA, Secretaria do Planejamento da. **Informações Geográficas**. Salvador: SEI Disponível na URL: <http://www.sei.ba.gov.br/>, versão 30/01/2010, capturado em versão 30/01/2010.

BRUNO, Ernani. **História do Brasil geral e regional**. São Paulo: Cultrix, 1967.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil, a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. **Náufragos, traficantes e degredados, as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Olympio, 1959, v.1.

_____. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado federal, 2002.

CARNEIRO, Edson. **A cidade do Salvador, 1549**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios antes do Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, José; VASCONCELOS, Pedro. **Porto e Salvador, as proximidades de dois percursos urbanos distintos**. Porto, Universidade do Porto, 2000. Disponível na URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12481.pdf>, versão 21/02/2010, capturado em versão 21/02/2010.

FERRADO JUNIOR, Luiz; BURSZTYN, Marcel. **À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos fundos de pasto na história do Brasil e do nordeste**. Brasília: ANPPAS. Disponível na URL: www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT5-307-82-20080424164651.pdf, versão 16/02/2010, capturado em versão 16/02/2010.

FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1998.

HOLANDA, Sérgio. **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

MATTA, Alfredo. **Casa Pia de Órfão de São Joaquim**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1999.

_____. MATTA, Alfredo. Concepções e ferramentas para ascensão da Bahia. In *Contra Ponto*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1998.

_____. Governadores e Interventores da Bahia republicana. Testemunho de transformações das estruturas sociais do estado. In **Bahia Republicana, Governadores e Interventores**. Salvador: UCSal, 2000.

_____. Salvador: a novidade do século. In **Cem anos educando para a vida**. Salvador: Solisluna, 2006.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1997.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. Salvador: Hucitec, 1978.

_____. **Bahia, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Agenor. Cartilha histórica da Bahia. Rio de Janeiro: Continente, 1986.

MESZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONIZ BANDEIRA. **O Feudo A Casa da Torre de Garcia d Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. Presencia de Estados Unidos en Brasil (Dos siglos de historia). Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2010

NUNES, Antonieta. O início da república na Bahia, surpresa, tensões, acomodações. In **Bahia republicana governadores e interventores**. Salvador: UCSal, 2000, p. 23-28.

PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1984.

REIS, Enoc; MASCARENHAS, Geraldo (editores). Bahia de todos os fatos. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1996.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Maria Luiza. **História da Educação Brasileira, a organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1991.

RODRIGUEZ, Ricardo. **Sociedade, Mercado e Desenvolvimento na América Latina**. Juiz de Fora: UFJF, Disponível na URL: <http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/RV%203.htm>, versão 15/02/2010, capturado em versão 15/02/2010.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

SAMPAIO, Consuelo. Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina**. Recife: Tropical, 1983.

SILVA, Alberto. **A enxada e a lança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **A manilha e o lumambo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Paulo. **A volta do jogo democrático**. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SPINOLA, Noélio; PEDRÃO, Fernando; ZACARIAS, José. **A indústria no Estado da Bahia: uma proposta de política industrial**. Salvador: SIC/DIC, 1983.

TAVARES, Luís Henrique. **História da Bahia**. Salvador: Correio da Bahia, 2000.

_____. **História da Bahia**. Salvador, Eufba/UNESP, 2001.

_____. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Eufba, 2007.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos**. São Paulo: Curripio, 1987.

VILHENA, Luis. **Fluxo A Bahia do século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.

Formato: 210 x 297 mm
Tipografía: Swiss721 cn bt (corpo) Verdana (títulos)
Número de páginas: 100
Papel: offset 90g / m²
